



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 126

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de maio de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Marta Matos) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos tiveram início com a continuação do debate dos pontos 11 e 12 da Agenda, tendo para tal usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*).

De seguida, foram votados ambos os diplomas: o [Projeto de Resolução n.º 189/XI – “Recomenda ao Governo Regional a disponibilização de testes de despistagem da COVID-19 a toda a população, priorizando a sua realização aos recursos humanos do sistema regional de saúde, forças de segurança e funcionários da administração pública regional a exercer funções no âmbito do presente combate epidemiológico”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi rejeitado por maioria; enquanto que o [Projeto de Resolução n.º 190/XI – “Recomenda ao Governo Regional a priorização da realização de testes de despistagem da COVID-19 no universo dos utentes dos lares de idosos existentes na Região, bem como nos casos de novas admissões, nos casos em que os utentes transitam dos cuidados hospitalares, assim como a todos profissionais em funções](#)

naquelas instituições”, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, foi apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) o Projeto de Resolução n.º 207/XI – “Acessibilidade aos Cuidados de Saúde na Região Autónoma dos Açores - Planeamento do atendimento aos doentes «NÃO-COVID»”.

O referido diploma foi aprovado por unanimidade, não sem antes terem usado da palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Terminado este ponto da Agenda, passou-se de seguida para o Projeto de Resolução n.º 195/XI – “Apoio de emergência às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para fazer face às contingências resultantes da Pandemia Covid-19”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, proferiram intervenções as/os Sras./Srs. Deputadas/os António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Manuel Pereira (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Após a justificação do **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 216/XI – “Criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais”**, pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), e do mesmo ter sido aprovado por unanimidade, foram debatidos em conjunto os pontos 15 e 17 da Agenda, nomeadamente o Projeto de Resolução n.º 198/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova mecanismos de compensação para

gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise empresarial no âmbito da pandemia da COVID-19”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, e o Projeto de Resolução n.º 216/XI – “Criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação das iniciativas pelos Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*), respetivamente, usaram da palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Quando submetidos à votação, o Projeto de Resolução n.º 198/XI foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Resolução n.º 216/XI foi rejeitado por maioria.

De seguida, e depois de justificado pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 219/XI – “Complemento regional aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado”** e do mesmo ter sido aprovado por unanimidade, passou-se para o debate conjunto dos pontos 18, 19 e 21 da Agenda, nomeadamente o Projeto de Resolução n.º 201/XI – “Recomenda ao Governo Regional a Criação de um Apoio Regional aos Trabalhadores em *lay off* Simplificado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE; o Projeto de Resolução n.º 205/XI – “Apoio Extraordinário aos Trabalhadores em *lay off* Simplificado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; e o Projeto de Resolução n.º 219/XI – “Complemento regional aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentadas as iniciativas respetivamente pelos Srs. Deputados António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*), usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os João Paulo Corvelo (*PCP*),

Graça Silva (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetidos à votação, o Projeto de Resolução n.º 201/XI, bem como o Projeto de Resolução n.º 205/XI foram rejeitados por maioria, tendo sido aprovado por unanimidade o Projeto de Resolução n.º 219/XI.

Seguidamente, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 204/XI – “Apoio aos trabalhadores independentes no primeiro ano de atividade no âmbito da pandemia da COVID-19”](#) pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Pediram a palavra para intervir no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Carlos Silva (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, deu-se início ao debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 206/XI – “Apoio excecional à remuneração dos trabalhadores do serviço doméstico”](#), apresentado pela Deputada Independente.

Tendo usado da palavra para apresentar a iniciativa a Sra. Deputada Graça Silveira, pediram de seguida a palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas 03 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que desliguem os vossos microfones.

Muito bom dia a todos.

Sr. Secretário Regional.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, Jorge Jorge, o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 03 minutos.

Secretário: Bom dia, Sra. Presidente, bom dia a todos os colegas, bom dia Sr. Secretário.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Secretário: Está concluída, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Ontem, terminámos os nossos trabalhos no âmbito do debate dos pontos 11 e 12 da nossa agenda. Pergunto se ainda há inscrições para participar neste debate.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Pergunto se há mais alguma inscrição, já agora, só para...

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Visto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assim como o Governo Regional assumem que as medidas preconizadas no Projeto de Resolução n.º 190, que recomenda ao Governo Regional a realização de testes de despistagem à COVID-19 no universo de utentes de lares de idosos existentes na Região, e visto também e considerando que o Bloco de Esquerda tem apoiado todas as medidas do Governo Regional, medidas essas, claro é, sempre que avalizadas cientificamente, sendo assim, o nosso grupo parlamentar, e como o Partido Socialista e o Governo Regional assumem que estas medidas já estão a vigorar, já estão a ser implementadas, irá votar favoravelmente o Projeto de Resolução 190 em discussão.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para participar neste debate.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos, então, passar às nossas votações.

Começamos, como é habitual, pela ordem que consta da nossa agenda e vamos agora, então, votar o ponto 11: **Projeto de Resolução n.º 189/XI – “Recomenda ao Governo Regional a disponibilização de testes de despistagem da COVID-19 a toda a população, priorizando a sua**

realização aos recursos humanos do sistema regional de saúde, forças de segurança e funcionários da administração pública regional a exercer funções no âmbito do presente combate epidemiológico”.

Vamos, então, votar.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Bom dia. O meu voto é contra.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé.

(Pausa)

Mário Tomé.

Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

(Pausa)

Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

(Pausa)

Elisa Sousa.

Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

(Pausa)

Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (*PS*): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vamos, então, fazer só a segunda chamada.

Mário Tomé.

(Pausa)

Mário Tomé.

(Pausa)

Elisa Sousa.

(Pausa)

Elisa Sousa.

Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira para o anúncio da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 189 foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista; 18 votos a favor do PSD e um da Deputada Independente; duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PCP.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Falta o anúncio, Sr. Secretário, dos votos do CDS.

Se pudesse repetir o anúncio da votação, agradecia.

Secretário: Peço desculpa.

Estão a ouvir-me?

Presidente: Estamos a ouvir, sim.

Era só para repetir o anúncio, dando a indicação do sentido de voto do CDS.

Secretário: Exatamente. Peço desculpa.

O projeto foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista; 18 votos a favor do PSD, três do CDS-PP e um da Deputada Independente; duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PCP.

Presidente: Sim, senhor. Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos agora votar o ponto 12. Este é o **Projeto Resolução n.º 190/XI – “Recomenda ao Governo Regional a priorização da realização de testes de despistagem da COVID-19 no universo dos utentes dos lares de idosos existentes na Região, bem como nos casos de novas admissões, nos casos em que os utentes transitam dos cuidados hospitalares, assim como a todos os profissionais em funções naquelas instituições”**.

Vamos, então, iniciar a votação.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, meu voto é a favor.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé.

(Pausa)

Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

(Pausa)

Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé.

(Pausa)

Elisa Sousa.

(Pausa)

Encerrada a votação, Sr. Secretário, para o anúncio, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução 190, da autoria do CDS-PP, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto 13 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 207/XI – “Acessibilidade aos Cuidados de Saúde na Região Autónoma dos Açores - Planeamento do atendimento aos doentes «NÃO-COVID»**”. Este projeto de resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e os tempos definidos pela Conferência de Líderes e que constam do regime excecional do funcionamento do plenário por videoconferência são os seguintes: o Governo Regional, o PS e o PSD dispõem de 16 minutos; o CDS oito minutos; Bloco de

Esquerda seis minutos; o PCP quatro minutos; e a Sra. Deputada Independente um minuto.

Para a apresentação da iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

A 30/1/2020 do presente ano, face à situação evolutiva causada pelo novo coronavírus, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de Saúde Pública, de âmbito internacional, sendo que a 11/3 a mesma organização classificou a Covid-19 como Pandemia.

Estamos a viver um dramático acontecimento à escala mundial, caracterizado por diferentes realidades epidemiológicas, mas com impacto muito significativo a nível dos Sistemas de Saúde por todo o mundo.

Não obstante, esta luta diária impôs a necessidade de estarmos ao nível de um inimigo invisível, mas altamente perigoso, impondo uma imprescindível adaptação dos diferentes tipos de serviços e instituições, não só na área da saúde, mas de todos os setores, quer a nível da sua organização e também reestruturação.

Findo o período considerado de “fase aguda”, em que a nossa preocupação se centrou na luta pela própria vida, e atendendo que estamos perante uma “nova realidade”, esta terá de ser interpretada e vivida em conformidade, é altura de planificá-la.

Não quer por isto dizer que, de um modo geral, não concordamos com as decisões que foram tomadas. Não, não é isso..., no entanto, não seria justo não assumirmos que tudo terá um custo, sendo que não podemos continuar a adiar a Acessibilidade dos Açorianos aos Cuidados de Saúde por muito mais tempo.

É certo que não seria possível manter toda a atividade assistencial, mas não podemos esquecer que todas as outras doenças que afetam os Açorianos não deixaram de existir e continuam também a fazer vítimas.

Recentemente, foi publicado numa revista médica Nacional um estudo que nos deu a conhecer dados preliminares relativamente ao excesso de mortalidade em Portugal durante este tempo de Pandemia.

Este estudo procurou analisar e considerar outros critérios para estimar o excesso de mortalidade durante a Pandemia da COVID 19, e concluiu que houve um excesso de mortalidade 3 a 5 vezes superior ao explicado pelas mortes COVID 19, oficialmente reportadas.

Na Região, estes dados não são conhecidos, por isso mesmo aproveito esta oportunidade de debate para perguntar qual é o cenário a nível Regional? Houve também um aumento da mortalidade na mesma ordem de grandeza?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

Desde meados de março de 2020 que a atividade assistencial programada e considerada não prioritária foi suspensa.

Falo em cirurgias.... Falo em consultas.... Falo em realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica.

Mesmo concordando que a decisão de suspender foi a mais prudente e adequada, não podemos ignorar que temos agora um longo caminho a percorrer. É entendimento deste grupo parlamentar que essa altura chegou, mas é essencial que haja uma definição de um plano para os diferentes atos acima mencionados, e que os mesmos sejam estratificados por nível de prioridade.

Pretende-se, assim, uma articulação estreita e necessária, envolvendo os Conselhos de Administração dos 3 hospitais da Região, bem como as Unidades de Saúde de ilha das 9 ilhas dos Açores e até mesmo os responsáveis clínicos de

cada serviço, para que seja possível delinear uma estratégia que sirva a cada uma das realidades que vivemos nas nove ilhas da região.

Ainda recentemente, os parceiros sociais desta área, nomeadamente a Ordem dos Médicos, bem como o Conselho de Escolas médicas do nosso país assumiram publicamente a urgência de planear e de retomar a atividade assistencial.

Assim, parece-nos claro que não podemos continuar a deixar para 2.º plano doentes prioritários.

Se a nível da Lista de Espera Cirúrgica todos os esforços até ao momento encetados para a sua redução significativa infelizmente não surtiram o efeito desejado, com esta paragem forçada teremos naturalmente um acréscimo adicional de açorianos inscritos para cirurgia.

Na passada semana, foram tornados públicos com um mês de atraso os números relativos a fevereiro de 2020, sendo que 11276 utentes estavam inscritos a aguardar cirurgia, mais 53, portanto, que no mês anterior.

Após esta paragem, quantos Açorianos viram a sua cirurgia adiada? Quantos Açorianos teremos inscritos, agora, para Lista de Espera Cirúrgica?

Não havendo consultas, é certo que não deverão existir um maior número de referenciações, mas também é certo que foram assim cancelados um rol considerável de intervenções.

Ora se já existia um plano de recuperação das listas de espera cirúrgicas na Região, não tenhamos a menor dúvida que será necessário fazer uma reestruturação do mesmo, com estratificação de nível de prioridades.

Relativamente aos Exames complementares de Diagnóstico, é necessário uma atuação perspicaz e assertiva em simultâneo, pois não nos esqueçamos que podemos estar a adiar diagnósticos que ao serem realizados tardiamente se irão tornar situações potencialmente mais graves, com impacto direto na saúde dos

indivíduos e com aumento considerável de doenças que serão atendidas de forma diferida no tempo.

Sra. Secretária Regional da Saúde... Quantas endoscopias foram adiadas? Quantas ecografias quantas TACs não se realizaram? Quantas colonoscopias ou citologias em âmbito de rastreios estão por fazer?

Não podemos “perder” estes utentes. É necessário fazer o levantamento e a respetiva elaboração de listagem de todos os casos prioritários e programados ao nível de cirurgias, consultas e exames complementares de diagnósticos que foram suspensos devido à COVID-19

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores deve rapidamente e de forma planeada retomar a atividade assistencial.

Considerando que na região a transmissão do vírus teve uma apresentação diferente do que se tem verificado a nível mundial, sendo que existem ilhas sem casos confirmados, outras que há mais de duas semanas que não registam casos, a transmissão do vírus, parece assim estar controlada.

Considerando que as unidades de saúde da região, nomeadamente nos 3 hospitais e nas respetivas UCI, onde as taxas de ocupação verificadas foram baixas, e portanto sem risco de colapso da capacidade de resposta do SRS.

Considerando que à semelhança do que aconteceu a nível Nacional e noutras regiões poderemos ter um aumento da mortalidade que não se deve ao COVID 19, nomeadamente nos meses de março e abril.

Já o disse, mas volto a afirmar, é necessário um plano que defina prioridades, adaptado às particularidades de cada ilha, e que não deixe nenhum doente para trás. Só assim poderemos com segurança garantir uma acessibilidade justa e equitativa de todos os Açorianos ao SRS.

- Não basta afirmar que a retoma da atividade está a ser pensada, é necessário concretizá-la!

- Não basta anunciar que esta retoma será faseada, é necessário planificá-la de forma rigorosa por atos médicos e por prioridades.

- Não basta emitir um despacho com indicações genéricas, é necessário particularizar ao pormenor as indicações a dar, quer às instituições, quer aos profissionais de saúde.

Onde? Quando? Como? Quem?

De manhã? De tarde? Ao Fim de semana?

Por telefone? Presencialmente? Por teleconsulta?

É necessário definir tudo isso.

A este respeito, saliento que, no passado dia 2 de maio, o gabinete da Excelentíssima Sra. Ministra da Saúde tornou público um documento que determina a retoma da atividade, sem prejuízo da salvaguarda das regras de Saúde Pública e da prontidão necessária a um eventual aumento da incidência da COVID 19.

Através de 9 determinações com várias alíneas associadas são definidos a atribuídos responsabilidade a diferentes instituições do SNS para que haja uma retoma da atividade assistencial.

Permitam-me, contudo, destacar dois deles que se reportam aos que deverão ser o nosso foco: os profissionais de saúde e os utentes.

2- A realização da atividade suspensa e a retoma da atividade assistencial não covid-19 nos estabelecimentos e serviços do SNS deve ser gradual, dinâmica e assegurar:

a) O cumprimento rigoroso das normas da DGS em termos de segurança para os utentes e profissionais de saúde, designadamente a nível de EPIs, circuitos de doentes, testes de diagnóstico e boas práticas clínicas nas diferentes áreas assistenciais.

5- b) Promover a literacia de utentes, famílias e cuidadores, de profissionais de saúde e organizações representativas de utentes quanto à segurança da utilização de serviços de saúde e da prestação de cuidados.

Termino dizendo que haverá ainda muitos doentes para tratar atempadamente, e da melhor forma possível. Sendo assim, o GP do PSD/Açores recomenda ao Governo Regional que:

1- Promova o levantamento e respetiva elaboração de listagem de todos os casos prioritários e programados na região, de cirurgias, consultas e Exames complementares de diagnóstico e terapêutica que foram adiadas devido à Covid 19;

2- Apresente de forma urgente à ALRAA um plano de Recuperação da Atividade Assistencial na área da saúde, que tenha também em conta a monitorização clínica dos doentes efetuada durante o período da pandemia que atualmente vivemos;

3- Mantenha o programa de recuperação de listas de espera Cirúrgicas, que deve ser extensivo, mediante programas de recuperação próprios, à realização de consultas e de exames complementares de diagnóstico e terapêutica.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Peço que se inscrevam, por favor.

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente!

Presidente: Sim, Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado António Lima já estava inscrito.

Deputado António Lima (BE): Sim.

Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Presidente: Obrigada.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, também me queria inscrever, se faz favor. João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições para esta primeira ronda.

Não havendo, vou, então, passar a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo:

A saúde tem sido uma área sempre presente na ação do CDS, inclusive agora perante este novo cenário que estamos a viver.

Sem dúvida que foi necessário centralizar todos os esforços para enfrentar a pandemia, algo de novo para o qual não se estava preparado. Foram tomadas medidas para reduzir a circulação dos utentes nos hospitais e unidades de saúde, estando estes com a atividade reduzida.

Contudo, para além desta situação, a verdade, e dadas as condições de confinamento, assim como até o receio da população em ser contaminada, tem-se verificado uma redução significativa nas idas às urgências. Mas a verdade é que as outras patologias não deixaram de existir e, portanto, é imprescindível garantir o acesso de todos aos cuidados de saúde.

É certo que enfrentamos este vírus, mas antes disto tínhamos doentes prioritários, tínhamos doentes oncológicos, tínhamos doentes a aguardar uma cirurgia, um transplante, muitas áreas que não podem esperar ou que o atraso do tratamento, de um exame de diagnóstico pode fazer toda a diferença na possibilidade de tratamento e de cura.

Pois, de nada servirão as circulares que têm saído na tentativa de normalizar esta ação, como até, e bem, surgiu a circular normativa relativa à reconfiguração dos cuidados de saúde na área da oncologia COVID-19, quando depois, na prática, temos os doentes sem cumprirem a calendarização dos seus tratamentos, a adiarem os tratamentos, sem qualquer noção de qual a calendarização e continuidade de tratamentos e exames que irão fazer, agravando-se, como é natural, a ansiedade do que é que o futuro lhes reservará.

Nesta altura, e passado este tempo desta nossa nova realidade, é inadmissível, por exemplo, que um doente oncológico que está a realizar tratamentos em Lisboa porque não é acompanhado pelo Sistema Regional de Saúde, mas por outro sistema de saúde, a fazer tratamentos, por exemplo, de quimioterapia, de 20 em 20 dias, adiou o seu último tratamento, que seria a 27 de março, e agora, quando se pretende deslocar para continuar os tratamentos, ligando para a Direção Regional para saber que procedimentos é que deve tomar é dado um

determinado procedimento, entretanto liga para a linha COVID não médica e é dado outro procedimento, o doente fica sem saber que procedimentos é que tem de fazer, ou seja, se marca primeiro a passagem, se depois vai ao médico aqui para passar a declaração e depois é reencaminhado para a Autoridade de Saúde, se vice-versa.

Portanto, nesta altura, não é aceitável que exista este descoordenamento na informação, como é que, nesta altura, ela não está determinada de uma forma clara, para que aqueles que estão a dar a informação aos utentes possam dar de uma forma homogénea e de uma forma bastante clara. Portanto, nesta altura, não compreendemos como é que estas situações ainda acontecem. Sei que esta situação, por acaso, aconteceu ontem, já foi relatada ao gabinete da Sra. Secretária, mas a verdade é que é inaceitável que isto esteja a acontecer.

Relativamente a esta paragem que surgiu no atendimento aos doentes, é verdade, como até disse anteriormente a Sra. Deputada, muitas organizações, ordens na área da saúde, profissionais de saúde têm alertado para esta situação, inclusive a Ordem dos Médicos e o Presidente do Conselho das Escolas Médicas, que têm alertado para a necessidade de retomar a atividade assistencial. Referem que houve uma diminuição de cerca de 40 a 50% da procura às urgências e também, na mesma ordem, de enfartes agudos de miocárdio, portanto, são necessidades que devem estar alerta e que devem alertar o Governo Regional. A própria Ordem dos Enfermeiros dos Açores também já se manifestou nesta matéria, e, como, tal, não nos podemos esquecer que há doenças como o cancro, como as doenças cardiovasculares que estão entre as principais causas de morte na Região. Temos mais de 12 mil pessoas à espera de uma cirurgia programada, açorianos que estão há anos à espera desta cirurgia.

Como tal, a reorganização dos serviços de saúde para fazer frente à pandemia teve de ocorrer, mas não podem os doentes não COVID ficarem sem os seus

cuidados clínicos necessários e é preciso acautelar para que os doentes prioritários não COVID não sejam um dano colateral ao combate à pandemia.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS defende que os doentes não COVID, principalmente aqueles com patologias que não podem aguardar, não podem, por uma falta de estratégia e organização do Governo, ser passados para segundo plano. Defendemos o regresso progressivo, tendo em primeira linha os doentes prioritários; defendemos que todo este processo de monitorização, de acompanhamento seja feito de uma forma transparente, de uma forma rigorosa, real, e que os procedimentos a aplicar sejam práticos e exequíveis, porque não chega planear, é preciso executar. E não podem só os números da pandemia importar, como se todas as outras doenças deixassem de existir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise pandémica que atravessamos veio demonstrar a relevância, importância dos serviços públicos de saúde. Devo salientar, e eu penso que essa é uma constatação, mais do que uma opinião unanime, que o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde foram quem esteve na primeira linha e quem está ainda na primeira linha de combate à pandemia e não propriamente o setor privado e não propriamente hospitais privados, mas, sim, hospitais públicos é que têm estado na linha da frente, assim como os cuidados de saúde primários.

A pandemia, por outro lado, acabou por colocar a nu a constante suborçamentação do SRS. Portanto, se já tínhamos um SRS fragilizado, económica e financeiramente, o que acaba também por fragilizar o SRS, quer em termos físicos, mas principalmente e sobretudo em termos de recursos

humanos, com esta pandemia essa fragilidade tornou-se cada vez mais evidente. E foi cada vez mais evidente porque foi necessário, de facto, direccionar, se não todos os recursos, quase todos os recursos do SRS para combater esta pandemia que atravessamos. Aliás, o nível de constrangimento à circulação das pessoas, que se verificou na Região e principalmente na ilha de São Miguel com a imposição de cercas sanitárias, é uma medida de prevenção, é certo, mas é também um indicativo, um indicador da fragilidade do próprio SRS em todas as suas dimensões, mas principalmente na falta de recursos humanos especializados, como também, claro, em termos físicos.

Uma das consequências, e aqui já foi referido na apresentação feita pelo proponente desta iniciativa, desta pandemia, ou até mesmo efeito colateral, é o agravamento da situação de doenças não COVID, quer na sua prevenção, quer no seu tratamento. Isso tem sido quase inevitável, não só na Região, é claro, como também a nível mundial, a nível europeu e também no continente e, claro, também aqui na Região.

Portanto, é importante avaliar o impacto deste redireccionamento de cuidados de saúde quase exclusivamente para os casos COVID, sendo que também, e devo salientar e relembrar aquela que tem sido a posição pública do Bloco de Esquerda acerca desta matéria, para que se implemente um programa musculado de recuperação de consultas e cirurgias e um programa especial de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital para evitar a deslocação de doentes. Esta foi uma proposta que nós tivemos ocasião de fazer chegar ao Sr. Presidente do Governo, ainda muito recentemente, e esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD acaba por também reforçar esta que é a nossa posição e por isso mesmo votaremos a favor desta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

Todos, certamente, vivemos este tempo de mudança abrupta nas nossas rotinas, sem descurarmos os nossos deveres. Aceitamos e cumprimos as decisões do Governo, alicerçadas em pareceres das autoridades de saúde, sabendo que este período foi primeiro de exceção e, progressivamente, será de normalização de todas as atividades assistenciais em saúde, condicionadas por este problema de saúde pública.

Tudo o que se fez foi planeado para os piores cenários, mas os hospitais e as unidades de saúde desta Região não se fecharam sobre si, não esqueceram que as outras doenças continuam a existir e que outras medidas de apoio e consulta seriam implementadas.

A atividade assistencial foi reduzida para atos médicos e cirúrgicos não urgentes, pelos motivos óbvios que todos conhecemos; o medo que se instalou nas populações condicionou ainda mais esta procura dos serviços de saúde, levando os profissionais de saúde, como aqui já foi dito, aos alertas necessários, como forma de sensibilização dos utentes para não deixarem de recorrer aos serviços, quando necessário, e às instituições para que, sempre que possível, se retomassem outras atividades assistenciais.

Pela evolução desta pandemia na RAA, chegamos ao ponto em que este retorno a uma nova normalidade já pode ser anunciado. O Governo Regional, através da Secretaria Regional da Saúde, já requereu a todos os hospitais e unidades de saúde esse levantamento das atividades assistenciais, com planos de retoma que, também como já foi aqui dito, ponham em primeiro lugar a segurança dos profissionais e dos nossos utentes.

Não poderia ser de outro modo e este projeto de resolução vem preconizar o óbvio. Portanto, não existem mais ou menos responsáveis, mais ou menos preocupados, mais ou menos interessados na normalização de toda a atividade

assistencial na prestação de cuidados de saúde aos açorianos. E se passou pela cabeça de alguém que todos os utentes do SRS com outras patologias não são uma preocupação dos médicos e dos enfermeiros e que não há mais nada para lá do COVID-19, temos a dizer que o nosso SRS não parou, não fechou nem perdeu competências. Se há um tempo para retomar progressivamente uma normalização e a perda do medo dos utentes no recurso aos serviços de saúde, este tempo é agora, e o Governo Regional, sabendo disso, já atuou.

Os serviços de saúde tiveram um papel importante numa proximidade com os utentes, quebrando medos, aproximando-se dos seus problemas, tentando resolvê-los ou minimizá-los através de todas as formas possíveis e disponíveis.

O dramático seria não termos podido dar resposta a esta pandemia. Vencemos esta primeira batalha com o contributo e resiliência de todos os açorianos. Todos desejamos, com segurança, regressar a esta nova normalidade.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

São muitos os relatos de suspensão de atos de acompanhamento médico, mostrando uma situação particularmente preocupante no caso de pessoas com doenças crónicas. A redução muito significativa do número de cirurgias, a redução da vacinação das crianças ou a limitação no acompanhamento às grávidas com o adiamento de exames, são factos que acumulam riscos sérios para a saúde e a vida das pessoas. Preocupação que se estende a todos os outros que necessitam de prosseguir os seus tratamentos.

Na origem desta situação está o receio suscitado pelas implicações da COVID-19, no entanto as medidas já tomadas permitem responder de forma específica aos utentes em geral e às pessoas afetadas.

É urgente garantir o contacto com todos os que estão referenciados nos hospitais e centros de saúde, como doentes a precisarem de acompanhamento regular, com o objetivo de remarcar consultas e cirurgias, dando a conhecer a esses utentes as medidas que foram tomadas para as garantir.

É grande a exigência colocada ao Serviço Regional de Saúde e é indispensável garantir a sua capacidade de resposta. Por um lado, responder ao crescimento do número de vítimas de contágio e das necessidades de internamento, mas, cumulativamente, assegurar a atividade normal de atendimento aos utentes do SRS com outras patologias que não pode ser interrompido sob pena de amanhã se perderem vidas humanas por não terem tido o acesso aos cuidados de saúde que necessitam.

As medidas de prevenção que estão a ser tomadas devem acompanhar a evolução do surto para que não existam precipitações que possam levar a erros. Mas para ser possível que as mesmas sejam aplicadas com eficácia temos de ter os organismos de saúde organizados e em sintonia. Deve existir uma coordenação exemplar entre a Secretaria, a Direção da Saúde, os Hospitais, as USI, a proteção civil e ainda outras entidades envolvidas na gestão da saúde pública e da assistência de pessoas (por exemplo, lares, centros de dias, associações de doentes, entre outros).

Para garantir esta coordenação, é necessário existir excelência no serviço, e é necessário que os profissionais sejam recompensados pelo trabalho que prestam – e não estou a referir-me só ao surto, mas mesmo no dia a dia dos diversos serviços.

Os senhores sabem bem que por diversas vezes já alertámos para as dificuldades que passam certas categorias profissionais, como enfermeiros ou bombeiros, entre outros. Damos um exemplo: existem inúmeras situações de sobrecarga de trabalho de enfermeiros e de assistentes operacionais de hospitais e unidades de saúde, que são forçados, e já levantámos esse problema várias

vezes, a turnos, por exemplo de 16 horas, sem que tenham o respetivo descanso compensatório. E, pergunto eu, onde é que está a valorização destes profissionais?

Estamos a pedir que deem tudo, mas nós, efetivamente, não damos nada. É no mínimo injusto para estes profissionais.

Como temos afirmado o caminho que vamos percorrer vai continuar a encontrar muitos obstáculos. Vencê-los-emos, no plano da resposta da saúde contando, claro, como é óbvio, com o SRS e com os seus profissionais que nunca negaram qualquer desafio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

A saúde é e será sempre uma prioridade do Governo Regional dos Açores. A situação que vivemos foi excecional e uma aprendizagem para todos nós. Adaptámos e fizemos a diferença, com a ajuda de toda a sociedade civil. Estamos todos de acordo que é tempo de recuperar, é tempo de retoma, gradual e dinamicamente, e não só a normalidade, mas também os casos prioritários e também a recuperação das listas de espera.

Temos de fazer uma reorganização, e já a estamos a fazer, de cuidados; temos de pensar mais em telesaúde, em telemedicina, em receituário eletrónico, quer no público, quer no privado, que já é uma realidade; temos, sem dúvida, que estratificar as prioridades.

A atividade assistencial, durante estes três meses, e a situação que passámos, nunca foi suspensa. Foram cancelados atos, sim, mas mantiveram-se os atos

inadiáveis e urgentes, bem como todos aqueles que poderiam ser realizados à distância e nas várias vertentes. Deu-se especial atenção à vigilância da doença crónica, à saúde materna e infantojuvenil.

O SRS continuou a realizar atendimentos, meios de diagnóstico e cirurgias urgentes e/ou inadiáveis, bem como a prestar saúde e cuidados na área da programação regional da vacinação. A título de exemplo, mesmo com as condicionantes que todos conhecemos, as nossas unidades de saúde de ilha deram, entre 1 e 25 de abril, que sabemos que foi o mês com menos produção programada, a última atualização que temos, fez-se 39 980 consultas. Nestes três meses, fevereiro, março e abril, no SRS, fizemos 193 939 consultas, nas diferentes áreas: consultas da diabetes, consultas da diabetes pelo médico, pelo enfermeiro, consultas de saúde infantojuvenil, consultas de planeamento familiar. Os três hospitais mantiveram a sua atividade, garantindo circuitos diferenciados para utentes COVID e doentes não COVID e mantendo sempre, e o mais importante, a segurança na prestação de cuidados. A título de exemplo, nas consultas externas, foram realizadas 68 443 consultas; nos hospitais de dia, 12 881 consultas; cirurgias com internamento, foram realizadas 900 e 626 cirurgias urgentes. Foram também canceladas 154. Todos sabemos que foram atos cancelados. Exames de ambulatório urgentes, foram realizados 169 670 urgentes; nas urgências, o número de atendimentos foi cerca de 30 000.

É tempo de retoma, é tempo de reorganização, sem dúvida nenhuma, e a calendarização da atividade assistencial já todos conhecemos. Só hoje há sete ilhas que retomam a sua situação.

Foi pedido um plano a todas as nove unidades de saúde de ilha e aos três hospitais, plano esse que foi entregue até esta segunda-feira. Estamos agora, através da equipa de contratualização, a olhar o plano e a reorganizar para mostrar e divulgar quer as prioridades, quer o plano de recuperação das listas de espera. A título de exemplo, já foram revogadas as portarias e que tinham

suspensas quer as convenções, quer as atividades de medicina dentária, bem como outros tipos de especialidades a nível privado.

Temos estratégias, temos estratégias de priorização de cuidados, da reafecção de recursos materiais e humanos, como, por exemplo, a flexibilização da constituição de equipas e movimentando recursos para onde eles serão mais necessários, reorganização da atividade para recuperar a atividade assistencial que foi suspensa, em termos de horas e de espaços. Sabemos que temos de ver mais utentes e mais rapidamente, sabemos todos que nos temos de reorganizar. A título de exemplo e em três áreas importantes, dar-vos aqui, já, algumas medidas.

Na área da prevenção e combate às dependências, a introdução do módulo na saúde escolar sobre as medidas da segurança e de atuação possíveis da utilização de máscaras e da etiqueta respiratória, da lavagem de mãos. Já ao dia de hoje, nas três ilhas que retomámos [*impercetível*] estão onze escolas para toda essa intervenção.

A manutenção da vigilância de doentes assistidos através do contacto telefónico sistemático de equipas de intervenção em comportamentos aditivos manteve-se e manter-se-á nesta área de recuperação.

Na área da prevenção do cancro, não esqueçamos que a Região é pioneira em alguns rastreios do cancro, nomeadamente da cavidade oral. É tempo de retoma de todos estes rastreios, retoma dos programas de rastreio, rastreio de cancro da mama e da cavidade oral, rastreio do cancro do cólon e reto, de todos estes rastreios, retoma da atividade assistencial da dermatologia, que também foi cancelada, como sabemos, em todo este tempo que vivemos. Nos cuidados primários, manter, sempre que possível, a teleconsulta.

Adaptámo-nos, todos os nossos profissionais de saúde se adaptaram a uma nova realidade.

Sabemos também nas ilhas sem hospitais que a teleconsulta com os hospitais também tem sido reorganizada. A deslocação de especialistas, a deslocação de utentes pode ter uma nova realidade com uma teleconsulta [*impercetível*] dos utentes, quando necessário para exames e depois para o ato final, se esse for, por exemplo, uma cirurgia. Privilegiar a marcação prévia de consultas, com hora perfeitamente identificada e evitar a concentração de pessoas nas nossas unidades de saúde. Priorizar com a direção clínica para situações pontuais, priorizar também e continuar em teleconsultas, citologia [*impercetível*] nutrição, que se mantiveram nas nossas nove ilhas dos Açores, apesar da situação que vivemos.

Este plano está a ser encetado, está a ser reorganizado, estes são exemplos de algumas das medidas. Sim, estamos todos de acordo que é prioritário estratificar prioridades e avançarmos, avançar para mais saúde, como todos sabemos que temos dado aos nossos utentes, a todos os açorianos e que se deve continuar.

Este plano será apresentado a muito breve trecho, acompanhado e monitorizado diariamente, sabendo que os nossos profissionais, que têm sido a frente de toda esta situação, não podem baixar os braços e vão ter de continuar a trabalhar, como têm feito até agora, como o sabem e como sempre nos orgulharam no seu trabalho diário.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Encerramos esta primeira ronda, abro agora uma nova ronda de inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, da parte do PSD, inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, queria inscrever-me, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem, então, a palavra a Sra. Deputada Monica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo:

Nós estamos aqui a falar em planificar o futuro. Eu compreendo que, neste caso e com este efeito, de facto, a Sra. Secretária tem acesso a números que, infelizmente, nós não temos, e que chegue aqui e venha falar sobre a atividade que começou em fevereiro, quando nós estamos aqui a tentar planificar aquilo que se irá passar de agora em diante, uma vez que esta fase aguda da pandemia já acabou. Portanto, fico contente por ter esses números e por vir aqui debitá-los, porque esses números representam pessoas, e isso obviamente que nos preocupa. Mas, vou gostar de saber, depois, se vai fazer uma comparação entre aquilo que foi feito e aquilo que irá ser feito daqui para a frente ou quando esse plano entrar em vigor, para, de facto, percebermos como é que foi esse aumento de produção e que resposta é que o SRS conseguiu dar às pessoas que, durante o mês de março e o mês de abril, viram os seus exames, as suas cirurgias e as suas consultas adiadas.

Dou-lhe só um exemplo daquilo que se passou ontem. Um utente do SRS, que tinha uma consulta no dia 5 de maio, portanto, ontem, nos cuidados de saúde primários, estava marcada, e bem, telefonicamente para a 1h30 da tarde. Para o mesmo dia, este utente tinha análises a serem realizadas em ambiente hospitalar. Sabe o que é que aconteceu às análises, Sra. Secretária? Foram canceladas. Sabe o que é que aconteceu à consulta? Até ao final da tarde de ontem não se tinha realizada.

Como é que os utentes do SRS podem ficar tranquilos? Estamos a falar de uma situação que aconteceu, estamos a falar de pessoas que aguardavam, já há

algum tempo, a realização desta consulta e é necessário dar, com segurança e tranquilidade, uma resposta a estes utentes do SRS. Já era mau ter a consulta sem ter as análises realizadas, pior ficou quando nem sequer a consulta o utente teve.

Portanto, há aqui, de facto, de forma robusta e sólida, que montar um plano que dê resposta aos utentes do SRS.

Depois, falou, de facto, da saúde materna, da saúde infantojuvenil. Oh, Sra. Secretária, fale concretamente! Olhe, o exemplo da vacinação. A nível nacional, houve uma quebra de 40%; a nível regional, como é que estamos a nível de vacinação? Em relação à mortalidade, que eu, na minha primeira intervenção, questioneei-a diretamente? Se a nível nacional houve um aumento da mortalidade por causas de doença não COVID três a cinco vezes mais, a nível da Região, como é que estamos? Tem esses números? Pode partilhar connosco? Falou, e bem, a Região é pioneira nos rastreios, e deu exemplos de rastreios. Então, diga-nos, quantas colonoscopias, que vão fazer o diagnóstico dessas lesões, algumas delas em fase inicial, felizmente, ficaram por marcar? Quantos doentes, que já com essas lesões identificadas em fase inicial, iriam ser operados durante este tempo e foram cancelados? Que resposta é que o SRS está a preparar para esses utentes?

São essas situações que são necessárias priorizar, e é, daí, importante haver um plano robusto, um plano que seja estratificado por prioridade e que sirva a realidade de todas as ilhas. Mas para esse plano ser feito, de facto, tem de haver, aqui, uma envolvência quase multidisciplinar: tutelas, conselhos de administração, unidades de saúde de ilha, chefes de serviço, as pessoas que estão no terreno e que conhecem a realidade. Porque, aqui, o que nos preocupa é, de facto, não atrasar ainda mais a resposta a estes utentes que continuam à espera.

Portanto, gostaríamos que o Governo concretizasse de forma mais pormenorizada, nomeadamente a nível destes utentes, que são, para nós, prioritários, utentes que estão a ver os seus diagnósticos atrasados, que vão ser, neste caso concreto dos rastreios do cólon e do reto, que vão ser operados num tempo mais tardio, com lesões potencialmente mais graves. Portanto, é necessário, de forma organizada, sistematizada, não perder estes doentes, manter estes doentes em contacto, para que sejam os primeiros a serem chamados e para não verem, obviamente, a sua situação evoluir no tempo, de forma desfavorável.

Gostaria também ainda de dizer mais umas coisas, porque não consigo conceber que seja aqui dito que o SRS não parou, que o SRS não fechou e que o SRS não perdeu competências, e ainda bem que assim o é. Felizmente não parou, felizmente os hospitais tiveram de se organizar atendendo a esta nova realidade, mas todos sabemos qual era a prioridade do SRS e dos hospitais e das unidades de saúde de ilha da Região, obviamente que não eram estes utentes, salvo casos pontuais. Também não fechou, mas teve de reduzir a sua atividade decorrente da pandemia, porque foram estas as instruções que foram dadas e tomadas a nível mundial, e, portanto, nos Açores não iam ser uma exceção e não iam ter aqui outro tipo de atitude. E não perdeu competências. Felizmente não perdeu competências porque as competências do SRS são também as competências dos profissionais de saúde da Região, e felizmente, deste ponto de vista, estamos muito bem servidos. Fica aqui o nosso agradecimento a todos os profissionais de saúde que estiveram na linha da frente, que continuam e irão continuar por muito mais tempo ou o tempo que for necessário para que tenhamos um combate eficaz e que proteja as populações desta luta invisível.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo:

Como tenho muito pouco tempo, tenho de lhe fazer uma pergunta cirúrgica, Sra. Secretária.

Coincidentemente foi anunciado, para hoje, o início da recuperação dos cuidados de saúde. Hoje, agora, é que o Governo Regional está a avaliar os planos que lhes foram enviados pelas unidades de saúde e pelos hospitais. Isto é que é a estratégia que a Sra. Secretária diz que o Governo Regional tem para o combate a todas as listas de espera que foram acumuladas durante estes dois meses? Inicia-se, hoje, a recuperação, mas a Sra. Secretária ainda está a avaliar os planos. Então, em que é que ficamos? Os açorianos sabem ou não sabem o que é que têm de fazer para voltarem a ter os seus cuidados de saúde?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Queria inscrever-me quando abrir a ronda de inscrições, Sra. Presidente.

Presidente: Já está aberta a ronda e já o inscrevi.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo (não vejo o Sr. Presidente, não sei se está, se estiver, cumprimento-o), Sra. Secretária Regional:

Dizer aqui duas ou três coisas muito rápidas.

É, de facto, importante que o Governo, aliás, que já anunciou no seu plano de reabertura gradual das ilhas, o plano de recuperação dos doentes está como uma prioridade primeira em todas as ilhas, à medida que vão sendo reabertas, e normalização dos serviços de saúde, e onde, enfim, em jeito até de alguma graça, se me permite a Sra. Deputada Mónica Seidi, ela ontem dizia que a nossa proposta era um bocado desfasada no tempo, mas a nossa tinha sido apresentada bem antes do plenário, Sra. Deputada. Talvez esta também venha um bocadinho desfasada no tempo, já que a do Governo, coincidentemente, também não deixa de ser curioso, a ser executada.

Mas eu queria dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o CDS se preocupa com essa recuperação das listas de espera há muito tempo e achou que era preciso fazer algo mais. E neste espírito de oposição construtiva e na defesa dos mais necessitados e daqueles que mais precisam, que são os doentes, nós propusemos que fosse feito, através de uma universidade independente, um estudo de avaliação para recuperação das listas de espera. Ora, essa proposta continua em vigor e foi numa altura que não havia pandemia, estávamos proativos na defesa dos doentes. E esperemos que o Governo agora tenha oportunidade de, seleccionando essa instituição e esse grupo de peritos para, tecnicamente, fazer essa avaliação das listas de espera, estabelecer critérios, uma proposta do CDS, que foi aprovada no último Plano e Orçamento. Gostaria de lembrar, porque, às vezes, as pessoas têm memória curta e o CDS já fez essa proposta, no último Plano e Orçamento, de novembro, para o Plano e Orçamento de 2020.

Portanto, é com muita satisfação que ela vai ser, nesta altura, ainda mais útil do que aquilo que é.

Depois, dizer que o CDS tem toda a confiança nos diretores de serviço para estabelecerem as prioridades aos seus doentes; cada diretor de serviço terá, relativamente aos doentes oncológicos, a devida atenção. Estes têm de ter, e alguns ficaram sem os seus tratamentos, talvez a tempo e horas, e esses são fundamentais serem recuperados, e muito rapidamente.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente, muito rapidamente.

E queria também deixar um alerta à Sra. Secretária, que tenha em atenção os doentes que estão deslocados, que foram apanhados durante a pandemia e que querem regressar às suas ilhas, quer doentes, quer acompanhantes, que dê a máxima celeridade, porque há muito atraso nos pareceres dos delegados de saúde para as pessoas regressarem à sua ilha. Queria apelar, Sra. Secretária, para que, rapidamente, gente que está na Terceira quer levar às outras ilhas, gente que está em São Miguel e quer regressar às suas ilhas. Foram acompanhar familiares e que estão lá e que querem voltar e o delegado de saúde não despacha o seu processo. Temos de ser humanos nesta questão, Sra. Secretária, e, portanto, apelo a que resolva esses assuntos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Sem dúvida nenhuma que a prioridade, neste momento, as prioridades de retoma das nossas nove ilhas e dos três hospitais são, sem dúvida uma prioridade. Essa retoma, como sabem, já está a ser feita, já está a ser realizada e os conselhos de administração das nove ilhas e dos três hospitais, das nove unidades de saúde de ilha e dos três hospitais sabem disso e organizaram-se com as suas direções clínicas e direções de enfermagem para que essa retoma seja o mais rapidamente possível. Sabemos também que estão a fazer as remarcações todas de consultas e a fazer essas retomas, remarcações de consultas tendo em conta também as prioridades.

Os nossos planos e a nossa estratégia têm áreas específicas de intervenção que já aqui foram referidas e que estamos totalmente de acordo.

Temos de estratificar prioridades, temos de perceber doentes oncológicos que estão à espera, doentes crónicos que não podem parar, temos de ter prevenção também da infantojuvenil, temos as grávidas que não param também, que os nove meses vão avançando e, portanto, mesmo que em tempo de COVID, tudo isto tem sido tido em conta.

Repito e volto a reforçar que a reorganização dos cuidados em telesaúde e telemedicina, que muito bem nos adaptamos durante estes três meses, está a continuar. Repito e volto a reforçar que esta retoma tem de ser rápida e temos de conseguir ver mais utentes, porque também sabemos que, apesar dos números de fevereiro a abril que apresentei, uma percentagem destes foram cancelados. Portanto, temos essa retoma toda para fazer.

Estamos conscientes, vamos fazer e vamos conseguir retomar e fazer mais neste tempo agora que começamos, nesta fase nova que estamos de retoma e congratulamo-nos pela iniciativa, é, sem dúvida nenhuma, importante este plano, e congratulamo-nos, porque também já o estamos a fazer.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver e não havendo, vamos, então, iniciar a votação.

Portanto, vamos votar o ponto 13 da nossa agenda.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto a favor desta iniciativa.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): É a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): *[Impercetível]*

Presidente: Sra. Deputada, peço desculpa, mas não consegui perceber o sentido de voto.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Desculpe! Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé.

Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

(Pausa)

Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

(Pausa)

Maria João Carreiro.

Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor. Voto favoravelmente a iniciativa.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, está a ouvir-me?

Presidente: Sra. Deputada Maria João Carreiro, agora estou a ouvir. Depois, quando fizer a segunda chamada, peço-lhe o seu sentido de voto, ok?

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sim, sim. Obrigada.

Presidente: Obrigada.

António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vamos, então, fazer a segunda chamada.

Eu tenho a informação que o Sr. Deputado Mário Tomé, por motivo de falecimento de familiar próximo, não poderá estar hoje, neste dia de plenário, connosco, por isso não farei a segunda chamada, nem voltarei a chamar.

Chamo agora, então, a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação.

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Está a ouvir-me?

Presidente: Agora sim.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 207 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio dia.

Eram 11 horas e 28 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Deputada Marta Matos assumiu o lugar de Secretário da Mesa)

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 14 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 195/XI – “Apoio de emergência às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para fazer face às contingências resultantes da Pandemia Covid-19”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Informo a câmara também que durante o debate e votação desta iniciativa a Sra. Deputada Marta Matos assumirá o seu lugar na Mesa.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar para o debate dos projetos de resolução e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de apresentar a iniciativa gostaria de transmitir, em primeiro lugar, uma mensagem de reconhecimento a todos os bombeiros da Região em nome do PSD/Açores, bombeiros que em conjunto com outros profissionais e voluntários e com todos os agentes de Proteção Civil estão na linha da frente no combate a esta pandemia.

Agora sim, Sra. Presidente, passo à apresentação da iniciativa.

A pandemia COVID-19 coloca desafios diários aos bombeiros da Região em matéria de intervenção operacional e também às próprias associações humanitárias de bombeiros voluntários que se viram confrontadas com uma acentuada quebra de rendimentos e com o aumento de despesa, nomeadamente ao nível do reforço, da higienização e aquisição e equipamentos de proteção individual.

Em termos de quebra de rendimentos as associações foram confrontadas com a suspensão de voos comerciais em sete ilhas e diminuição significativa em São Miguel e Terceira, o que originou também a diminuição dos serviços prestados em alguns aeroportos e aeródromos, uma importante fonte de rendimento das associações de bombeiros.

Do mesmo modo, várias associações viram-se confrontadas com uma acentuada quebra da receita decorrente da diminuição dos serviços de transporte não urgente de doentes e também se registou a eliminação quase total da prestação de serviços variados, como o apoio à segurança de eventos culturais e desportivos, suspensos como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus.

A situação é diferente de corporação para corporação e esta heterogeneidade deve ser considerada no apoio a prestar.

As associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região foram e continuam a ser seriamente afetadas pela crise causada pelo novo coronavírus, carecem de medidas de apoio para superar o período de grande dificuldade que atravessamos e merecem essas medidas de apoio excecional.

No âmbito deste apoio às associações humanitárias entendemos que deverão ser consideradas, entre outras, medidas de apoio financeiro extraordinário destinado a compartilhar o pagamento de salários, para assegurar a manutenção dos postos de trabalho dos bombeiros voluntários assalariados e outros trabalhadores das associações.

Este apoio poderá ser aferido com base na despesa com remunerações ou a título de compensação em função da diminuição da faturação, devendo a opção por cada uma das modalidades de apoio, ser negociada com cada Instituição em função da sua realidade em concreto.

No sentido de prosseguir os mesmos objetivos, reiteramos neste projeto de resolução a necessidade do Governo reforçar as orientações a todos os órgãos

da Administração Pública Regional e do Setor Público Empresarial da Região, para liquidarem com a maior urgência as faturas emitidas pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e no momento da apresentação desta iniciativa entendemos ainda sugerir que no âmbito fiscal e contributivo fosse avaliada a possibilidade de extensão às Associações Humanitárias do regime de “Deferimento de Impostos e Contribuições para a Segurança Social” aplicado no âmbito das medidas de apoio à economia.

Sabemos que, entretanto, esta solicitação foi feita pelo menos por uma associação e foi autorizada.

Em sede de deliberação, que é a componente que é votada nesta Assembleia, o Grupo Parlamentar do PSD teve o cuidado de não restringir as opções do Governo para que nenhum argumento pudesse impedir as associações de bombeiros de receber o apoio de que necessitam e merecem, propondo assim que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional a adoção de medidas de apoio de emergência às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, mais do que nunca, os órgãos de governo próprio da Região não podem falhar aos nossos soldados da paz que estão também na linha da frente no combate à pandemia.

As associações necessitam de todos os bombeiros e assim também a Região e as nossas populações. Precisamos de todas as associações e de todos os bombeiros.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo também para uma inscrição.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária da Saúde. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As corporações de bombeiros e os seus profissionais e voluntários são uma peça fundamental do sistema de proteção civil em qualquer parte do mundo e nos Açores assim também o é.

Nos momentos difíceis o seu papel torna-se central e isso é indesmentível e toda a sociedade o reconhece e deve reconhecer.

No combate à COVID-19 os bombeiros são fundamentais na resposta que é necessária. O seu trabalho e dedicação merece, por isso, todo o nosso reconhecimento.

No decorrer desta pandemia muitas associações de bombeiros da Região Autónoma dos Açores viram as suas receitas caírem por motivos vários, é certo que nem todas de igual modo, pois as suas receitas são provenientes de diferentes fontes e de prestação de serviços.

Se no que diz respeito ao socorro não terão havido grandes alterações, outros serviços como o transporte urgente de doentes sofreram reduções, para além de

serviços de natureza comercial que as corporações prestam e que naturalmente tiveram um abrandamento no contexto em que vivemos.

Mas uma coisa é certa, a responsabilidade pelo socorro e apoio às populações em situação de emergência é, em primeiro lugar, da Região e para garantir que esse socorro é prestado é fundamental que no quadro atual as associações de bombeiros continuem a ter todas as condições para prestar esse socorro.

Independentemente das diferenças que possam existir entre as situações financeiras das várias associações o Governo Regional deve garantir que estas continuam a ter as condições para socorrer as populações, transportar doentes entre tantas outras funções essenciais que desempenham os bombeiros na Região Autónoma dos Açores.

Pelos motivos expostos o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente o projeto de resolução do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Bombeiros são a mais importante organização de proteção de socorro em alguns Estados-Membros e assumem um papel central no Sistema de Proteção Civil. Para além da atividade de proteção e socorro, desenvolvem ainda um conjunto muito diversificado de coberturas associativas no campo do desporto, da cultura, do convívio e na prestação de serviços.

O combate ao surto epidémico evidenciou o seu papel essencial no auxílio às populações, mas também as suas insuficiências, fruto de anos de subfinanciamento e de desinvestimento.

Nos Açores, a principal fonte de financiamento dos Bombeiros vem dos serviços prestados nas gares marítimas, aeroportos e aeródromos regionais e do

transporte de doentes não urgentes que, no contexto da Covid-19, teve uma quebra acentuada, agravada pelo aumento de despesas com consumíveis e equipamentos de proteção individual, o que significa que, em breve, não haverá dinheiro para pagar salários.

Para além disso, a insuficiência de recursos materiais, equipamentos e infraestruturas de emergência ficou demonstrada neste cenário de surto de Covid-19, situação ainda mais preocupante.

Novamente concluímos que no Sistema de Proteção Civil tem-se subalternizado o papel dos bombeiros, que vivem nestas situações de subfinanciamento e desequilíbrio financeiro, ao qual se veio agravar com a Covid-19. Já nem referimos a desvalorização dos direitos dos profissionais envolvidos, a insuficiência de meios e acentua-se a militarização da Proteção Civil, que não nos parece adequada.

Pelos motivos anteriormente expostos a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

O Governo Regional dos Açores conta e contará sempre com as 17 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores que através dos seus 17 corpos de bombeiros estão sempre na linha da frente em trabalho árduo e sempre prontos no socorro às populações, cuja pandemia COVID-19 não foi exceção. É para eles e sempre a nossa gratidão.

Através do Serviço Regional de Proteção e Bombeiros dos Açores temos apoiado e continuaremos a apoiar sempre os 17 corpos de bombeiros através

das suas 17 associações. Senão vejamos: nós apoiamos, continuaremos a apoiar na aquisição, reparação e manutenção dos softwares utilizados, equipamentos e viaturas, serviço de transporte de doentes urgentes e não urgentes, formação e qualificação, as requalificações que são sempre necessárias muitas delas de dois em dois anos, outras de três em três anos, ações de sensibilização, ajuda nas empreitadas e em todos os concursos públicos, nas reestruturações dos quartéis. No caso da pandemia do COVID-19 todo o equipamento de proteção individual tem sido disponibilizado pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Em algumas situações de início, houve algumas associações que fizeram as suas compras. Sabemos disso. Mas também sabemos que foram repostos e que distribuímos sempre prontamente nos 17 corpos de bombeiros o equipamento individual de proteção individual que necessitam. Senão vejamos, e a título de exemplo, em termos do Serviço Regional de Proteção Civil e não fazendo agora a distribuição pelos 17 corpos de bombeiros, neste momento nós fazemos distribuição das máscaras faciais cirúrgicas e temos 40 mil máscaras destas no Serviço Regional de Proteção Civil, porque os stocks que são também monitorizados semanalmente com todas as associações não estão a necessitar (e temos esse stock connosco), as máscaras FP2 temos cerca de 5 mil máscaras também no Serviço Regional de Proteção Civil monitorizadas e entregues sempre que necessárias, fatos de proteção integral, os óculos de proteção ocular descartáveis, a proteção para o calçado, o vulgo cobre botas, as viseiras, etc., etc., etc. Portanto, todo o equipamento de proteção individual é prontamente disponibilizado pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores aos 17 corpos de bombeiros.

Relativamente ao serviço não urgente de utentes e que felizmente hoje retoma já numa série de ilhas, a 17 de maio na Graciosa e depois a 22 de maio na ilha

de São Miguel, sabemos que sim, que houve uma descida nessa utilização por força também das fisioterapias que não foram realizadas.

No entanto, é importante perceber que o pagamento a todas as associações é feito quer pelas nove unidades de saúde de ilha, quer pelos três hospitais e a título de exemplo, só aqui no mês de abril, todas as USIS pagaram até à semana passada mais 123.381,72€ resultantes de faturas que existiam e os hospitais 94.680€ de pagamento das faturas que existiam relativamente ao transporte não urgente.

Ou seja, este pagamento é sempre a 60 dias como fazemos e já nos disponibilizámos, caso a caso, associação a associação, para pagarmos a 30 dias, em vez de 60 dias, e aqui também estamos a ajudar os corpos de bombeiros nesta situação.

Reforço também que através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores fizemos prontamente um seguro a todos aqueles que estão à frente no combate da pandemia que também já está instituído e suportado pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Portanto, sem dúvida nenhuma são necessárias medidas de emergência nestas situações excecionais. Também já conversámos em sede de comissão e essas medidas estão a ser realizadas caso a caso e com as situações que existindo em reuniões com o Serviço Regional de Proteção Civil e com a Secretaria estamos a ajustar medida a medida consoante as necessidades dos nossos corpos de bombeiros.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Abro agora então nova ronda.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Queria inscrever o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever-me. Artur Lima.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então continuar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer quer as manifestações de apoio e de consenso relativamente a este projeto de resolução que foram prestadas por outros grupos parlamentares, quer também os esclarecimentos da Sra. Secretária.

Nós já tivemos oportunidade de debater esta iniciativa em sede de comissão quando foi ouvida a Sra. Secretária Regional e relativamente a isso penso que com toda a ponderação importa também aqui esclarecer alguns pontos.

Relativamente à faturação em dívida dos órgãos da administração regional e das empresas do Setor Público Empresarial Regional nós registamos efetivamente o esforço que o Governo fez na última semana para regularizar a maior parte das dívidas que quer os hospitais, quer as unidades de saúde de ilha tinham para com as associações.

Ainda na véspera da audição da Sra. Secretária Regional na Comissão de Política Geral que ocorreu a 23, portanto, no dia 22, foram feitos vários pagamentos a associações humanitárias de bombeiros voluntários precisamente relativos ao transporte não urgente de doentes e depois de em sede de comissão ter havido uma divergência de informação entre aquela que era a informação

prestada pela Sra. Secretária, que afirmou que todas as faturas com mais de 60 dias estavam em dia e nós termos afirmado que não era verdade, portanto, que continuavam a existir faturas com mais de 60 dias por pagar, também fomos informados de que houve nova comunicação de algumas entidades na área da saúde a transmitir às associações que iriam proceder a mais um pagamento. Portanto, esse esforço tem existido desde que foi apresentada esta iniciativa.

Na véspera da audição da Sra. Secretária foram feitos pagamentos, depois da audição da Sra. Secretária foram comunicados novos pagamentos, mas ainda não estão totalmente realizados e, portanto, é um trabalho que tem de continuar a ser feito.

Gostaria também de realçar que algumas das faturas pagas no dia 22 de abril respeitavam ao mês de outubro, ou seja, a faturação emitida em outubro respeitando a serviços prestados em setembro, o que significa que havia um atraso no pagamento muito para além dos 60 dias.

Relativamente àquilo que na nossa perspetiva é o mais relevante neste projeto de resolução e no apoio a prestar às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários gostaria de realçar a diminuição dos rendimentos da generalidade das associações e posso dar aqui como exemplo a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial que, em relação aos serviços prestados no aeroporto, tem uma diminuição na faturação de 4 a 5 mil euros por mês; a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Madalena tem também uma diminuição na faturação respeitante aos serviços a prestar no aeroporto de quase 5 mil euros por mês; a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico tem uma diminuição muito significativa também de cerca de 50% no transporte não urgente de doentes se compararmos os meses de abril de 2019 e de 2020; a maior associação da Região, Ponta Delgada, tem também uma diminuição muito significativa no transporte não urgente de

doentes, nos serviços variados prestados e a diminuição no seu global ascenderá a mais de 40 mil euros por mês.

Estamos a falar de associações que têm uma missão extremamente sensível e relevante, mas que são também entidades empregadoras e, por isso, merecem, neste momento de maior dificuldade, o apoio do Governo Regional e merecem que este Parlamento transmita também uma mensagem de reconhecimento que se materialize de forma prática com este projeto de resolução a recomendar ao Governo que preste efetivamente este apoio de emergência que as associações necessitam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução agora em apreciação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, recomenda a adoção de medidas de Apoio de Emergência às Associações de Voluntários da Região, para fazerem face às contingências resultantes da Pandemia Covid-19.

Esta Pandemia, que muitos julgavam distante e que não nos iria atingir, infelizmente, não aconteceu. Esta ocorrência, agravada pelo desconhecimento existente sobre este novo vírus, associada à inexistência de vacina preventiva às dúvidas sobre os fármacos mais eficazes no tratamento dos afetados, tem originado a propagação da doença e apesar do sucesso na contenção, assim como a recuperação de muitos casos, temos, até entre nós, registado a existência de vítimas.

Antes de me debruçar sobre a proposta em si, permitam-me expressar o nosso reconhecimento pelo trabalho prestado pelos nossos Bombeiros em particular em situações muitas vezes difíceis, tal como agora, no apoio àqueles que,

atingidos pela Pandemia, necessitam do seu apoio. Atrevo-me mesmo a dizer que este reconhecimento é partilhado por todas as forças políticas aqui representadas, assim como pela população em geral.

Assim e se reconhecemos o trabalho importante desenvolvido pelas nossas Associações de Bombeiros Voluntários, naturalmente incluindo os seus dirigentes, importará também salientar os avultados investimentos que desde há anos os diversos Governos da responsabilidade do Partido Socialista têm realizado, na área da Proteção Civil, tanto ao nível de infraestruturas como equipamentos, mas, e não menos importante, na formação dos Corpos de Bombeiros, dotando-os de condições e conhecimentos para o desempenho exemplar que todos lhes reconhecemos na realização das tarefas que lhe são atribuídas, tal como foi salientado pela Sra. Secretária Regional.

Mas para além daqueles investimentos que anualmente são dedicados e aprovados nesta Assembleia, importará referir o esforço de investimento já realizado após o aparecimento da Pandemia, na segurança dos que estão na linha da frente no seu combate, onde naturalmente se incluem os Corpos de Bombeiros, das quais se destaca:

1. Reforço dos meios de proteção individual denominados EPIs, sendo o primeiro no final de março e depois em abril;
2. Disponibilização de uma bolsa de Alojamentos destinados também aos elementos da Proteção Civil;
3. Um seguro específico que abrange todos aqueles que estão afetos ao combate ao Covid-19 onde naturalmente se incluem os nossos bombeiros.

Relativamente ao projeto de resolução agora em apreciação, não podemos deixar de dizer que o mesmo assenta em alguns pressupostos com os quais não concordamos.

Mas, entendemos que esses são aspetos que não relevam para o objetivo que se pretende alcançar. Não podemos, no entanto, deixar de referir que a

generalização das dificuldades de tesouraria das Associações não corresponde à realidade, como é público, e em alguns casos esses mesmos constrangimentos são anteriores à época que atravessamos e resultam naturalmente de outros fatores. Este facto acabou por ser salientado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira. Assim e conforme foi transmitido pela Sra. Secretária Regional da Saúde, durante a audição na Comissão de Política Geral, o Governo Regional, desde a declaração da doença Covid-19 como uma Pandemia, tem vindo a prestar uma atenção muito especial às nossas 17 Associações de Bombeiros dos Açores e ficou também expresso que essa atenção irá manter-se. Logo, temos a garantia e a mesma deve ser transmitida também a toda a população de que a tutela tudo fará para que nada falte às nossas Associações de Bombeiros para a prestação de todas as importantes missões que lhes são no dia a dia confiadas.

Por isso, e como já referi, não nos revendo na totalidade dos considerandos do preâmbulo do projeto de resolução, mas considerando a amplitude da parte resolutiva, a proposta em apreço vai merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do PS.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria deixar aqui uma palavra de reconhecimento pelo trabalho dos bombeiros dos Açores. Como sempre foram extraordinários na sua dedicação ao serviço das populações e deram mais um exemplo de como se deve fazer numa altura em que as pessoas mais precisam deles e estiveram sempre e disseram sempre “pronto”. Isto é muito relevante e é digno desta Assembleia e este plenário prestarem o justo reconhecimento.

Mas para as associações de bombeiros não bastam agora apenas palavras, eles precisam um pouco mais do que isso, precisam de meios, precisam de meios materiais, ou seja, precisam de financiamento. Por isso, é importante que o Governo possa intensificar os apoios que lhes disponibiliza.

Como eu disse na comissão, quero aqui lembrar, uma das sugestões que fiz na comissão, foi que o Governo agilizasse e encurtasse os prazos de pagamento para pagar aos bombeiros as dívidas que tinham, que passasse, por exemplo, de 60 para 30 dias.

Dizer também, como é bem notório, que caíram as receitas, como já foi dito, em diversos serviços prestados no transporte não urgente de doentes, na questão dos aeroportos, enfim, em todos os serviços que os bombeiros prestavam e mais outros serviços que prestavam à população e que ficaram neste momento impedidos de o fazer. Era importantíssimo que o Governo agilizasse ... Eu diria até mais! Não é que repusesse. Era que adiantasse o dinheiro por conta dos serviços prestados do ano passado. Fizesse uma equivalência ao período homólogo do ano passado e adiantasse o dinheiro às associações de bombeiros.

Além de antecipar o pagamento também lhe antecipasse uma ajuda para cobrir o diferencial do que tinham faturado o ano passado, porque efetivamente alguns estão a viver grandes dificuldades e este é um serviço e há serviços que os bombeiros prestam que são de primeira linha, que estão muito preparados para o fazer, que têm muito treino, muita preparação e nós não podemos perder esses profissionais de primeira linha e esses voluntários, profissionais e voluntários, que serviço prestam à nossa comunidade e, por isso mesmo, apelamos ao Governo que tenha a maior atenção a essas corporações de bombeiros e ao seu relevante serviço aos Açores e aos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Não percebi quem é que pediu a palavra.

Alguém pediu a palavra, mas não consegui perceber quem.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, consegue ouvir-me? Graça Silveira para me inscrever.

Presidente: Sim. Está inscrita Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevia o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer e reforçar aquilo que já foi aqui dito, que efetivamente estas organizações humanitárias merecem muito mais do que o nosso reconhecimento pelo serviço de voluntariado que prestam à nossa sociedade. Merecem que o Governo Regional lhes assegure, lhes garanta o mínimo de condições para que possam continuar a desempenhar as suas funções e nesta altura são efetivamente vitais para os açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução que o PSD construiu assentou numa perspetiva da procura do maior consenso para que o apoio que às associações humanitárias de bombeiros não fosse bloqueado por uma qualquer questão partidária.

O consenso que parece existir nesta Assembleia é uma boa mensagem que o Parlamento dos Açores transmite às associações humanitárias e a todos os bombeiros dos Açores e não tenho dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, em afirmar que este é um apoio não apenas necessário, mas merecido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável a esta iniciativa.

Presidente: André Rodrigues.

(Pausa)

André Rodrigues.

António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é favorável a esta iniciativa.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

(Pausa)

Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: E para a segunda chamada, André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dou a palavra então agora à Sra. Secretária Marta Matos para anunciar a votação.

Secretária: Obrigada, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 195/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

A Conferência de Líderes deliberou que os pontos 15 e 17 da nossa Agenda seriam debatidos em conjunto por tratarem de matéria semelhante.

Neste caso o ponto 17 é antecedido por um pedido de urgência e só se este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão for aprovado é que se pode fazer o debate conjunto.

Nesse sentido, vou então pedir ao Sr. Deputado António Lima para justificar o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 216/XI – “Criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais”**.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para justificar a urgência. Ela prende-se obviamente com a situação de pandemia em que vivemos, com uma paragem ou redução muito forte da atividade económica por via de todas as medidas de confinamento e de combate à pandemia que levaram a essa mesma redução da atividade económica.

Nesse sentido, há um conjunto de respostas que são necessárias do ponto de vista social, do ponto de vista de apoio às famílias e às empresas e um apoio aos sócios-gerentes parece-nos importante, tendo em conta aqueles que já estão também em vigor, mas que deixam de fora alguns setores.

Neste sentido, parece-nos que a urgência justifica-se pela necessidade de se implementarem medidas no imediato de apoio a estas pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Naturalmente informo a câmara que tendo terminado o ponto anterior o Sr. Deputado Manuel Pereira assumiu o seu lugar novamente na Mesa.

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira ocupou o seu lugar na Mesa)

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor. **Presidente:** Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Concluimos a votação.

Sr. Deputado Manuel Pereira, é consigo agora.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado pelo Bloco de Esquerda foi aprovado por unanimidade.

Não estamos a ouvir.

Presidente: Tem toda a razão, Sr. Deputado. Eu não tinha ligado o microfone. É excesso de zelo.

Como estava a dizer, tendo sido aprovada a urgência os pontos 15 e 17 da nossa Agenda serão debatidos em conjunto.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e constam do regime excecional de funcionamento do plenário por videoconferência e são os seguintes: o Governo, o PS, o CDS e o Bloco de Esquerda dispõem de 23 minutos; o PSD, 19 minutos; o PCP, 11 minutos; e a Sra. Deputada Independente, 4 minutos.

O ponto 15 da nossa Agenda é uma iniciativa que cabe ao CDS-PP: **Projeto de Resolução n.º 198/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova mecanismos de compensação para gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise empresarial no âmbito da pandemia da COVID-19”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia causada pela COVID-19 provocou severos impactos na atividade empresarial em Portugal e, naturalmente, também na Região Autónoma dos Açores, causando enormes quebras de faturação e, em muitos casos, levando à suspensão temporária do funcionamento das empresas.

Assim sendo, tanto a nível nacional, como a nível regional, foram implementados diversos mecanismos excecionais de auxílio às empresas durante esta fase difícil, visando aliviar o respetivo esforço financeiro, atenuar os custos de manutenção do seu funcionamento e assegurar os postos de trabalhos criados por estas empresas.

Uma parte significativa das empresas açorianas afetadas pelos efeitos desta pandemia são empresas de pequena dimensão, que se inserem no setor de Comércio e Serviços, nas quais, muitas vezes grande parte dos serviços prestados são assegurados pelos próprios gerentes e sócios-gerentes, contando apenas com a colaboração de um reduzido número de funcionários.

O Decreto-Lei 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID -19, com as alterações constantes do Decreto-Lei 12-A/2020, de 6 de abril, prevê a possibilidade de atribuição de apoios aos sócios-gerentes de empresas.

No entanto, de acordo com o artigo 26.º do referido Decreto-Lei, apenas estão previstos apoios sociais para os sócios-gerentes de sociedades sem trabalhadores por conta de outrem, excluindo, por isso, os gerentes e sócios-gerentes de muitas empresas açorianas afetadas pelos impactos desta pandemia. Como tal, importa encontrar mecanismos de apoio social extraordinários que possam abranger também os gerentes e sócios-gerentes das microempresas açorianas que não são abrangidos pelos mecanismos já existentes, injustamente do nosso ponto de vista, apenas porque as respetivas empresas contam com trabalhadores por conta de outrem.

Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que promova mecanismos de apoio social extraordinários para gerentes e sócios-gerentes de microempresas com sede na Região Autónoma dos Açores, em situação de crise empresarial no âmbito da pandemia da COVID-19 e não abrangidos pelo estatuído no Decreto-Lei 10-A/2020, na redação introduzida pelo Decreto-Lei 12-A/2020, pelo facto de terem trabalhadores por conta de outrem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para a apresentação do ponto 17 que, relembro, é uma proposta de substituição integral, portanto, é esta que será debatida e depois votada, ao **Projeto de Resolução n.º 216/XI – “Criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A redução brusca e em muitos casos total da atividade económica devido à pandemia Covid-19 criou dificuldades muito sérias a muitas empresas, em especial a micro e pequenas empresa que, por via da sua reduzida dimensão têm menor capacidade de tesouraria para suportar uma forte ou mesmo total quebra de receitas.

Foram criados pelo Governo da República e pelo Governo Regional diversos mecanismos de apoio às empresas, desde linhas de crédito, apoio ao pagamento de salários, regime de lay off simplificado, entre outras medidas.

O regime de lay off simplificado, acabou por ser uma das medidas a que mais empresas recorreram como forma de reduzir custos salariais, com perda substancial de rendimento dos trabalhadores, assim como a medidas regionais complementares a esta.

No entanto, o regime de lay off não se aplica aos sócios-gerentes das empresas, tendo sido criado através do DL 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, um apoio extraordinário à redução da atividade económica de membro de órgãos estatutários, também designados por sócios-gerentes.

Esse apoio, no entanto, apenas se aplica a sócios-gerentes de sociedades, bem como membros de órgãos estatutários de fundações, associações ou

cooperativas com funções equivalentes àqueles, **sem trabalhadores por conta de outrem** e com faturação inferior a 60 mil euros.

Na Região o Governo Regional aprovou a Resolução n.º 97/2020, de 8 de abril de 2020, que criou um Programa de Apoio aos Empresários em Nome Individual que prevê o pagamento de 120% da remuneração mínima mensal garantida na Região Autónoma dos Açores durante 3 meses a empresários em nome individual.

Ora, esse apoio também não se aplica aos sócios gerentes de micro e pequenas empresas com trabalhadores.

Falamos de microempresas que, perante uma forte quebra do seu volume de negócios, ou seja, superior a 40%, ou por encerramento total e parcial da atividade, poderão não ter capacidade de remunerar devidamente os sócios-gerentes que também são seus trabalhadores e que, por isso, se encontram totalmente desprotegidos.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional a criação de um apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais com um volume de negócios até aos 150 mil euros anuais, com ou sem trabalhadores a cargo, no mesmo montante e em condições análogas ao referido Programa de Apoio aos Empresários em Nome Individual, aprovado pela Resolução n.º 97/2020, de 8 de abril de 2020.

Em suma, consideramos que é justo que os sócios-gerentes de empresas com trabalhadores com faturação até 150 mil euros anuais tenham acesso a um apoio regional, aplicando-se obviamente àqueles que não estão abrangidos pelos apoios já existentes para que não fiquem totalmente desprotegidos nesta altura difícil e tenham acesso a este apoio temporário que lhes permita fazer face à fase mais aguda desta crise sanitária.

Apenas para referir que a proposta de substituição que entregámos clarificou que o apoio não seria cumulável com obviamente o apoio nacional já existente nos casos dos sócios-gerentes de empresas sem trabalhadores a cargo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas.

Estão abertas agora as inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD, se me permite, queria inscrever o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, João Corvelo. Queria inscrever-me, se faz favor. Peço desculpa, Sr. Deputado Artur Lima.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queria inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As presentes iniciativas apresentadas pelo CDS e pelo Bloco de Esquerda fundamentam-se num conjunto de pressupostos com os quais concordamos, tendo como objetivo a compensação para gerentes e sócios-gerentes de empresas, cuja atividade foi afetada no âmbito da Pandemia da Covid-19.

Com efeito, a legislação que fixou os apoios em geral às empresas, sendo genérica para uma realidade económica complexa, naturalmente que pode deixar – e foi este o caso – pessoas e situações fora de qualquer tipo de apoio.

Tanto assim é, que muita da legislação nacional e regional em matéria de apoios económicos, tem sido adaptada em sucessivas versões, dando assim resposta a situações nas quais se verificou, à posteriori, que deveriam ter sido contempladas e não o foram.

Aliás, é de mencionar que a própria Provedoria de Justiça, através da sua Recomendação n.º 5/B/2020, de 21 de abril de 2020, por carta remetida à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pela Senhora Provedora de Justiça, perante inúmeras queixas recebidas, recomenda ao Governo a alteração do DL n.º 10-A/2020, de 13 de março, o mesmo que é objeto neste momento de análise, entre outras matérias, abrangendo o regime aplicável os sócios-gerentes.

No caso das iniciativas em discussão, o objetivo genérico é comum no sentido de criar ou reforçar mecanismos de apoio a gerentes e sócios-gerentes de empresas.

Na proposta do CDS o propósito é o de “Recomendar ao Governo que promova mecanismos de compensação para gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise empresarial no âmbito da Pandemia da “Covid-19”, atualmente excluídos dos apoios previstos no DL n.º 10-A/2020, alterado pelo DL 12-A/2020, por terem trabalhadores por conta de outrem, passando a estar abrangidos por este diploma, ou melhor, compensados igualmente nas mesmas condições;

Na proposta do Bloco de Esquerda o objetivo é o de “recomendar ao Governo que crie um regime de apoio extraordinário para sócios-gerentes de sociedades comerciais com um volume de negócios até 150.000 euros, com ou sem trabalhadores dependentes”, passando a aplicar-se, neste caso, o regime de apoios regionais previsto no Programa Regional de Apoio aos Empresários Regionais em nome Individual.

Ambas as propostas são válidas.

Ainda que, por informações disponibilizadas hoje, esta matéria possa vir a ser contemplada na reunião do Conselho de Ministros de amanhã, face à incerteza da solução que venha a ser aprovada naquela reunião de Conselho de Ministros, face à realidade empresarial regional caracterizada por inúmeras pequenas empresas, votaremos favoravelmente ambas as iniciativas, esperando que a serem aprovadas neste Parlamento, o Governo Regional, na fase de elaboração normativa, adote a solução ou soluções, que se afigurem mais vantajosas financeiramente para os destinatários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que a Região enfrenta, ocasionada pelo surto epidémico de SARS-COV-2 e da doença COVID-19, originou uma inesperada e muito significativa desaceleração da economia, com reflexos negativos imediatos e de grande impacto em quase todos os setores de atividade económica.

Há sectores da população particularmente atingidos pelas consequências da situação que se vive de que se destacam os trabalhadores, mas também milhares de micro e pequenas empresas que vivem situações de crise financeira.

As medidas criadas pelo Governo de apoio social nestas situações têm vindo, em muitas situações, a revelar-se insuficientes nos apoios concedidos e limitadas na sua abrangência.

Um dos exemplos dessas limitações é a situação dos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas que não se encontram abrangidos por qualquer das medidas de apoio social criadas, apesar de na sua maioria viverem do salário que auferem pela atividade que desenvolvem na respetiva empresa.

Situação próxima dessa é a que vivem milhares de trabalhadores independentes que se confrontam com a insuficiência dos apoios que lhes são atribuídos e a dificuldade em lhes aceder.

Considerando as difíceis situações que atrás enunciámos e pelas razões por nós aduzidas, o PCP propôs na Assembleia da República que fosse aplicado aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas o regime dos trabalhadores independentes dadas as circunstâncias em que desenvolvem a sua atividade e simultaneamente o reforço da proteção social concedida nessas situações e facilitando as condições de acesso, a mesma foi chumbada com os votos contra do PS e PSD.

Assim sendo, o PCP votará favoravelmente que sejam promovidos os devidos e necessários mecanismos de apoio social aos sócios gerentes das micro e pequenas empresas açorianas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação deste projeto de resolução o Grupo Parlamentar do CDS/PP-Açores pretende resolver um problema muito concreto: queremos que sejam encontrados mecanismos de compensação para os gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise devido à pandemia da COVID-19 que foram excluídos dos apoios previstos nos mecanismos criados a nível nacional, simplesmente pelo facto das suas empresas terem trabalhadores por conta de outrem. É simplesmente isto.

No nosso entender, não faz qualquer sentido que um gerente ou um sócio-gerente de uma empresa que não tenha trabalhadores por conta de outrem e que fature até 60 mil euros possa beneficiar de um apoio, enquanto que um outro

sócio-gerente e uma outra empresa que também fature menos de 60 mil euros fique excluído da possibilidade desse apoio apenas porque a empresa tem trabalhadores por conta outrem, ou seja, quando ainda por cima essa empresa, com a mesma faturação consegue assegurar postos de trabalho.

Por isso mesmo entendemos que é da mais elementar justiça que se possam encontrar mecanismos de compensação também para esta franja que ficou excluída dos apoios previstos dos mecanismos criados a nível nacional.

É simplesmente este o problema e esta injustiça que o CDS pretende corrigir com a apresentação deste projeto de resolução, mas nós propomos fazê-lo sem adular o espírito e os critérios que estiveram na base da criação do mecanismo de apoio nacional, nomeadamente no que diz respeito ao limite máximo da faturação anual e é exatamente aí que o projeto de resolução do CDS se distancia do projeto de resolução que é apresentado pelo Bloco de Esquerda, ou seja, tanto o CDS como o Bloco de Esquerda pretendem que se criem mecanismos de apoio extraordinários para estes sócios-gerentes e que estes apoios não fiquem dependentes da não existência de trabalhadores por conta de outrem.

No entanto, ao contrário do CDS, o Bloco de Esquerda propõe alterar o limite máximo de faturação anual das empresas prevendo que o volume possa ir até 150 mil euros anuais, em vez dos 60 mil que estão fixados no mecanismo criado a nível nacional.

É extraordinário pensar que ainda ontem o Bloco de Esquerda, pela voz do Sr. Deputado António Lima, demonstrava todo o seu desconforto pelo facto do CDS querer que o Governo Regional comparticipasse a fatura de eletricidade de todas as famílias açorianas, uma vez que no nosso entender todas as famílias tinham visto a sua despesa de eletricidade aumentar devido ao confinamento a que estiveram obrigados, mas que hoje venha propor a criação de apoios para

sócios-gerentes de sociedades comerciais com volumes de negócio anuais até 150 mil euros, convínhamos é uma faturação já considerável.

Há aqui de facto uma incongruência por parte do Bloco de Esquerda quando, por um lado, se sente desconfortável com um desconto de 30 ou 40 euros na fatura da eletricidade de alguém que ganha 700 € por mês, só porque não teve quebras de rendimentos, mas depois esteja na disposição de propor a criação de apoios para sócios-gerentes de empresas que faturem mais de 10 mil euros por mês. Enfim, não deixa de ser curioso.

Ainda assim, gostaria de solicitar esclarecimentos ao Bloco de Esquerda no sentido de nós percebermos por que razão é que o limite proposto no projeto de resolução do Bloco de Esquerda é de 150 mil euros anuais e como é que esse limite foi definido. No fundo, nós queríamos saber qual é que foi o critério adotado, porque é que são 150 mil, ou não são 120 mil, ou 180 mil, ou outro valor qualquer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou abrir agora uma nova ronda de inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, algumas palavras sobre também aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros relativamente a notícias que hoje dão conta de que o Governo da República estará a preparar também um alargamento

da medida, entre outras, mas nesta em concreto, que prevê um apoio aos sócios-gerentes de empresas.

Esse reconhecimento por parte do Primeiro-Ministro e do Governo da República só vem obviamente dar razão àqueles, como o Bloco de Esquerda que há muito o diz, que era necessário encontrar uma solução, um apoio mais abrangente do que aquele que foi criado que era muito limitado, que é muito limitado, a nível nacional através do referido decreto-lei.

Apesar disso, consideramos que a proposta que aqui trazemos continua a fazer sentido, por um lado, porque não sabemos ainda qual será e quais serão as soluções que poderão surgir por parte do Governo da República desse alargamento de apoios, por outro lado, consideramos que a Região, fazendo uso das suas competências deve ir mais além, deve ir mais além tanto na abrangência da medida, como até no próprio valor do apoio que é concedido como propomos.

Queria também dizer que obviamente esta medida torna-se extremamente importante num país como é o nosso que tem muitas empresas, muitas microempresas, é verdade; mas numa região como são os Açores ainda faz mais sentido, porque o peso das microempresas na Região ainda é superior e falamos obviamente de muitas pessoas que ficam sem qualquer tipo de apoio a quem é preciso acudir e a quem é preciso também criar mecanismos que permitam que se ultrapasse esta fase, uma fase difícil em que muitas empresas, como por exemplo, na restauração, nos setores dos serviços, do comércio, do turismo estão com uma atividade muito reduzida, efetivamente em crise empresarial, ou uma atividade também quase ou totalmente parada.

Isso é muito significativo, é muito grave e neste momento temos de criar uma rede de apoios, uma rede que permita que as pessoas, as famílias tenham apoio, que consigam ultrapassar esta fase e que as empresas subsistam e consigam daqui por alguns meses retomar uma atividade normal ou pelo menos muito

próximo disso que todos desejamos, aquelas que obviamente estão a ser afetadas.

Relativamente à outra iniciativa que está em discussão do Grupo Parlamentar do CDS, gostaria apenas de dizer que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está de acordo com ela, embora ela não especifique as condições que prevê para a atribuição desses apoios. Percebemos por aquilo que foi a intervenção do Deputado Alonso Miguel que essa atribuição seria da mesma forma, com os mesmos critérios, tirando uma questão do número de trabalhadores do apoio nacional, nós consideramos que se deve ir mais além pelos motivos que já referi.

Sobre a questão que colocou o Deputado Alonso Miguel já respondi em parte. Por um lado, consideramos que a Região deve ir mais além, tem feito isso em muitas áreas neste contexto, atribuindo complementos, atribuindo apoios que são majorados às empresas, também às famílias no que diz respeito, por exemplo, à questão do apoio às famílias que estão a cuidar dos filhos devido ao encerramento dos estabelecimentos escolares, há um apoio complementar. Ou seja, a Região aqui deve ir mais além e deve ter soluções melhores, porque a autonomia é efetivamente para fazer mais e para fazer melhor.

Apenas para dizer sobre o valor do volume de negócios, esse valor, os 150 mil euros, é um valor que é muitas vezes aplicado, tido como referência para a isenção ou a redução de derramas municipais, é um valor que é comum na aplicação, neste caso não de apoio, mas de também na isenção ou redução de derramas municipais. Os 150 mil euros são utilizados por várias autarquias como referência e foi com base nisso que o utilizámos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária da Solidariedade Social, Andreia Cardoso.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem então agora a palavra a ...

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (*PS*): Às vezes com a ligação fica mal.

Queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Julgo não haver mais inscrições.

Tem então agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

A propósito das duas iniciativas agora em discussão, uma do Bloco de Esquerda e outra do CDS-PP relativas aos apoios dirigidos aos membros de órgãos estatutários, designadamente aos sócios-gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores, é importante (porque já foram feitas aqui várias menções a propósito dos apoios que existem ou não existem para no fundo os trabalhadores com esta qualificação) que se diga aqui que de facto os membros de órgãos estatutários não estão excluídos de todos os apoios nacionais e regionais, antes pelo contrário, e o próprio debate levou-nos a concluir que isso não corresponde exatamente à realidade.

A nível nacional, por exemplo, foram estabelecidos dois apoios distintos, um deles a que já se fez aqui referência, para os membros de órgãos sem trabalhadores a cargo que é equivalente aos dos trabalhadores independentes. A

esse propósito gostaria de informar os Srs. Deputados que já deram entrada na Segurança Social regional, no Instituto de Segurança Social dos Açores, 116 requerimentos de membros de órgãos estatutários sem trabalhadores por conta de outrem.

Também a nível nacional e de acordo com o disposto no Decreto-Lei 10-G/2020, de 26 de março, ou seja, aquele que define apoios e que ficou mais conhecido pelo lay off simplificado, também está prevista a isenção temporária de pagamento de contribuições para os trabalhadores, mas também para os membros de órgãos estatutários, isto é bom que se refira.

Já há algumas semanas a esta parte, o Governo da República, quer através da Sra. Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Ana Mendes Godinho, quer agora mais recentemente, ainda ontem, pelo Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Tiago Antunes, deu nota de que estaria a ser preparado um pacote de medidas para colmatar aquelas que foram lacunas identificadas já por um conjunto de entidades a nível nacional e regional, designadamente a questão dos membros dos órgãos estatutários de microempresas, ou seja, com mesmo de 10 trabalhadores.

Hoje, pela própria voz do Sr. Primeiro-Ministro, pelas 10 da manhã dos Açores, estando ele nas instalações da Segurança Social a nível nacional, deu conta e especificou a questão dos membros dos órgãos estatutários com menos de 10 trabalhadores como sendo uma das medidas que está incluída neste pacote. Penso que este aspeto é essencial, não só será abrangida a questão que estava de facto em falta de um apoio específico para os membros dos órgãos estatutários que não a questão da isenção das contribuições, mas naturalmente também para os trabalhadores independentes, que é uma matéria que também veremos aqui discutida.

Ou seja, no fundo o Governo Regional entende que é pertinente a discussão e ter sido trazida aqui a debate da Assembleia Legislativa Regional esta temática,

naturalmente que é pertinente. É de facto um assunto que já vem sendo colocado nos mais diversos órgãos, aliás, já foi referido aqui, também discutido no parlamento a nível nacional, e é pertinente que se corresponda efetivamente às necessidades também destas pessoas, destes trabalhadores açorianos e também do todo nacional da melhor forma possível.

Também é importante que se diga que a Região no exercício que tem feito de colmatar lacunas a nível nacional ou de complementar os apoios a nível nacional também concebeu um pacote de iniciativas, designadamente para os empresários em nome individual, mas não só, designadamente também a antecipação da liquidez que prevê também apoios para este fim.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Nós vamos interromper agora os nossos trabalhos.

Regressamos às 14 horas e 30 minutos.

Até logo.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 32 minutos.

Estávamos no debate no âmbito dos pontos 15 e 17 da nossa Agenda e tenho a inscrição do Sr. Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao assunto que nos traz aqui a debate, o alargamento, no fundo, dos apoios sociais aos sócios-gerentes, o Partido Socialista entende que é uma questão de inteira justiça, portanto, nós concordamos com o princípio de que os sócios-gerentes devem ser apoiados. Isso é bem visível nos apoios regionais que têm sido criados nos últimos tempos.

Vemos com agrado as declarações do Primeiro-Ministro hoje detetando e colmatando as lacunas que existiam que existiam na legislação e deixando muito claro que o Governo da República irá alargar os apoios sociais aos sócios-gerentes com ou sem trabalhadores e isso é um motivo de satisfação para o Partido Socialista.

Quando se diz que, quer na Região, quer no continente que o Partido Socialista não pretende deixar ninguém para trás, este é um bom exemplo do trabalho que tem vindo a ser feito.

Referir ainda que quer o Governo dos Açores, quer o Governo Regional, têm estado atentos àquelas que são as preocupações da população, das empresas, as reivindicações dos sócios-gerentes e é por este motivo, e em complemento às declarações da Sra. Secretária Regional, que o Governo dos Açores tem vindo desde o início, nas medidas que foram criadas no âmbito do combate à pandemia, desde o mês de março, criou vários incentivos que apoiam as empresas, que apoiam os trabalhadores e que também apoiam os sócios-gerentes.

Esse facto não foi revelado quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo CDS, mas a verdade é que se tivermos em conta os apoios às empresas para a fixação dos postos de trabalho isso tem sido um fator transversal a todas as medidas do Governo Regional dos Açores, na medida da antecipação da liquidez para os salários do mês de abril, a verdade é que as microempresas e os sócios-gerentes das microempresas com salários declarados à Segurança Social também beneficiaram deste apoio no valor de 600€, apoio esse que já foi pago e cujo

montante global de dinheiro injetado na economia atingiu os 6,5 milhões de euros.

Também se tivermos em conta o programa de manutenção de emprego, também nesta medida quer os sócios-gerentes com salários declarados à Segurança Social, quer os empresários em nome individual, também eles contam para efeitos de cálculo do incentivo a fundo perdido que é atribuído às empresas e qualquer uma dessas medidas visam essencialmente assegurar os postos de trabalho e compensar pela manutenção do emprego registado.

Mais recentemente foi criado também nos Açores o programa para apoiar os empresários em nome individual. Este é um bom exemplo do trabalho que tem vindo a ser feito pelo Governo dos Açores que tem ido mais além daquilo que tem sido anunciado a nível nacional e tem criado uma série de medidas mais vantajosas.

Neste sentido, há uma mensagem muito clara que os empresários nos Açores têm ao seu dispor uma rede de apoios e incentivos muito mais vasta do que teriam se vivessem na Madeira ou no continente e este é um fator muito claro.

Relativamente às duas propostas que estão em discussão, referir desde logo que a proposta do CDS parece-nos, para o Partido Socialista, uma proposta mais equilibrada e mais válida e, por isso, mais favorável aos sócios-gerentes.

A proposta do Bloco de Esquerda contém de facto algumas omissões e até tem algumas frases no seu preâmbulo que não correspondem à verdade.

Quando o Bloco de Esquerda diz, por exemplo, e passarei a ler, que os “sócios-gerentes das sociedades comerciais não foram abrangidos por qualquer tipo de medida que pudesse acautelar algum tipo de rendimento”, não corresponde à verdade essa afirmação, porque conforme foi aqui demonstrado quer pela Sra. Secretária, quer por mim ao ler as medidas para a antecipação da liquidez, para a manutenção do emprego e o apoio para os empresários, comprovam de facto que nos Açores os sócios-gerentes já têm apoios para a manutenção do seu

trabalho e do seu rendimento e, por isso, já estão contemplados nas medidas regionais.

Vemos com agrado, como é óbvio, o alargamento dos apoios existentes e votaremos por este motivo a favor da proposta do CDS.

Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, conforme referi, contem no nosso entender algumas omissões, a própria formulação da proposta e o seu conteúdo não nos parece muito equilibrada, motivo pelo qual votaremos a favor da do CDS e não votaremos a favor a do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, queria inscrever-me, se faz favor.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando li estas duas iniciativas tive a mesma opinião que o Deputado Carlos Silva, de que efetivamente a iniciativa do CDS era mais abrangente e até poderia ser bem mais ambiciosa, uma vez que no seu ponto resolutivo diz “criar mecanismos de apoio social para os gerentes e sócios-gerentes de microempresas.”

A resolução do Conselho de Governo para os apoios que estão a ser dados [*impercetível*] de 2020 define como microempresas empresas que vão até aos 10 trabalhadores e com um volume de vendas inferior a dois milhões.

Depois fiquei sem perceber na argumentação do Deputado Alonso Miguel a dizer que a iniciativa do Bloco de Esquerda era mais abrangente, porque tinha um teto de 150 mil euros de faturação.

Não vi em lado nenhum na iniciativa do CDS dito explicitamente que a iniciativa do CDS era para apoiar empresas apenas até aos 60 mil euros.

Portanto, neste momento eu tenho dúvidas se a iniciativa do CDS é efetivamente para microempresas, ponto, portanto, que se aplica o critério de microempresas que são até 10 trabalhadores e um volume de vendas de 2 milhões, ou se é como o Sr. Deputado Alonso Miguel disse na defesa da sua iniciativa que era para aplicar apenas a empresas até os 60 mil euros de faturação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algumas questões e respostas àquilo também que tem sido o debate sobre estas iniciativas.

Já tive a oportunidade de dizer que independentemente dos apoios que forem aprovados a nível nacional para estes casos, para sócios-gerentes não abrangidos pela medida nacional que está em causa, a Região poderá e deverá sempre criar apoios que sejam complementares e que obviamente não devem ser cumulativos àqueles que já existem ou que venham a ser criados, seja a nível regional, seja a nível nacional. É para esses casos, aqueles casos em que as pessoas estão desprotegidas, que devem ser criados os apoios e é nesse sentido

que a proposta do Bloco de Esquerda vai e é nesse sentido que consideramos que ela faz sentido e continua a fazer sentido. Obviamente que deve ter em conta aquilo que for aprovado em Conselho de Ministros e que seja publicado em decreto-lei.

Respondendo também àquilo que foram as considerações (há pouco também por lapso não referi) relativamente a uma espécie, ou a uma alegada dualidade de critérios relativamente à nossa posição a diferentes iniciativas, nomeadamente àquela que foi do CDS relativa ao preço da energia.

Aplicando a mesma lógica que foi aplicada pelo CDS no que diz respeito à redução do preço de energia para as empresas, a proposta do CDS seria uma proposta que concederia apoios aos sócios-gerentes de todas as empresas quer tivessem ou não quebra de faturação, quer estivessem ou não sob crise, em situação de crise empresarial, porque a proposta que o CDS apresentou, o projeto de resolução relativamente à energia, previa uma redução ou uma comparticipação para fatura de 50% independentemente da empresa estar ou não em situação difícil, tal como acontecia para as famílias. Aplicada esta lógica a proposta do CDS seria de apoiar todos os sócios-gerentes, independentemente das suas empresas estarem ou não em situação de crise empresarial, o que não é o caso da proposta do CDS, e para o Bloco de Esquerda, tanto no caso da energia, como no caso desta proposta relativamente aos sócios-gerentes, escolhemos claramente apoiar tanto as famílias que estariam sujeitas a quebra de rendimento, como aqui escolhemos apoiar microempresas com um volume de faturação que ainda assim é reduzido que estão efetivamente em situação de crise empresarial.

Essa é a nossa opção e é muito clara também no seu objeto resolutivo, bastante objetivo e bastante explícito relativamente ao que se quer.

Agora, efetivamente a proposta do CDS é uma proposta que no seu ponto resolutivo não diz a que empresas, apenas que são microempresas, seria

aplicada, embora na exposição que foi feita pelo Deputado Alonso Miguel tenha referido que seria com um volume de negócios de 60 mil euros.

Para nós isso é pouco e não é isso que está na parte resolutiva, que é isso que é votado nas diversas iniciativas.

Também pegando neste enquadramento dizer também ao Sr. Deputado Carlos Silva que eu não percebo em que é que a nossa proposta é omissa e em que é que ela falha na sua parte resolutiva, porque ela é bastante objetiva e tem critérios que nos parecem bastante adequados, é mais abrangente (ou não, porque sinceramente já não percebo aquela que é a do CDS!), porque aplica-se a empresas que tenham um volume de negócios até 150 mil euros e diz claramente que não é cumulável com outros apoios, nomeadamente aquele previsto já a nível nacional. Por isso, eu percebo e noto que há aqui um esforço bastante grande do Partido Socialista a arranjar uma justificação para chumbar a proposta do Bloco de Esquerda, mas essa responsabilidade fica obviamente para com o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar os esclarecimentos, nomeadamente às dúvidas que foram levantadas pela Sra. Deputada Graça Silveira e também, já agora, alguns esclarecimentos em relação àquilo que disse o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, esclarecer que o ponto resolutivo deste projeto de resolução do CDS é muito claro, que sejam encontrados mecanismos de apoio social extraordinários para gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise empresarial. Portanto, eu não percebo qual é a dúvida do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, se é crise ou não é crise. Isto está muito claro, Sr. Deputado.

Se o senhor está à procura de argumentos para votar contra o projeto de resolução do CDS, enfim, consigo compreender, agora dizer que não está bem definido ... Depois outra coisa (e agora também vale para a Sra. Deputada Graça Silveira) diz claramente que são para aqueles que não são abrangidos no estatuído no Decreto-Lei 10-A/2020, na redação atual, ou seja, que são 60 mil euros e são 60 mil euros (e disse também há pouco) ... Nós propúnhamos isto sem adulterarmos o espírito e os critérios que estiveram na base da criação do mecanismo nacional. Portanto, nós estamos aqui numa forma muito concreta a incluir uma franja de sócios-gerentes que não são incluídos no mecanismo nacional apenas porque as empresas têm trabalhadores por conta de outrem, ou seja, uma empresa com a mesma faturação que ainda por cima gere postos de trabalho o seu sócio-gerente não pode ser abrangido pelo mecanismo nacional e é esta injustiça que o CDS quis resolver com este projeto de resolução. Parece-me simples.

Ao contrário do Bloco de Esquerda, nós não pretendemos mexer no limite que está estabelecido no mecanismo a nível nacional e a proposta da forma como

está feita se por acaso amanhã o Governo da República decidir fazer uma alteração à legislação que está em vigor esta proposta permite que cá, na Região, o mecanismo criado acompanhe a alteração que é feita a nível nacional. É tão só isto, é simples.

Em relação à grande confusão que foi feita pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda com a eletricidade não tem absolutamente nada a ver com o que o senhor estava a dizer. Eu apenas disse que o Bloco de Esquerda se sentiu muito incomodado, porque nós queríamos propor um apoio para todas as famílias, porque todas as famílias foram impactadas com os efeitos desta pandemia e viram a sua eletricidade ser aumentada porque estavam confinados em casa de forma obrigatória, assim sendo, todas as famílias, independentemente de perderem rendimentos, deviam ter aqui um apoio na sua fatura da eletricidade. O Bloco de Esquerda entendia que não, que era só para um grupo de pessoas mais desfavorecidas e que devia ser um alargamento da tarifa social. Nós entendíamos que era para todas.

Agora, também digo que afinal o Bloco de Esquerda hoje propõe que os sócios-gerentes de empresas possam ser apoiados quando o volume de negócios é até 150 mil euros, que é um volume bastante maior do que aquele que está definido a nível nacional e que permite apoios a sócios-gerentes de empresas que faturem mais de 10 mil euros por mês. Nós não temos nada contra, só que não foi esse o espírito da proposta do CDS. A proposta do CDS foi resolver uma injustiça e incluir uma franja de sócios-gerentes que não estava incluída de uma forma injusta do nosso ponto de vista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Muito objetivamente, Sr. Deputado António Lima, a proposta do CDS é mais abrangente e enquadra-se perfeitamente naquelas que foram as declarações do Sr. Primeiro-Ministro hoje, por este motivo é óbvio que a decisão do Partido Socialista é aprovar a proposta do CDS, porque ela é melhor, ela é mais válida e ela é mais eficaz naquele que é o objetivo aqui proposto e até acho que reconhecido por todos que é importante repor justiça e garantir apoios para os sócios-gerentes das microempresas e neste sentido a proposta do CDS responde a esta preocupação e, por isso, o Partido Socialista com agrado irá aprovar, porque é uma proposta que é válida e revela também no fundo aqui uma posição que é feita de forma construtiva e o CDS em relação a esta matéria está de parabéns e contará com o nosso apoio, conforme foi aqui transmitido.

Não temos nada contra a proposta do Bloco de Esquerda, a não ser o facto dela não corresponder à verdade, quer no seu preâmbulo, porque diz claramente que os sócios-gerentes não têm ao seu dispor qualquer apoio e isso não é verdade, Sr. Deputado.

Já demonstrei, a Sra. Secretária Regional já demonstrou, que nos Açores os sócios-gerentes têm acesso a apoios e mais! Já receberam apoios referentes à antecipação de liquidez no mês de abril. Portanto, nós não podemos aceitar de ânimo leve que aquilo que consta no seu preâmbulo seja aprovado, como não corresponde à verdade, independentemente do facto do que o que conta, para todos os efeitos, é a parte resolutiva, mas não podemos omitir essa informação.

Segundo, se tivermos em conta aquilo que o Bloco de Esquerda propõe, o Bloco de Esquerda limita aos 150 mil euros. Neste sentido, conforme referi anteriormente, é mais limitadora.

Portanto, aquilo que nos interessa para o Partido Socialista e o nosso esforço é aprovar aquelas que são as melhores propostas e as que servem de facto os interesses dos açorianos e iremos votar favoravelmente a proposta do CDS.

Isso não invalida, como é óbvio, que o Partido Socialista vai continuar atento às alterações que foram hoje anunciadas pelo Sr. Primeiro-Ministro e se for necessário voltaremos cá para apresentar novas medidas, porque de facto o objetivo é repor justiça e apoiar, neste caso, os sócios-gerentes das microempresas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Gostaria de me inscrever, Sra. Presidente, António Lima.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu também gostaria de me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: Sim, senhora.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se nós nos entendemos, porque tem acontecido algumas situações que são verdadeiramente extraordinárias durante alguns destes debates em que é dita uma coisa e o seu contrário, mas a conclusão é a mesma. Vamos lá ver.

O Partido Socialista diz que a proposta do CDS é mais abrangente. Sim, senhor! Então a proposta do CDS, pelas palavras do Sr. Deputado Alonso Miguel, abrange empresas até 60 mil euros de faturação anual.

A proposta do Bloco de Esquerda, criticada nesse aspeto pelo CDS, abrange empresas até 150 mil euros de faturação.

Bem, eu não sei qual é o conceito de abrangência que o Partido Socialista está a utilizar, mas não será de faturação.

Depois, diz o Sr. Deputado Carlos Silva que a proposta do Bloco de Esquerda afinal é limitadora, limita e impõe um teto até 150 mil euros e o Partido Socialista acha que esse é um teto eventualmente curto. Mas afinal dizia que a proposta do CDS era mais abrangente. Sinceramente eu não percebo a lógica, nem a argumentação do Partido Socialista, porque não tem lógica. Absolutamente diz uma coisa e o seu contrário na mesma intervenção.

Finalmente dizer que isto é uma espécie de repetição do mesmo tipo de argumentação que tivemos com a iniciativa do transporte aéreo, nomeadamente do avião cargueiro, ou seja, ele não era necessário, ele não iria ser fretado, ou não vai ser fretado, mas uma proposta que diz que se freta um avião foi aprovada pela maioria.

Bem, é essa a lógica que está a ser aplicada. Sinceramente é difícil de perceber qual é a argumentação do Partido Socialista, só sabemos o sentido de voto e obviamente as pessoas farão a sua avaliação da lógica ou da ausência dela, de cada uma dessas iniciativas.

Para o Bloco de Esquerda o que interessa é que sejam efetivamente criados apoios para estas pessoas, para esses sócios-gerentes, que não fiquem desprotegidos e consideramos que a nossa proposta tem vantagens e é efetivamente mais abrangente, teria melhores condições, até ao nível do valor do apoio, e consideramos finalmente que ela deve ser aquela a ser aprovada e aplicada, obviamente tendo em conta aquilo que vai aprovado pelo Conselho de Ministros, como já referi, e obviamente também votaremos a favor da proposta do CDS. Consideramos que ela vai no mesmo sentido que a nossa, embora consideramos obviamente que temos uma proposta melhor especificada, abrangendo potencialmente mais pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o Sr. Deputado Carlos Silva volta a referir, o qual eu concordo em absoluto, porque acho efetivamente que a iniciativa do CDS é mais abrangente do que a do Bloco de Esquerda, eu sinto-me muito mais confortável a votar a favor da iniciativa do CDS, porque ela é de facto, no seu ponto resolutivo, mais abrangente. Como já tive a oportunidade de dizer a resolução do Conselho de Governo 113/2020, exatamente do programa de manutenção de emprego diz no seu ponto 5.1 b) a definição de microempresa para os apoios e a definição é menos 10 trabalhadores, com volume de vendas inferior a 2 milhões e no ponto resolutivo a única coisa que o CDS pede, e com a maior justiça, é que os sócios, sócios-gerentes possam ser apoiados pelo mecanismo criado pelo Governo Regional, que não tenham tido direito ao benefício que lhes é dado a nível nacional e diz claramente “por terem empregados à sua conta”. Portanto, todas aquelas que não foram apoiadas e que sejam microempresas poderão ser apoiadas por um mecanismo.

Parece-me estranho que o Deputado Alonso Miguel queira diminuir a sua iniciativa quando até o partido da maioria que está disponível para votar favoravelmente a iniciativa do CDS o faz exatamente por ela ser mais abrangente.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente, inscrevo o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Sra. Presidente, em nome do PSD inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vou dar então a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o assunto acho que já foi devidamente explicado, embora a única pessoa que parece que não percebeu ainda devidamente o que está em discussão é o Deputado António Lima.

Sr. Deputado António Lima, agradecia que me dissesse onde é que constam os 60 mil euros de limite na proposta do CDS, porque tenho de concordar inteiramente com a análise da Deputada Graça Silveira, uma análise que é lúcida e que esclarece no fundo quais são os benefícios da proposta do CDS e compara com a proposta do Bloco de Esquerda e a proposta do CDS, pelas razões que foram evocadas, por ser mais aberta no seu projeto resolutivo, ela enquadra-se naquelas que foram as declarações do Sr. Primeiro-Ministro hoje e não limita aos 150 mil euros como tem o Bloco de Esquerda. É só isto. Por esta razão nós mantemos o entendimento que tínhamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar para esclarecer aquela que é a posição do PSD e que foi expressa na intervenção inicial em que, reconhecendo mérito a cada uma das propostas, quer a do CDS, quer a do Bloco de Esquerda, e que no seu fim último tinham objetos que se sobrepunham na sua maioria, mas há aqui uma questão que é importante, que nós referimos e a Sra. Secretária depois também referiu que o Governo da República amanhã, em Conselho de Ministros, irá

seguramente alterar a legislação e tudo indica que irá alargar o apoio que é previsto no Decreto-Lei 12-A/2020, que é aquele que contemplou essa possibilidade aos sócios-gerentes de empresas sem trabalhadores, portanto, a questão aqui é que se a lógica for semelhante, ou seja, se o Decreto-Lei 12-A/2020 for alargado também aos gerentes de empresas com trabalhadores, isto significa que os princípios serão os mesmos, ou seja, será afixado o limite de 60 mil euros e ficaria aqui em cima, nas duas soluções, divergia-se: uma impunha o limite que está previsto na lei nacional de 60 mil euros, se for alargada tal como propõe e que todos nós defendemos também, ou um limite de 150 mil euros.

De facto, o limite existe na proposta do CDS quando pede no fundo a extensão desse decreto-lei aos gerentes que estão fora neste momento.

Portanto, aquilo que nós propusemos na fase final da nossa intervenção, aquilo que esperamos é que em fase normativa o Governo Regional se adapte às duas propostas ou as duas iniciativas que aproveite aquilo de melhor que cada uma tem, ou seja, que possa aproveitar as soluções ou a solução que traga mais benefícios financeiros para os gerentes, porque de facto a partir daquilo que foi o entendimento e a explicação do Deputado Alonso Miguel, abrangendo ou aplicando o Decreto-Lei 12-A/2020, de facto o limite fica nos 60 mil euros e é evidente que o limite da faturação é sempre discutível. Nós podemos pensar em empresas que têm níveis de faturação elevados, mas que têm poucos trabalhadores e têm margens muito pequenas.

O exemplo típico são as estações de serviço que vendem gasolina, que têm três, quatro pessoas, mas que têm faturações muito elevadas, são empresas com margens muito pequenas.

Portanto, se as duas propostas ou uma delas, aquelas que sejam aprovadas nesta Assembleia, era bom que o Governo Regional depois tivesse uma análise mais fina, olhasse com cuidado a situação regional ou o complemento regional e

aproveitasse aquilo que de melhor tem cada uma delas. No final, os benefícios financeiros para os gerentes e sócios-gerentes sejam de facto as mais vantajosas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, Artur Lima.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, queria inscrever-me, António Lima. Uma inscrição, por favor.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

A grande mais valia da proposta do CDS é atribuir um apoio àquelas microempresas (e a definição de microempresa é que está legalmente estatuída), aos sócios-gerentes com funcionários um apoio que até agora nunca tiveram, nem tinham, porque tinham apoio aqueles que não tinham funcionários. Esta é a grande diferença do que havia até agora e a proposta do CDS, como sabem, já foi elaborada há uns dias atrás.

A grande diferença é que a quem tem funcionários nas microempresas os sócios-gerentes têm um apoio e a nossa proposta é suficientemente aberta para, como disse o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que o Governo na fase de regulamentação possa mais finamente adaptá-la, readaptá-la, à legislação nacional. Ela não fecha limites, o que ela propõe é que os sócios-gerentes das

empresas com funcionários tenham um apoio e o Governo quando for regulamentar a proposta definirá o limite desse apoio. É o que a proposta diz.

Portanto, nós não temos mais nada a dizer sobre esse assunto. Percebemos o incomodo do Bloco de Esquerda, é normal. Em democracia ganha-se e perde-se.

Ficou muito bem explicado aquilo que nós queremos com a nossa proposta e que naturalmente vai ser muito útil aos açorianos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder ao Sr. Deputado Carlos Silva, ele fez uma pergunta e eu respondo da seguinte forma ao Deputado Carlos Silva: quem falou e quem disse que a iniciativa do CDS tinha um limite de faturação de 60 mil euros não foi o Bloco de Esquerda, foi o proponente, foi o CDS, por isso, se tem dúvidas relativamente à interpretação que deve ser dada à proposta do CDS, a proposta que os senhores vão votar favoravelmente como já anunciaram, então sugiro, é uma sugestão que faço de bom grado e que julgo que faz todo o sentido de perguntar e pedir um esclarecimento ao proponente sobre qual é o limite de faturação, mas pelos vistos afinal já não é 60 mil euros, já será outro. Mas julgo eu que essa questão deve ser colocada ao proponente e não ao Bloco de Esquerda que tem a sua proposta muito clara e no fundo quer é que se resolva o problema e que essas pessoas tenham efetivamente um apoio que agora não têm.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sendo assim, está encerrado o debate e vamos passar à votação.

Votaremos pela ordem que constam da Agenda estas duas iniciativas e por isso vamos votar em primeiro lugar o ponto 15, nomeadamente o Projeto de Resolução n.º 198/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova mecanismos de compensação para gerentes e sócios-gerentes de microempresas em situação de crise empresarial no âmbito da pandemia da COVID-19”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

(Pausa)

António Parreira.

Bárbara Chaves.

(Pausa)

Bárbara Chaves.

Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

(Pausa)

José Ávila.

José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

(Pausa)

Manuel Ramos.

Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

(Pausa)

Mónica Rocha.

Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Desculpe, mas não percebi o sentido de voto Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Obrigada.

António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Desculpe, Sr. Deputado, mas não consegui perceber. Peço desculpa. Pode repetir o seu sentido de voto.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Obrigada.

António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

(Pausa)

Luís Garcia.

Luís Rendeiro.

(Pausa)

Luís Rendeiro.

Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, peço desculpa. Tive um problema técnico na primeira votação. Votei por duas vezes e penso que não constou.

Pergunto estamos a votar o quê?

Presidente: Estamos a votar a iniciativa do CDS referente ao apoio extraordinário para sócios-gerentes.

Deputado António Parreira (PS): Portanto, estamos a votar o ponto 15.

Presidente: Sim.

Deputado António Parreira (PS): O meu voto é a favor. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, também tive um problema técnico há pouco. Tentei anunciar a minha votação, mas não consegui. O meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, já tinha anunciado, mas repito novamente. O meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada.

Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, pelas mesmas razões de há pouco. O meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada.

Luís Garcia.

(Pausa)

Luís Garcia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão com problemas técnicos, Sra. Presidente.

Presidente: Vamos então continuar. Depois hei de fazer uma terceira chamada.

Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também com problemas técnicos há pouco. O meu voto é a favor.

Presidente: Mas agora já está *on*.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos tentar se agora já conseguimos o Sr. Deputado Luís Garcia.

(Pausa)

Luís Garcia.

Vou ter de aguardar um pouco, porque sei que o Sr. Deputado Luís Garcia está com problemas no computador, não é por ausência na reunião. Vamos aguardar só um pouco.

(Pausa)

Temos de aguardar só mais um pouco. Estamos a tentar colocar o Sr. Deputado Luís Garcia em áudio.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Garcia, obrigada.

Sei que teve problemas ao nível da ligação.

Vou pedir-lhe o seu sentido de voto para este ponto 15, que é o apoio extraordinário aos sócios-gerentes apresentado pelo CDS.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo então agora a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para anunciar a votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 198/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos iniciar agora a votação referente ao ponto 17: Projeto de Resolução n.º 216/XI – “Criação de um regime de apoio extraordinário para os sócios-gerentes de sociedades comerciais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Vamos iniciar a votação.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, voto contra a iniciativa.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Voto contra.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor. **Presidente:** Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, peço desculpa, tínhamos aqui um microfone ligado, não consegui ouvir.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem agora a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 216/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 3 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para os pontos 18, 19 e eventualmente 21 da nossa Agenda.

Estes três pontos foram decididos debater em conjunto pela Conferência de Líderes, no entanto, para que isto seja possível, para que estes três pontos possam ser debatidos em conjunto, o pedido de urgência referente à iniciativa do Partido Socialista terá que ser aprovada e nesse sentido é isso que teremos de fazer em primeiro lugar, neste caso concreto o ponto 20 da nossa Agenda que se refere ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 219/XI – “Complemento regional aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado”**, que eu peço ao Sr. Deputado Carlos Silva para justificar a urgência.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para apresentar a urgência.

O Partido Socialista entende que passada uma fase inicial cuja prioridade era a saúde pública e depois numa segunda fase em que foi importante garantir apoios para as empresas manterem os postos de trabalho, agora é a fase de apoiar os trabalhadores, sobretudo os trabalhadores que perderam rendimento ao abrigo do processo de *lay off*.

Por este motivo o Partido Socialista apresentou esta proposta e entende que ela é urgente, porque quanto mais cedo for aprovada, mais rapidamente trará benefícios para os açorianos que se encontram nessa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições.

Não há. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado pelo Partido Socialista.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Sra. Presidente, peço desculpa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência serão debatidos em conjunto nomeadamente os pontos 18, 19 e 21 da nossa Agenda.

As apresentações dos diplomas serão feitas inicialmente, como é habitual, pela ordem que constam na Agenda.

Vou dar apenas nota dos tempos que os partidos, a Sra. Deputada Independente e o Governo Regional dispõem para este debate, conforme consta do regime excecional de funcionamento do plenário por videoconferência.

O Governo Regional, o Partido Socialista, o PSD e o Bloco de Esquerda dispõem de 23 minutos, o CDS de 15 minutos, o PCP de 11 minutos e a Sra. Deputada Independente de 4 minutos.

Para apresentar então o ponto 18, nomeadamente o **Projeto de Resolução n.º 201/XI – “Recomenda ao Governo Regional a Criação de um Apoio Regional aos Trabalhadores em *Lay off* Simplificado”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia de Covid-19 causou uma enorme disrupção na nossa vida coletiva.

A defesa da saúde tem sido, e bem, uma prioridade na maioria dos países, incluindo em Portugal e na Região Autónoma dos Açores.

A necessidade da aplicação de medidas preventivas de confinamento, assumidas pela grande maioria da população mesmo antes de serem impostas por lei, levou a uma suspensão de uma parte substancial da atividade económica, criando uma crise social e económica de proporções ainda desconhecidas, mas seguramente muitíssimo fortes.

A manutenção do emprego neste contexto é imprescindível para combater esta mesma crise. A juntar à crise de saúde pública a última coisa que precisamos é de desemprego em massa, de proporções difíceis de imaginar.

O aumento do desemprego leva ao aumento da pobreza e das desigualdades. A súbita perda de rendimento também leva por sua vez a uma maior quebra da atividade económica, entrando esta numa espiral descendente que temos de evitar a todo o custo.

Estando a grande maioria do emprego no nosso país nas micro e pequenas empresas, foi com esse objetivo que o Bloco de Esquerda defendeu, a seu tempo, o pagamento dos salários destes trabalhadores diretamente pelo Estado durante a fase crítica da epidemia.

A opção do Governo da República foi, no entanto, a opção pelo regime de *lay off* simplificado. Esse sistema de apoio às empresas, embora tenha contribuído para atenuar o aumento do desemprego, apresenta vários problemas e tem um grande prejudicado: o trabalhador que perde de $\frac{1}{3}$ do seu salário.

O Governo Regional criou uma medida excecional de apoio às empresas com trabalhadores em *lay off*, ao abrigo do referido regime *lay off* simplificado, assumindo assim uma grande parte da parcela do salário que continua a caber às empresas. Concordamos com essa medida.

Mas se o Governo Regional decidiu, e bem, apoiar as empresas nesta medida, não pode deixar de apoiar os trabalhadores dessas mesmas empresas.

Os trabalhadores não podem ficar esquecidos. Diminuiu o seu salário e por isso cresceu a insegurança nas suas vidas. Exige-se que os quase 2500 trabalhadores açorianos que estão em *lay off* recebam um complemento regional ao *lay off* para dar segurança e estabilidade às suas vidas e às vidas das suas famílias.

O Bloco de Esquerda propõe que esse complemento tenha um valor até 150 euros por mês e que seja atribuído aos trabalhadores e trabalhadoras em *lay off* que auferem até 2 salários mínimos regionais.

Esta é uma proposta que consideramos justa, que protege o rendimento das famílias de menor rendimento e reduz o aumento do risco de pobreza, que na Região já tem, como todos sabemos, níveis inaceitáveis.

Para além disso, garantir o rendimento das famílias é reduzir o impacto da crise na própria economia, garantindo que as empresas dependentes do mercado interno mantenham as suas vendas, permitindo que a economia recupere mais rapidamente desta crise.

Aprovada ou não, a iniciativa do Bloco de Esquerda já está a cumprir o seu objetivo: garantir um complemento regional ao salário dos quase 2500 trabalhadores em *lay off* na Região.

Isto porque o Partido Socialista, para além do PSD, apresentou também uma proposta semelhante.

A proposta do Bloco obrigou o PS a vir a terreiro. Dois deputados do Bloco de Esquerda conseguem mover outros 30, e mesmo sem que esta iniciativa seja aprovada a ideia tornar-se-á real.

Mas o mais importante é que este apoio que é necessário e essencial hoje e agora faça a diferença para estas famílias. Para pagar a renda, para garantir comida na mesa, a prestação da casa ou do carro, ou para manterem o acesso à Internet que é fundamental para o ensino à distância.

Este apoio é ainda, indiretamente, um apoio à própria economia. E apoiar a economia do futuro deve ser feito hoje e já. Não há tempo a perder.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a apresentação do ponto 19, alerta que se trata de uma substituição integral ao diploma,

nomeadamente ao **Projeto de Resolução n.º 205/XI – “Apoio Extraordinário aos Trabalhadores em *lay off* Simplificado”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos tempos em que vivemos, bem podemos dizer que a única a certeza possível é a de não haver certezas.

Se para o plano epidemiológico foram desenvolvidos modelos estatísticos relacionados com o comportamento da doença, no plano económico e social as previsões das organizações internacionais e dos especialistas apontam para cenários verdadeiramente catastróficos, de duração e consequências imprevisíveis.

Fica-nos mesmo a sensação de que tudo o que fizemos ficará sempre aquém do muito que será preciso fazer para refrear os efeitos desta pandemia.

Nos Açores reagimos, como pudemos, como soubemos e como nos deixaram – porque por mais de uma vez, faltou a solidariedade e a compreensão que merecíamos.

Nem tudo o que se fez está perfeito, porque é sempre possível fazer melhor.

Nem tudo o que está feito resolve todos os problemas que temos, nem tão pouco os que virão, porque infelizmente vão continuar a surgir novas situações, novas necessidades.

Por isso, aqui estamos, dando um contributo nesta responsabilidade coletiva, que temos sempre, e agora ainda mais, de trabalhar em favor dos nossos concidadãos.

Nos Açores, o rendimento mensal do trabalho é dos mais baixos do país. E a essa circunstância junta-se agora, para alguns milhares de açorianos, a redução desses rendimentos e a ameaça do desemprego.

É, pois, para atenuar a quebra de rendimento, a que estão sujeitos os trabalhadores em situação de *lay off*, que o PSD propõe a atribuição de uma ajuda financeira.

Empresas e trabalhadores têm de estar na primeira linha das ajudas públicas.

Se há, e bem, ajudas às empresas para a manutenção dos postos de trabalho, faz todo o sentido compensar também os trabalhadores que perdem um terço do seu salário bruto. Sublinho: um terço do salário bruto. Fazê-lo, havemos todos de concordar, é uma medida de elementar justiça social. Que vai ajudar as famílias, a satisfazer os seus compromissos mais elementares e também induzir mais alguma liquidez, que é fundamental para reanimar a economia e assim, verdadeiramente, criar condições para evitar o agravamento do desemprego, que nos Açores, é bom notar, é o segundo mais alto do país.

Assim, o PSD recomenda ao Governo Regional a criação deste apoio extraordinário aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado, com a observância de critérios de justiça social e rigor orçamental.

Estamos todos de acordo na necessidade de manter o emprego. Esperamos estarmos todos unidos a defender o rendimento do trabalho. Fica à vossa consideração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Por fim, para a apresentação do ponto 21 da Agenda **Projeto de Resolução n.º 219/XI – “Complemento regional aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem estado atento e a acompanhar o impacto económico e social, que se sente hoje, mas também aquele que se perspectiva para um futuro próximo, em função dos efeitos da Covid-19.

Esta crise poderá implicar de facto a perda de rendimento para milhares de trabalhadores e respetivas famílias e prejuízos para as empresas.

Por este motivo, o Governo dos Açores tem agido de forma célere e eficaz, tomando, dia após dia, medidas com o objetivo de minorar os efeitos sociais e económicas desta pandemia.

Em março foram criadas várias medidas, das quais salientamos a medida extraordinária de “apoio à manutenção de emprego – complemento regional ao *lay off* simplificado”.

Ora, essa medida é essencialmente dirigida aos trabalhadores, pois visa garantir e salvaguardar os seus postos de trabalho, comparticipando parte da remuneração a cargo da entidade empregadora.

Atendendo a que agora, face a um maior conhecimento dos efeitos desta pandemia na economia dos Açores, impõe-se **complementar esta medida, ou seja, é hora de apoiar diretamente os trabalhadores que perderam rendimentos em função do processo de *lay off* simplificado.**

A criação de mais esta medida, tem por **finalidade e missão contribuir para mitigar as dificuldades e perdas de rendimentos inerentes ao processo de *lay off*.**

Por este motivo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a esta Assembleia um Projeto de Resolução para que seja criado **o complemento regional a atribuir aos trabalhadores abrangidos pelo regime do *lay off* simplificado.**

A nossa proposta visa apoiar e compensar os trabalhadores que perderam mais de 10 % dos seus rendimentos, em resultado do processo de *lay off*.

Tivemos ainda em consideração que os recursos financeiros devem ser geridos de forma responsável, motivo pelo qual canalizamos os apoios para o segundo e terceiro mês, uma vez que a perda de rendimentos acumulada torna mais difícil a gestão das finanças pessoais das famílias.

Pelos motivos expostos, reiteramos o nosso compromisso de apoiar e compensar os trabalhadores Açorianos que foram mais afetados pelos efeitos da pandemia e perderam rendimentos, propondo a criação de complemento regional que pode atingir aos 200€ mensais por trabalhador.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Feitas que estão as apresentações das iniciativas, estão agora abertas as inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Ficamos então com esta inscrição.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O surto epidémico COVID-19 e as medidas que tiveram de ser aplicadas para combater o vírus originaram profundos impactos económicos e sociais, no emprego, nos rendimentos, na atividade produtiva.

Perante esta realidade, perante a excecionalidade dos tempos que vivemos, é preciso que se tomem medidas para salvaguardar as condições de vida da população, para relançar a economia e a atividade produtiva.

Se é certo que vivemos tempos de grande complexidade e de incerteza em resultado da epidemia da COVID-19, que exigem medidas de prevenção, de alargamento da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e de

proteção no sentido de reduzir e minimizar os seus impactos na saúde e na vida dos portugueses, não é menos verdade que a par deste vírus enfrentamos um outro, também ele de dimensões e consequências imprevisíveis, o vírus do ataque aos direitos dos trabalhadores e do aumento da exploração.

Os trabalhadores e as populações, que não obstante avanços alcançados, enfrentam uma vida difícil, com baixos salários e extrema precariedade laboral, são mais uma vez as principais vítimas de todo o tipo de abusos contra os seus direitos, que a pretexto do combate ao surto epidémico e a reboque dos sucessivos decretos do estado de emergência, se estão a desenvolver nas empresas e locais de trabalho.

São muitos os trabalhadores em *lay off*, muitos os novos desempregados, imposição de férias forçadas, corte nos salários, desregulamentação dos horários de trabalho, bancos de horas, violação das mais elementares normas de segurança e higiene no trabalho, pressões, chantagem, imposição do medo, é esta a receita não só para o momento, mas também a pensar num futuro próximo.

Não minimizamos a situação difícil que, em particular as micro, pequenas e médias empresas enfrentam e o esforço que estão a fazer, mas esta não é a realidade das grandes e lucrativas empresas, muitas delas, neste momento, a distribuir dividendos pelos seus acionistas.

Dois aspetos a reter neste momento:

Primeiro aspeto, é o papel estruturante e decisivo dos trabalhadores na sociedade e dinamização económica, aspeto por demais evidente no atual momento tão complexo, os trabalhadores com a sua dedicação e trabalho, muitas vezes sem as condições sanitárias necessárias e com elevados graus de exploração, garantem nos mais variados sectores, que o País continue a funcionar.

Segundo aspeto, é que o ataque aos salários e rendimentos dos trabalhadores, para além de uma profunda injustiça social que preconizam, são simultaneamente ataques ao desenvolvimento económico da Região.

A recuperação de salários, rendimentos e direitos dos trabalhadores e populações foram os elementos estruturantes para a evolução económica positiva registada nestes últimos anos.

Qual então o impacto, em primeiro lugar, nas vidas de cada um, por estarem com rendimentos reduzidos como resultado do *lay off*?

Quem procura desde já antecipar uma recuperação económica muito lenta no pós-epidemia, estará certamente a pensar que mais uma vez serão os salários e os direitos a pagar os custos. Tem de ser garantido que a vida dos açorianos que tanto trabalham não fica afetada com as declarações de *lay off* das entidades empregadores.

Devido às preocupações e devido aos argumentos expostos, a Representação Parlamentar do PCP votará favoravelmente as três iniciativas que estão em apreciação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu inscrevo da parte do PSD o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Graça Silva.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva do Partido Socialista suscitou-me uma questão que vou colocar a este partido, esperando que obviamente nas intervenções que se vão seguir, possa ter resposta.

A questão é esta: quantos trabalhadores nos Açores estão na situação de *lay off* e quantos estão a beneficiar do complemento de *lay off* criado por resolução pelo Governo Regional?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, em primeiro lugar, fazer aqui uma referência às três presentes iniciativas que em nosso entender têm o mesmo princípio, ou seja, comungam do mesmo princípio e que têm como objetivo efetivamente colmatar os rendimentos ou a quebra de rendimentos dos trabalhadores em situação de *lay off*.

Congratulo-me também pelo facto do PSD ter ponderado a sua iniciativa, até porque era bastante perceptível que na iniciativa do PSD o objetivo final não eram os trabalhadores, mas sim as eleições que se aproximam, uma vez que não se percebia a realidade dos factos naquela iniciativa.

Relativamente à do Bloco de Esquerda parece-nos uma iniciativa também mais equilibrada, no entanto, o Partido Socialista achou por bem ir além da própria iniciativa, como bem explanou aqui o Sr. Deputado Carlos Silva na apresentação de objetivos da iniciativa do Partido Socialista.

Gostaria de dizer também, e até considerando aquilo que foi dito pelo PSD através da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, que nós vivemos um tempo único, um tempo complexo, um tempo infelizmente penoso para todos nós, como vivemos na última crise económica e financeira. No entanto, naquele tempo, da última crise económica e financeira, o tempo do PSD, foi um tempo de cortes nos rendimentos das famílias e dos trabalhadores. Foi um tempo de cortes de salários, de cortes de pensões, de cortes de abono de família, de cortes nas indemnizações dos despedimentos, de cortes nos subsídios de desemprego.

Este é outro tempo, é o tempo do Partido Socialista e é neste tempo que o Governo Regional tem feito quer às famílias, quer aos trabalhadores em particular, apoiar, apoiar, apoiar até ao limite das suas capacidades.

Dizer que o Governo Regional tem apoiado as famílias, quer através do apoio às empresas com apoios à manutenção do emprego, apoios diretamente ao rendimento das famílias e foi neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou aqui esta iniciativa, que é mais uma iniciativa que, à semelhança de outras já aprovadas e aplicadas na Região, visa quer a manutenção do emprego, quer a manutenção do rendimento dos trabalhadores e das famílias.

São exemplo destes apoios o rendimento regional ao *lay off* para manutenção do emprego, o alargamento dos programas de emprego, mais recentemente, ainda ontem publicados, os apoios às empresas que integraram nos seus quadros os trabalhadores contratados a termo, o apoio à formação e qualificação dos trabalhadores em situação de *lay off* atualmente. Portanto, tem sido sempre este

o norte do Partido Socialista neste tempo único, complexo e penoso para todos nós.

Na Região o Governo tem ido, como já referi, ao limite das suas capacidades em todas as áreas: na agricultura, nas pescas, no turismo, no comércio, nos serviços. Isso porque este é o caminho do Partido Socialista e para nós apostar na preservação do emprego e na defesa dos rendimentos é o caminho e é este o caminho que o Partido Socialista quer fazer.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Diga, Sr. Deputado. Uma interpelação à Mesa?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, tem a ver com a condução dos trabalhos.

Penso que tinha ficado acordado na Conferência de Líderes que não haveria apartes durante as intervenções.

Durante a intervenção da Deputada Graça Silva houve apartes. Eu agradecia que as regras fossem aplicadas para todos e não apenas para alguns. Bem sei que há pessoas que não se contêm, mas talvez devam ter uma maior força de vontade.

Obrigado.

Presidente: Sim, Sr. Deputado.

Só para que fique registada a sua interpelação. Reitero que naturalmente não são permitidos nem apartes, nem qualquer outro tipo de interrupção, porque como todos nós temos assistido ao longo deste dia, quase dois dias de trabalho, qualquer ligação de microfone enquanto outro colega está a usar da palavra interfere não só no som que depois é audível,...

(*Interferência na gravação*)

Presidente: ... mas na visualização.

Aliás, acabou de acontecer qualquer coisa também aqui que não foi perceptível por nós. Portanto, reitero a todos a vossa capacidade de não ligarem os microfones enquanto outros colegas usam da palavra, mesmo quando isso é meramente accidental, nem tão pouco para fazer uso de apartes.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas nesta segunda intervenção para dar a nossa avaliação relativamente às restantes iniciativas em debate, uma vez que ainda não houve por parte de outros grupos parlamentares nenhum pedido de esclarecimento, pelo menos no que diz respeito à iniciativa do Bloco de Esquerda, nem qualquer tipo de consideração que exija uma resposta.

Apenas para fazer essa avaliação relativamente às iniciativas dos restantes grupos parlamentares.

Para o Bloco de Esquerda está claro que relativamente a esta temática há uma maioria alargada que considera que são necessários efetivamente apoios aos trabalhadores em *lay off* e julgo eu que ao contrário do que foi referido na intervenção inicial do Deputado Carlos Silva as medidas que estão em vigor no que respeita ao apoio ao *lay off*, na nossa opinião, não são exatamente medidas de apoio aos trabalhadores, são medidas de apoio às empresas para manutenção do emprego, porque na prática obviamente que elas contribuem para a manutenção do emprego, mas obviamente que na prática o que acontece é em *lay off* o que o trabalhador vê no fim do mês, é o seu recibo de ordenado reduzido a dois terços, com uma perda substancial do salário, por isso é que é tão importante que se criem mecanismos de compensação que atenuem essa

perda de rendimento. Foi com esse objetivo obviamente que o Bloco de Esquerda apresentou a sua iniciativa.

O Partido Socialista e ainda bem apresentou também a sua iniciativa com diferenças, algumas substanciais, mais substanciais outras menos, relativamente à iniciativa do Bloco de Esquerda, nomeadamente não apoiando o primeiro mês e nós consideramos que isso é negativo, porque as pessoas perderam efetivamente já um terço do salário de abril e essa perda faz muita diferença.

Por outro lado, também há aqui um apoio que só se efetiva a partir de uma perda de rendimento superior a 10% e essa perda de rendimento superior a 10% ... Quando ela é inferior a 10% estamos naturalmente a falar de salários muito baixos, ou seja, salários muito próximos do salário mínimo. Quando alguém que entra em *lay off* e perde menos do que 10% estamos a falar de salários que estão mesmo muito próximos do salário mínimo e, por isso, salários muito baixos e em nosso entender esses trabalhadores não devem ficar sem este apoio, daí que na nossa proposta não façamos essa exclusão. Alguém que tem um salário muito baixo, muito próximo do salário mínimo, perder 30, 40, 50€ no mês faz falta, faz diferença e daí nós considerarmos que esse é um ponto negativo da proposta do Partido Socialista que nesse aspeto não concordamos, embora obviamente na generalidade concordemos com ela.

Obviamente que também não somos insensíveis e sabemos que os recursos são limitados, daí também na nossa iniciativa termos colocado um teto máximo para o apoio, embora obviamente que numa situação ideal todos aqueles que perderam rendimento deveriam ser apoiados. A opção do Partido Socialista foi outra, foi não apoiar o primeiro mês e excluir os salários muito baixos que perderão menos 10% do salário, uma vez que o *lay off* garante pelo menos sempre o salário mínimo. Quem tem salários muito baixos, uma perda salarial muito pequena, por pequena que seja, faz muita diferença.

Obviamente que apesar disso, apesar dessas diferenças, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a proposta do Partido Socialista e ainda bem que o Bloco de Esquerda apresentou esta iniciativa, porque levou efetivamente a que o Partido Socialista também apresentasse uma iniciativa com o mesmo objetivo.

Relativamente à proposta do PSD ela é genérica, recomenda a criação de um apoio específico que poderá ser ... obviamente poderia ser mais explícito, mais objetivado do que o que o Bloco de Esquerda propõe e nesse sentido também votaremos favoravelmente a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, porque ela tem obviamente o mesmo objetivo, embora seja bastante mais genérica.

Eu gostaria também nesta segunda intervenção de colocar algumas questões, algumas até já foram colocadas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, mas colocá-las, julgo eu, ao Governo que julgo que estará presente, mas neste formato de videoconferência é sempre difícil saber quem está a assistir e não sei quem será o membro do Governo a intervir, por isso, colocarei estas questões ao Governo e esperarei que elas sejam respondidas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Secretária da Solidariedade Social está presente!

O Orador: Muito bem.

Sr. Secretário, muito obrigado, e agradeço essa informação. Então colocarei estas questões à Sra. Secretária da Solidariedade Social, porque julgo que elas também são importantes para o debate, para a informação que as pessoas também necessitam, uma vez que para além de que já passou um mês desde que foi implementado este regime do *lay off* simplificado, estamos no segundo mês, e poderão ter existido alterações relativamente aos números que já foram avançados, se não me falha a memória, pelo Sr. Vice-Presidente numa audição parlamentar, que referiu que estariam cerca de 2.400 trabalhadores em *lay off* na Região.

O que gostaria de perguntar ao Governo, à Sra. Secretária, é se os números de maio são idênticos e destes trabalhadores em *lay off* quantos estão a ser apoiados pelo apoio existente relativamente de participação por parte da Região ao complemento regional ao *lay off* já existente que apoia as empresas? Isto, porquê?

Porque gostaria de perceber se todos os trabalhadores em *lay off* na Região, se todas as empresas que efetivamente colocaram trabalhadores em *lay off*, estão a receber esse complemento? Porque por aquilo que percebo se uma empresa não fizer esse pedido, poderá não ser obviamente apoiada e perceber também se há aqui diferenças. Por um lado, perceber a evolução do número de trabalhadores em *lay off* relativamente a abril e, por outro lado, perceber se esses números são idênticos, ou seja, se quem está em *lay off*, todos os trabalhadores em *lay off* na Região, se as respetivas empresas estão a receber esse apoio, esse complemento regional ao *lay off*.

Ficava-me por aqui, com estas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Neste momento abro também uma nova ronda de inscrições.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Uma inscrição.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, estava a tentar inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever-me a mim próprio, Alonso Miguel.

Presidente: Sim. Já inscrevi, Sr. Deputado Alonso Migue. Deduzi que era o senhor.

Sr. Deputado Francisco César, queria inscrever ...

Deputado Francisco César (PS): Pretendia inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Peço desculpa, porque na altura fiquei sem perceber se estava a pedir a palavra ou não.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Presidente: Obrigada.

Diga, Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já tinha inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, volto a fazê-lo.

Presidente: Vou então só dar nota do que tenho: Alonso Miguel, Joaquim Machado, Carlos Silva e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. É assim? É.

Pergunto se há mais alguma inscrição para além destas quatro que indiquei.

Para já não. Então tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido e como já foi abundantemente referido durante esta sessão plenária, a pandemia da COVID-19 trouxe impactos socioeconómicos severos para os açorianos e implicou enormes constrangimentos para o tecido empresarial da Região.

Neste contexto a criação de um regime simplificado de *lay off* veio permitir auxiliar as empresas para enfrentar os impactos causados pela pandemia nesta fase inicial, ajudando também na manutenção da sua atividade.

Por outro lado, o complemento regional ao apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho em situação de crise empresarial, que foi aprovado pela

Resolução do Conselho de Governo n.º 80/2020, de 30 março, veio dar um contributo adicional muito importante para reforçar a capacidade das empresas em ultrapassar esta fase difícil, permitindo aliviar o esforço financeiro das empresas, atenuar o seu custo de funcionamento e, por esta via, sobretudo assegurar os postos de trabalho criados nas empresas.

Na verdade, no nosso entender, a criação deste regime de *lay off* simplificado numa forma conjunta com a aprovação de um documento regional terão sido de facto mecanismos essenciais para garantir a manutenção dos postos de trabalho e para evitar um crescimento exponencial do desemprego na nossa Região.

No entanto, apesar da salvaguarda dos seus postos de trabalho ter sido naturalmente importante para estes trabalhadores em *lay off*, na realidade eles não deixaram de ser fortemente afetados ao nível dos seus rendimentos, uma vez que viram os seus vencimentos serem reduzidos a dois terços daquilo que é o habitual.

Como tal, no entender do CDS, havendo disponibilidade em termos de recursos financeiros a criação de um apoio extraordinário direcionado a esses trabalhadores em situação de *lay off*, visando compensar os seus rendimentos perdidos, seria uma importante medida de justiça social.

As três iniciativas que estão em discussão neste momento preveem exatamente a criação de um mecanismo extraordinário dessa natureza e, portanto, em termos genéricos nós concordamos com a sua motivação.

Fazendo alguma distinção entre as iniciativas começo pela do Bloco de Esquerda, o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, no qual não nos é possível inferir qual é que é o valor a conceder. Apenas conseguimos perceber que o valor é no máximo 150€, mas não são estabelecidos quaisquer outros critérios para a definição do montante a atribuir, nem tão pouco é possível perceber-se. O que se pretende é que haja uma progressividade na atribuição

dos montantes ou se o valor é igual para todos. Portanto, neste sentido, nós solicitávamos alguns esclarecimentos adicionais ao Bloco de Esquerda.

Em relação aos outros dois projetos de resolução. Nós não entendemos bem o motivo da substituição integral que foi promovida pelo PSD, porque comparando os dois (bem sei que não é o que está em análise) projetos de resolução, o que está em análise do PS e aquele que tinha sido inicialmente avançado pelo PSD, o que nós entendíamos era que o projeto de resolução do PS era bastante mais restritivo, quer ao nível dos montantes dos apoios a aplicar, quer também ao nível da durabilidade da atribuição dos apoios. Nós entendíamos que o projeto de resolução do Grupo Parlamentar do PSD seria bastante mais vantajoso e benéfico para os trabalhadores que estão em *lay off*. No entanto, houve aqui uma inversão no sentido do PSD e o PSD substituiu este projeto de resolução.

Dizia a Sra. Deputada Graça Silva que o PSD tinha substituído integralmente este projeto de resolução para tornar a sua proposta menos eleitoralista, digamos assim. Bom, o que eu acho que o PSD acabou por fazer foi tornar uma proposta, uma boa proposta, numa não proposta, porque aparentemente o que o PSD pretende com este projeto de resolução é simplesmente recomendar que o Governo Regional faça aquilo que já está a fazer e, portanto, acaba por se tornar um pouco genérico.

Eu pedia esclarecimentos para tentarmos perceber o que é que levou o PSD a tomar esta decisão, se, obviamente, o PSD entender fazer esse esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma declaração de interesses óbvia: o PSD apoia, como de resto sucessivamente tem vindo a fazer por intermédio dos seus dirigentes e desde logo pelo seu presidente, José Manuel Bolieiro, as medidas que os Governo Regional tem vindo a desenvolver seja no sentido de apoiar as empresas ou as famílias. Cá estamos para apoiar aquelas que nós julgamos serem corretas e necessárias, para corrigir onde houver, porventura, alguma imperfeição e elas acontecem porque são condição da própria natureza humana, e também para suprir as insuficiências que possam acontecer, como é objetivamente o caso de um apoio aos trabalhadores em situação de *lay off* simplificado.

Portanto, nesta medida julgamos que não era necessário estar a repriminar alguns debates, fazendo-nos recuar ao ano de 2011, aos tempos dos cortes (no dizer da Sra. Deputada Graça Silva) dos governos do PSD e do CDS, mas já que a senhora assim quis pois se calhar podíamos recuar ainda mais um bocadinho, aos tempos em que José Sócrates anunciou um corte de 10% na função pública e a subida do IVA para 23%. Estávamos em setembro de 2010.

Bem sei que nesse tempo a Sra. Deputada Graça Silva era sindicalista e, portanto, estava contra essas medidas, mas às vezes a história tem isso mesmo, ensina-nos o que nós nunca aprendemos com ela, noutras vezes a história traz ensinamentos e sobre isso mais nada direi.

A minha segunda palavra é para a congratulação que o PS dirigiu ao PSD, pois com toda a amabilidade que estas coisas também devem ter, o PSD retribuiu. É uma congratulação pelo facto do PS depois de mais de dois meses, ou sensivelmente dois meses, sobre a emergência em que todos nós estamos a viver, ter finalmente descoberto a necessidade de compensar os trabalhadores abrangidos pelo *lay off*. Portanto, a congratulação deve ser de todos nós e mais ainda daqueles milhares de açorianos, cujo número exato nós não sabemos, mas pretendemos que ao longo deste debate possamos vir a conhecer, que

seguramente são milhares (basta lembrar que só a Sata, empresa detida exclusivamente pela Região, são mais de mil os trabalhadores nessa situação), portanto, dizia que a congratulação é sobretudo pela parte dos milhares de açorianos que estão na situação de *lay off* e que, porventura, na sequência das iniciativas da oposição do Bloco de Esquerda e do PSD suscitaram este rebate de consciência ao Partido Socialista e ao Governo Regional para efetivamente virem apoiar esta iniciativa que é de algum modo compensar a perda de um terço do rendimento bruto do salário dos trabalhadores em situação de *lay off*.

Finalmente, quanto à ponderação do PSD, ainda bem que reconhece que o PSD tem capacidade para ser ponderado quando isso for necessário. Nós não corremos atrás de qualquer protagonismo, não é isso que nos move aqui. Move-nos, sim, desenvolver um trabalho do qual possam beneficiar os açorianos, sobretudo aqueles que nesta situação estão mais fragilizados. É essa a nossa motivação. Nós damo-nos por satisfeitos com esse trabalho. Não corremos daqui para colocar posts no Facebook com cartazes, ou com vídeos sobre aquilo que nós estamos a fazer. Basta-nos o trabalho e a satisfação de que esse trabalho pode beneficiar um, dois açorianos que dele necessitem.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria pelo Sr. Deputado Joaquim Machado. Reparei que perdeu de facto mais tempo a falar do Partido Socialista e em atacar o Partido Socialista e o Governo, do que propriamente a apresentar a sua proposta e já percebi porquê. Porque de facto não há nada para apresentar.

A proposta do PSD que agora está em discussão não diz nada, conforme referiu e muito bem o Deputado Alonso Miguel.

Portanto, reparei de facto que está mais interessado em criticar o PS, em fazer uma oposição que é destrutiva e não construtiva, como apregoa o seu líder parlamentar e o seu líder partidário, José Manuel Bolieiro.

Portanto, também é importante aqui realçar que a redução que está prevista no âmbito do *lay off* pode chegar a um terço, mas para os salários abaixo dos 900€ a verdade é que o corte real e efetivo é muito menor do que um terço, porque há um limite mínimo (e bem) do salário mínimo regional na Região.

Portanto, não é verdade que todos os trabalhadores tenham um corte no seu vencimento, que estejam abrangidos no *lay off* e que esse corte seja para todos de 33%.

Acontece em algumas situações, mas não acontece em todos os salários, sobretudo nos salários inferiores a mil euros.

Segunda nota que é importante referir, e aproveito para responder também ao Deputado António Lima, é que a medida do Governo Regional no âmbito da criação do complemento regional ao *lay off* visa assegurar os postos de trabalho. Portanto, se nós temos uma medida dirigida aos trabalhadores para assegurar os seus postos de trabalho, é óbvio que ela beneficia os trabalhadores, assegurando o seu nível de rendimento. Não poderemos dizer que esta medida não é dirigida aos trabalhadores.

As empresas são, sim, o veículo que visam estabilizar e manter o nível dos postos de trabalho e a este respeito é importante salientar que hoje foi divulgado o número de desemprego nos Açores e o Partido Socialista vê com bastante satisfação que no final do primeiro trimestre a taxa de desemprego nos Açores reduziu novamente, sendo a taxa mais baixa dos últimos nove anos e isso traduz o sucesso das políticas públicas do Partido Socialista executadas pelo Governo Regional e também reparei que o Deputado Joaquim Machado não referiu esse pormenor de forma propositada, presumo eu.

Referir também que a proposta do PSD a nosso ver não diz muito. Nós não conseguimos perceber qual é o verdadeiro alcance.

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda tem um limite de 150€, enquanto a proposta do PS pode atingir um apoio que ronda os 200€ e, portanto, é superior à do Bloco de Esquerda. Entendemos que a nossa proposta é oportuna, é responsável e, no fundo, permite compensar os trabalhadores que perderam rendimento superior a 10%, porque temos a noção que os recursos são finitos e nós temos de agir com responsabilidade na gestão do dinheiro público, na impossibilidade de chegar a todos como nós gostaríamos e creio que todos os partidos gostariam, nós definimos critérios objetivos e que entendemos ser justos na reposição dos rendimentos das famílias.

Por último, também acrescentaria que quando falamos em repor o rendimento disponível ou aumentar o rendimento disponível das famílias açorianas, estamos aqui a incluir uma proposta como a que apresentamos e aprovamos ontem, que visou compensar os gastos com a eletricidade e esta também foi uma proposta do Partido Socialista e que permitiu aumentar o rendimento dos trabalhadores açorianos.

Também noutros domínios, no âmbito da habitação, já foram apresentadas várias iniciativas e várias medidas do Governo Regional para aumentar os incentivos no âmbito da habitação e do arrendamento, entre muitas outras medidas de apoio social.

Portanto, as medidas de aumento do rendimento disponível das famílias não se esgotam nessa proposta, são sim complementares e têm aqui um importante contributo do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu queria naturalmente começar por contextualizar um pouco daquilo que aqui nos traz hoje e desta discussão, sobretudo especificamente no que diz respeito ao *lay off* simplificado, mas depois também naturalmente falar um pouco sobre aquilo que tem sido a postura geral do Governo Regional em matéria de manutenção de postos de trabalho ou de promover a manutenção de postos de trabalho e sobretudo de manutenção do rendimento das famílias, ou de mitigação daquilo que são os efeitos desta crise em resultado da pandemia COVID-19.

Começando exatamente por transmitir, e relembrar designadamente alguns dos Srs. Deputados que intervieram antes de mim, que o Decreto-Lei 10-G/2020 é de dia 26 de março, que nesse diploma nacional são estabelecidas regras excecionais e medidas excecionais e temporárias de apoios destinados aos trabalhadores e às empresas afetadas pela pandemia da COVID-19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e naturalmente que também a minimização dos impactos sobre o rendimento desses trabalhadores e das famílias.

Esse diploma estabelece os requisitos de apoio e naturalmente que nos requisitos de apoio está expresso e explícito que decorrem exatamente de paragem total ou parcial da atividade da empresa, ou a quebra abrupta e acentuada da atividade com redução da faturação em 40%.

Importa dizer que nesse mesmo diploma está prevista naturalmente a modalidade do apoio, ou seja, que assegura ao trabalhador dois terços da sua remuneração normal ou o salário mínimo ou a remuneração mínima mensal garantida da Região Autónoma dos Açores, no caso dos trabalhadores da Região, em que destes dois terços 70% são assegurados pela Segurança Social e 30% pago pela entidade patronal.

Para além disso, importa dizer que esse diploma também define expressamente uma bolsa de formação que depende da elaboração de um plano de formação, bolsa essa que está definida em 30% do indexante dos apoios sociais repartidos de igual forma pelo trabalhador e pela empresa, no fundo, que acresce aos dois terços do vencimento a que fiz menção.

Importa também dizer que ... Relembro: este diploma é de dia 26 de março. O Governo Regional no dia 30 de março faz aprovar uma resolução, a Resolução 80/2020, que cria uma medida extraordinária que é o complemento regional de apoio à manutenção do contrato de trabalho, já aqui referido, que é no fundo, comumente conhecido como o complemento ao *lay off*.

Importa dizer que este complemento variando entre 30% da remuneração mínima mensal garantida no primeiro mês e 20% no terceiro mês, obriga a entidade patronal a manter o posto de trabalho até 31/12/2020 e este aspeto é de facto muito importante.

Não compreendo como é que ... Já ouvi pelo menos dois Srs. Deputados dizerem que não entendem quer um regime, quer outro, como regimes de apoio ao rendimento do trabalho. É uma coisa com a qual não posso de todo concordar, porque naturalmente são apoios que são canalizados para as empresas, mas com vista essencialmente e totalmente ao pagamento das remunerações que são devidas aos trabalhadores. Portanto, este aspeto é essencial e aqui apresento a minha primeira resposta a algumas das questões que foram já aqui trazidas.

Também importa dizer que ainda anteontem foi aprovado pelo Governo Regional, em Conselho de Governo, uma medida extraordinária de qualificação que visa apoiar as empresas que não receberam apoio por via do *lay off* simplificado na componente de apoio à manutenção de posto de trabalho de que representa 50% da remuneração mínima mensal garantida diretamente ao

trabalhador por via da frequência ou da elaboração de um plano de formação. É uma outra medida regional a acrescer às que eu já fiz referência.

Portanto, não me parece que seja razoável, nem tão pouco aceitável, dizer que deu neste momento ao Partido Socialista, mas eu aqui falo pelo Governo, um rebate de consciência dois meses depois do problema estar instalado. Importa dizer e volto a dizer, a medida nacional do *lay off* simplificado surge a 26 de março e a 30 de março o Governo Regional cria o complemento regional ao *lay off*.

Importa ainda a propósito das questões que já foram aqui também colocadas por mais do que um Sr. Deputado, dizer-vos que em resultado do enorme esforço dos trabalhadores da Segurança Social dos Açores, designadamente do Instituto de Segurança Social dos Açores, que neste momento e já por várias vezes no sentido de darem cumprimento àquilo que é a avaliação dos processos de *lay off* se disponibilizaram não só a trabalhar ao fim de semana, como inclusivamente a fazer horas extraordinárias durante a semana, com vista a concretizarmos a aprovação destes processos e isso é que me permite estar aqui hoje e dizer-vos que temos já há data de hoje 8.697 trabalhadores que beneficiaram de apoio ao abrigo do *lay off* simplificado, num total superior a 3 milhões, 450 mil euros e isto correspondendo a 1.287 processos entregues por empresas e por entidades empregadoras.

Portanto, eu acho que é fundamental que todos tenhamos consciência de que estes apoios de facto são muito importantes para as empresas e foram feitos no sentido de que o mais rapidamente possível chegassem às empresas reforços da sua liquidez e que esses reforços de liquidez fossem canalizados para o rendimento dos trabalhadores. Este aspeto é essencial, assegurando duas questões que são essenciais: o reforço da tesouraria das empresas e, por esta via, a manutenção dos postos de trabalho.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Peço que se inscrevam, por favor.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, eu queria inscrever-me, Graça Silveira.

Presidente: Sim, senhora.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir, porque já aconteceu numa outra iniciativa em que eu queria pedir um esclarecimento ao PS e depois tinha esgotado o tempo, portanto, gostaria que independentemente das análises políticas e das trocas de galhardetes que os açorianos não ganham nada com isso, é importante a gente perceber que temos três propostas em cima da mesa, todas elas querem compensar os açorianos que foram para *lay off*, querem compensá-los com a sua perda de rendimento. Portanto, é importante sabermos quais são as verdadeiras diferenças.

Alínea a) da iniciativa do Partido Socialista que acaba por ser a mais importante, porque é aquela que determina quem pode ou não pode ter este tipo de apoio, diz que só será atribuído a quem regista uma perda de remuneração base superior a 10%. Quem vai para *lay off* (e isto é uma questão porque não sou especialista na contabilidade e na gestão), por aquilo que se percebeu, tem uma redução de um terço da sua remuneração, um terço são aproximadamente

30%. Portanto, se as pessoas têm efetivamente uma redução de 30%, porque é que o PS coloca aqui 10%? Porque a única situação onde isto pode acontecer pela imposição de que não se pode decrescer abaixo do ordenado mínimo, portanto, dizem “tem uma redução de 30%, mas ninguém pode ficar a receber menos do que o ordenado mínimo”. As únicas situações onde o decréscimo será de 10% é para açorianos que já tinham uma remuneração muito próxima do ordenado mínimo e, portanto, onde não se pode aplicar os 30%, vão ficar reduzidos a 10%.

Não sei se estou a fazer o raciocínio bem feito, sei que esta questão já foi colocada e já houve uma resposta que nem sempre era 30, etc., etc..

Gostaria de ver clarificado este ponto: efetivamente quais são os açorianos que vão poder usufruir da proposta do PS, porque como nós imaginamos será aquela que será aprovada.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção para responder a algumas questões e também comentar os números que foram referidos pela Sra. Secretária e a sua intervenção também.

Em primeiro lugar, respondendo à questão colocada pelo CDS, como se aplicaria a medida que propõe o Bloco de Esquerda relativamente aos critérios e ao valor dos 150€, esse valor aplicar-se-ia de uma forma simples, da mesma forma que se aplica exatamente a medida que é o complemento regional de apoio ao rendimento disponível das famílias, que é um complemento de 150€, que existe e é atribuído aos pais que se encontram em casa devido ao encerramento dos estabelecimentos de ensino, ou seja, havendo um limite de 150€ e dizendo-se no nosso projeto de resolução que o trabalhador não pode

com esse valor de 150€ ultrapassar o valor da sua remuneração base, o valor bruto do seu salário, o normal, obviamente que esse valor é depois atribuído proporcionalmente até atingir o valor da sua remuneração base, ou então atingir os 150€, obviamente de acordo com o salário do trabalhador e será variável caso a caso.

Uma questão levantada pelo Deputado Carlos Silva dizendo que (julgo que não interessa muito estar aqui a escamotear estes pormenores, mas julgo que é importante perceber) a iniciativa do Partido Socialista apoia com valor superior, que é 200€, relativamente à proposta do Bloco de Esquerda. É 200€ no segundo mês, no primeiro é de 100€ e apoia apenas dois meses. O total o apoio máximo será de 150€, porque dividindo por dois exatamente esses 300€ darão os 150€. Para além disso, a proposta do Partido Socialista deixa o mês de abril de fora ao contrário daquilo que propõe o Bloco de Esquerda.

Relativamente ao que disse a Sra. Secretária, agradeço obviamente os dados, são efetivamente muitos trabalhadores que estão em *lay off*, é um número muito significativo na Região e que obviamente nos preocupa e dizer apenas que aí se torna ainda mais evidente e mais necessária esta medida, porque são muitos milhares de trabalhadores com perda de rendimento e apenas discordar de uma, Sr. Secretária, o facto de considerarmos que é o apoio à empresa ou ao trabalhador não nos faz discordar da medida que foi implementada pelo Governo Regional, antes pelo contrário, nós concordamos e dissemos que concordamos com ela e é obviamente importante e mais importante quando garante ou impõe que não haja o despedimento e isso é fundamental para que se mantenham os postos de trabalho.

Agora, obviamente que ela não garante, a medida que estava implementada pelo Governo, não atenua a perda de rendimento do trabalhador e é isso que estamos aqui a discutir e muito bem e é óbvio que o que interessa aqui é efetivamente aprovar uma medida que atenua essa perda de rendimento.

Obviamente que consideramos que deveria ser a nossa a ser aprovada, não será, mas ela fez caminho e estamos aqui a discutir três propostas e uma delas será aprovada. Não será certamente a nossa, mas teremos certamente trabalhadores com uma atenuante na sua perda de rendimento e que será muito importante e temos a certeza que o Bloco de Esquerda fez por isso, fez com que ela surgisse e que ela seja aprovada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vou então passar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para questionar a Sra. Secretária Regional e peço desculpa se o problema foi meu, mas não percebi da sua intervenção se o número de trabalhadores referidos dos 8.697 se são trabalhadores em *lay off* ou se são trabalhadores em *lay off* abrangidos pelo complemento criado pelo Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Sr. Deputado Joaquim Machado, respondendo rapidamente à sua questão, são trabalhadores abrangidos pelo *lay off* simplificado e o complemento aplica-se a todos os trabalhadores abrangidos pelo *lay off* simplificado, portanto, o universo é exatamente o mesmo, os montantes é que são distintos.

Relativamente às questões aqui trazidas agora pelo Sr. Deputado António Lima, independentemente das questões da interpretação e da importância que as medidas que antecederam estas que estão hoje aqui em discussão têm, o que eu acho fundamental é que todas elas têm em vista, por um lado, a manutenção dos postos de trabalho e, por outro lado, a manutenção ou a mitigação das reduções do rendimento das famílias e este aspeto é o que para o Governo Regional importa, aliás, porque vem no mesmo caminho, e porque prossegue os mesmos objetivos que todas as medidas adotadas pelo Governo Regional até à presente data e este aspeto é que para nós é de facto essencial.

Aliás, deixe-me apenas já agora quase que em jeito de brincadeira, Sr. Deputado António Lima, dizer-lhe que também é com muito gosto que o Governo Regional vê quase que reproduzido na íntegra neste projeto de *lay off* apresentado pelo Bloco de Esquerda a iniciativa aprovada pelo Governo Regional e publicada a 7 de abril que teve exatamente como objetivo (e como o senhor acabou exatamente de assumir) reforçar o rendimento disponível das famílias, sobretudo daqueles mais de mil pais ou mães que por via do apoio excecional à parentalidade introduzido e criado pelo Governo Regional tiveram assim o seu rendimento reforçado até 150€.

Portanto, a iniciativa que o Bloco de Esquerda toma aqui, que aqui reproduz é no fundo de idêntico teor e com idêntico objetivo àquela que o Governo Regional fez aprovar antes de 7 de abril e que publicou a 7 de abril.

Portanto, da parte do Governo Regional o que é fundamental que aqui se diga é que o nosso exercício tem sido ao longo de todo este percurso de sermos capazes de reforçar, complementar as medidas tomadas e adotadas a nível nacional e sobretudo sermos céleres, muito céleres, na sua aprovação e na liquidação dos valores que são devidos às empresas e aos trabalhadores. Este aspeto é que é essencial, porque de facto o que é fundamental é que as famílias e as empresas tenham à sua disposição recursos que mitiguem as dificuldades impostas por esta pandemia.

Aliás, lembrado e muito bem pelo Sr. Deputado Carlos Silva, o Governo Regional apresentou um pacote de medidas sociais que incluíam não só este apoio ao rendimento disponível das famílias que é um complemento ao apoio à parentalidade definida a nível nacional, mas definiram um conjunto de outras medidas, designadamente o reforço de 30% nos apoios de incentivo ao arrendamento, a suspensão dos pagamentos de rendas por parte das famílias e são muitas centenas de famílias, milhares de famílias até, que beneficiam, que ocupam casas que neste momento são da Região Autónoma dos Açores e que tiveram a isenção total do pagamento destas rendas, ou ainda aquelas que têm apoios ao nível, ou melhor, que têm contratos ao nível do arrendamento com opção de compra e que também puderam durante os meses de abril, maio e junho suspender o pagamento destas rendas.

Todos estes aspetos a que acresceram, por exemplo, também a suspensão por três meses ou pelo período que estivessem encerradas as respostas sociais, são todas estas medidas, umas de reforço ao rendimento das famílias, outras de redução das despesas dos agregados familiares.

O Governo Regional adotou duas vias claras de apoio às famílias e também de apoio às empresas que são fundamentais. Todas elas com uma preocupação muito importante de evitar a duplicação de requerimentos e burocracia excessiva, como a que já aqui falámos de complemento ao *lay off*, que resulta

exclusivamente ... As empresas têm apenas de fazer uma candidatura ao *lay off* simplificado que foi instituído a nível nacional e é por via da ligação que existe entre a Segurança Social regional e o emprego a nível regional que automaticamente as empresas beneficiarão do complemento ao *lay off*.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Muito rapidamente, em primeiro lugar, dizer que ao fim de três intervenções o Sr. Deputado Joaquim Machado continua sem conseguir explicar a proposta do PSD. Provavelmente porque é uma proposta vaga e eleitoralista e acho que exigir-se-ia mais a um partido da importância do PSD e que quer ser poder na Região, exigia-se mais rigor.

Relativamente à dúvida da Deputada Graça Silveira sobre os valores mínimos e máximos e a taxa de 10%.

Eu indicaria dois exemplos que talvez ajudem a perceber melhor o que queria dizer quando referi que nem todos os salários perdem dois terços. Por exemplo, um salário na ordem dos 800€, um valor médio na Região.

Com a aplicação do *lay off* quem auferia 800€ poderia perder, se aplicássemos a perda de 33%, ficaria com menos 207€, no entanto, existe um limite mínimo que garante que nenhum açoriano irá auferir menos do que o salário mínimo em vigor na Região, isso significa que do salário inicial de 800€ apenas perde 133€, o que corresponde a *[impercetível]*. Neste caso, sim, ficaria abrangido pela proposta do Partido Socialista e teria acesso ao complemento regional; um segundo exemplo, um salário de 700€ em que pela aplicação do critério do *lay off* poderia perder até 233€, no entanto, com o limite mínimo em vigor na Região apenas perde 33€, o que corresponde a 4,75% e, portanto, por esta via

não teria acesso à proposta do Partido Socialista, porque estabelece um limite mínimo de 10%.

Portanto, só para reiterar uma vez mais que não é verdade que todos os salários abrangidos pelo *lay off* perdem 33% do seu vencimento, a partir dos mil euros, sim, pode acontecer, mas nos salários inferiores a mil euros isso não acontece.

Por fim, termino reiterando que a proposta do Partido Socialista é no nosso entender, como é óbvio, aquela que é mais equilibrada, porque reúne todos esses fatores e permite compensar os açorianos que perderam rendimento ao abrigo do *lay off*.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para uma inscrição, por favor.

Presidente: Sr. Deputado António Lima.

Está inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já julgo que não.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para também responder à brincadeira, como lhe chamou, e aceito como tal, da Sra. Secretária Regional, para dizer que o Bloco de Esquerda não tem qualquer problema e disse na minha intervenção em pegar em bons exemplos e adaptá-los a uma realidade diferente que é o *lay off* que abrange infelizmente muitos mais trabalhadores.

O que estranhámos é que apenas o Partido Socialista não considere que a solução que o Bloco de Esquerda apresenta, que é idêntica ao que o Governo

Regional criou, sirva para o *lay off* e tenha criado outra e pelas suas palavras eu pressuponho que o Governo Regional, e assim em jeito de brincadeira, esteja mais de acordo com a proposta do Bloco de Esquerda do que a do próprio Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu fazia uma interpelação à Mesa, por favor.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu solicitava que a Mesa informasse os diferentes partidos e o Governo dos tempos que estão disponíveis.

Presidente: Sim senhor.

Passarei de imediato a informar os tempos restantes.

Neste momento o Governo dispõe de 12 minutos e 16; o PS, 9 minutos e 2; PSD, 14 minutos e 25; o CDS, 10 minutos e 37; Bloco de Esquerda, 6 minutos e 55; o PCP, 6 minutos e 53; e a Sra. Deputada Independente tem ainda 1 minuto e 25.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto então se há inscrições ainda para participar no debate.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD inscrevia o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção naturalmente para responder a algumas das questões que foram suscitadas nas intervenções dos Srs. Deputados e da Sra. Secretária Regional, mas também na expectativa de que possa obter resposta para algumas das perguntas que também fizemos e para as quais ainda não tivemos a devida devolução.

Começava por dizer à Sra. Secretária Regional que percebemos a habilidade de dizer que a verba disponibilizada pelo Governo às empresas no apoio àquelas que optaram ... que foram obrigadas, melhor dizendo ... ao regime do *lay off*, de facto isso não compensa a perda de rendimentos a que ficam sujeitos os trabalhadores nessas circunstâncias, de um terço do seu vencimento e de facto isso é uma penalização muito grande para esses trabalhadores, considerando que a nossa Região é aquela cujo salário médio é o mais baixo do país.

Portanto, a perda de um terço do vencimento bruto é algo que deixa ainda em muito maiores dificuldades as famílias açorianas.

Em segundo lugar, gostava também de dizer que as datas que aponta, designadamente o dia 26 de março da publicação do diploma nacional e passados quatro dias a produção de iniciativa regional por intermédio do Governo, relevam duas coisas: primeiro, que o Governo esteve bem a reagir e a apresentar medidas de apoio às empresas; mas também diz bem do tempo que o Governo demorou até hoje ou até ontem, no caso do Partido Socialista, para procurar criar um mecanismo de ajuda ao rendimento dos trabalhadores em *lay off*.

Daqui passava para um comentário à intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, que também não respondeu apesar de ter feito tantas intervenções quanto eu, do que é que se sabe sobre os efeitos desta pandemia na economia açoriana ontem, o que é que sabia ontem, que não soubesse uma semana antes quando as iniciativas do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata estiveram em apreciação na comissão parlamentar competente na matéria.

Depois tenho que lhe fazer uma correção, vai-me permitir, mas todo o trabalhador em situação de *lay off* que tenha um salário bruto de mil euros perde rendimento. Aliás, todos perdem rendimento acima do valor do salário mínimo regional, desde que tendo um rendimento mensal bruto superior ao salário mínimo regional todos perdem, há uns que perdem mais do que outros, mas todos perdem. Com a compensação que o Partido Socialista propõe, mesmo assim também há muitos que continuam a perder, nomeadamente aqueles que auferem um salário de mil euros, que foi o seu exemplo, perdem logo no primeiro mês de *lay off* perdem a totalidade, portanto, perdem 330€; no segundo mês, perdem 230€; e no terceiro mês perdem 133€. Portanto, há aqui prejuízo para os trabalhadores com tudo o que isso implica para a satisfação das suas necessidades mais elementares e dos respetivos agregados familiares.

Eu julgo que o senhor relativamente à minha intervenção foi um bocadinho seletivo ou distraiu-se, coisa que também é normal e que também me acontece, portanto, não vindo aí qualquer mal ao mundo, mas eu de facto na minha intervenção inicial fiz uma referência ao desemprego e fiz uma referência que não comunga do seu otimismo, porque ainda que o desemprego no primeiro trimestre deste ano, que não reflete ainda os efeitos desta pandemia, dos efeitos que ela tem sobre a economia, o desemprego ainda que tenha tido uma redução relativamente ao trimestre anterior e ao trimestre homólogo, revelam coisas bem mais preocupantes, desde logo que nós temos a segunda maior taxa de desemprego do país (a segunda maior taxa de desemprego do país) e de que há sete anos consecutivos nós continuamos a ter uma taxa de desemprego superior à média nacional e isso, objetivamente, não são boas notícias.

Vai dizer-me “podiam ser piores”. Com certeza que sim, mas em matéria de desemprego nós continuamos muito acima do valor que tínhamos antes da crise de [*impercetível*].

Depois também dizer que eu lamento que o Sr. e a Sra. Deputada Graça Silveira não se entendam, mas esse não é um problema do PSD, é porque o senhor diz que a nossa proposta de resolução não diz nada, depois para a Sra. Deputada Graça Silva a nossa resolução é eleitoralista ... Não sei em que é que ficamos.

Eu acho que a resolução do PSD diz tudo, diz da nossa vontade de ajudar os açorianos que estão a viver dificuldades enormes, já viviam com algumas dificuldades, e que agora por via de serem lançados neste regime de *lay off* simplificado perdem um terço do seu vencimento e para eles é preciso uma ajuda, é preciso uma ajuda pública, até porque isso para além de ajudar as famílias vai seguramente também ajudar a economia e é para isso que nós trabalhamos e é por isso que apresentamos esta proposta. Ela diz tudo, diz que o Governo deve criar um mecanismo de ajuda a esses trabalhadores com observância da justiça social e do rigor orçamental que certamente o Governo não deixará de ter em conta quando aplicar a medida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Eu gostava de me inscrever.

Presidente: Muito bem.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

Presidente: Muito bem.

Neste momento, temos inscritos o Sr. Deputado Francisco César, a Sra. Deputada Graça Silveira e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos provavelmente das maiores crises, ou a maior crise, que esta geração viva de açorianos e açorianas já viveu, uma crise que afeta a saúde de todos, que afeta o nosso modo de vida e afeta muito particularmente os fundamentos da nossa economia, porque o nosso modo de vivência, o nosso dia a dia, o nosso normal funcionamento em sociedade ficou paralisado de um momento para o outro.

Por isso, quer no país, quer nos Açores, mas sobretudo nos Açores, nós desde o início tudo fizemos, não olhámos a recursos, não olhámos a meios para poder apoiar as famílias, as empresas, a economia em todas as áreas. Começámos pela saúde, e isso já foi discutido, o trabalho que fizemos e os resultados que obtivemos, embora lamentássemos, e continuamos a lamentar, as inúmeras vítimas que tivemos.

Mas também nós tivemos medidas desde o início para empresas e emprego, direcionadas diretamente ao rendimento das famílias, direcionadas, por exemplo, a setores como as pescas, ou como a agricultura, ou para outros setores inclusive como da comunicação social, algo inédito e até elogiado particularmente pelo Sr. Presidente da República. Aquilo que fizemos foi não

por dever moral, mas por aquilo que é uma obrigação de um Governo e a responsabilidade que tem, inclusive legal, para com os seus cidadãos.

[impercetível] no Parlamento, calculo que todos vamos fazer e todos procuremos fazer. Por isso, é que até agora, e a estratégia do Partido Socialista foi essa, com cuidado, com minúcia, naquilo em que pudesse haver uma outra medida que não cobrisse a totalidade, tendo em conta a escassez de recursos e naturalmente o impacto económico que isto tudo tem, quer na despesa, quer na receita, nós pudéssemos exatamente alocar prioridades para onde é fundamental.

Já o fizemos, por exemplo, com uma medida de apoio ao rendimento no caso dos consumidores de eletricidade que tiveram perdas de rendimento, como estamos a fazer agora, por exemplo, no caso do *lay off*, como já fizemos inclusive e como iremos fazer em medidas de apoio a instituições, por exemplo, em IPSS, e como poderemos fazer, por exemplo, a casas de saúde que estão e serão naturalmente muito afetadas por esta crise.

Por isso, por isso é que tivemos cuidado. Aliás, se o Sr. Deputado Joaquim Machado estivesse mais atento tinha percebido (acontece que se distrai, distraímo-nos todos, eu também) que a proposta não deu entrada ontem, já deu entrada há mais dias. Nós tivemos cuidado e tivemos muito cuidado naquilo que fizemos.

Nós sabemos que não podemos atender a todos de uma vez só. Tivemos de fazer escolhas, como lhe disse, temos que ter prioridades e foi o que fizemos.

Nós, no caso da nossa proposta, tivemos o cuidado de tentar ajudar sobretudo aqueles que no seu segundo mês e no seu terceiro mês de perda de rendimento com o *lay off* (e atenção: nem todos perdem rendimento com o *lay off*). Aliás, utilizando o próprio argumento do Deputado Joaquim Machado, o facto de nós termos a média de salários, a par da Madeira, mais baixa do país faz com que aqueles que estão abrangidos pelo *lay off* tenham uma menor perda de

rendimento. No caso dos Açores aquilo que interessava era evitar que o prolongar de uma situação de *lay off* pudesse afetar severamente o seu rendimento.

Tivemos cuidado. Aquilo que nós não percebemos é o que é que o PSD pretendeu fazer com esta nova proposta, uma proposta que não diz mais do que um declamar de intenções. Temos de apoiar quem teve ou que está numa situação de *lay off*.

Estamos todos de acordo nesta matéria, mas concretamente há um trabalho que é necessário ser feito e é preciso elogiar também o Bloco de Esquerda, apesar de nós não concordarmos com a forma como a proposta está formulada. O Bloco de Esquerda teve este trabalho. Eu pensava que o PSD também tinha tido, mas o facto é que hoje apresentamos uma proposta que é vaga, que é inócua, que não tem sentido objetivo. Como? Quando? Qual o universo concreto? É igual para todos ou é diferenciado consoante os rendimentos?

Esse é também o cuidado que nós tivemos na forma como agimos.

Nós temos tido o cuidado de ir diretamente onde é necessário, ao rendimento das famílias, ao sustento e à manutenção daquilo que são os níveis de emprego. Tem sido esse o nosso cuidado.

Não nos interessa quem apresentou primeiro a proposta, ou quem deixou de apresentar. Nós não achamos que pelo facto “do sol nascer, é o facto do galo cantar”. Não é esse o nosso objetivo. Aquilo que nos motiva é apresentar e apoiar todas aquelas propostas que possam efetivamente melhorar a vida das pessoas.

Por isso, é que apresentamos propostas, por isso é que aprovamos propostas do CDS, do Bloco de Esquerda, ou até do PSD, porque há aqui um objetivo claro: ajudar as famílias e ajudar as empresas nesta hora de dificuldades, não apenas fazer campanha eleitoral para um cartaz ou para um *meme* no Facebook.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a iniciativa aprovada ontem pelo Partido Socialista em relação à fatura da eletricidade um funcionário público que ganha 700€ só pelo facto de não ter tido uma redução no seu vencimento deixa de ter apoio na fatura da eletricidade.

Agora com a proposta do *lay off* um funcionário privado que vai para *lay off*, que ganha 700€, porque o diferencial não chega aos 10%, fica fora do apoio da proposta trazida pelo Partido Socialista.

E são estas proposta dos senhores que são socialistas. Imaginem se não fossem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Apenas talvez breves palavras finais, até porque me parece que o debate já está mesmo a chegar ao fim, para vos transmitir aquilo que de alguma forma tentou ser aqui, sobretudo pelo Sr. Deputado Joaquim Machado com a habilidade política que lhe será por todos reconhecida, uma tentativa de, no fundo, fazer passar uma ideia errada daquilo que tem sido a intervenção do Governo junto das famílias e junto das empresas neste momento de crise.

Portanto, reconhecendo-lhe a habilidade, falta aqui um fundo de verdade e é essa verdade que importa de facto repor e repor dizendo, Sr. Deputado Joaquim Machado, que o Governo Regional conforme já tive oportunidade de dizer e ficando-me aqui pelas questões relativas ao *lay off*, foi publicado a nível nacional, no dia 26 de março, o regime de *lay off* simplificado, a 30 de março o

Governo Regional cria o regime de *lay off* simplificado e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que também no próprio dia 30 de março o Governo Regional, em resolução do Conselho de Governo, determina um conjunto de sete medidas de apoio social às famílias.

Volto a repetir: medidas que vão desde o complemento ao rendimento das famílias, complementando aquele que é o apoio nacional à parentalidade e que foi um apoio importante até 150€ que já abrangeu nesta fase mais de 1.100 trabalhadores que ficaram em casa para garantir o apoio aos seus filhos até aos 12 anos de idade.

Relembro, Sr. Deputado, que essa resolução também previa um acréscimo ao incentivo ao arrendamento, ou seja, ao apoio à renda, a um conjunto de mais de milhar de famílias, que viram o seu apoio acrescido de 30%, atingindo em muitos casos quase a totalidade do valor, ou seja, 100% do valor da renda.

Relembro ainda que também por decisão do Governo foram isentadas as famílias do pagamento das creches, jardins de infância e ATLS e devo dizer, lembrando também, que as famílias podem ... ou melhor, a mensalidade de uma creche pode atingir 200€ por mês e que, portanto, todas as famílias foram isentadas do pagamento das creches, jardins de infância e ATLS, representando por essa via um acréscimo do rendimento disponível das famílias.

Relembro também, Sr. Deputado, ainda e para terminar que esta isenção do pagamento das creches, jardins de infância e ATLS, centros de dia e centros de noite, representou por mês quase meio milhão de euros, nós estamos a falar de um acréscimo do rendimento disponível das famílias de mais de um milhão de euros por via desta decisão tomada pelo Governo Regional.

Mas importa ainda, Sr. Deputado, talvez também transmitir-lhe um aspeto que é essencial: o rendimento disponível das famílias pode de facto ser melhorado por duas vias, quer por aumento do rendimento propriamente dito, ou por via da

redução das despesas. O Governo agiu nas duas frentes e este aspeto acho que é essencial no que toca às famílias.

Mas eu foquei-me apenas em algumas medidas, mas muitas já foram aqui referenciadas, quer por via deste debate, quer dos debates que antecederam e que têm a ver com medidas que conduziram à manutenção dos postos de trabalho de muitos milhares de trabalhadores na nossa Região.

Obviamente que temos que ter os olhos postos no passado recente, mas sobretudo também os olhos postos no futuro e queremos que quer as famílias, quer as empresas sejam sempre ao longo deste processo, que é um processo difícil, apoiadas e recompensadas pelo esforço que vêm fazendo de manutenção dos postos de trabalho e também de retoma da sua atividade com vista à retoma global da economia e naturalmente que também à minimização dos constrangimentos por que todas as famílias na Região Autónoma dos Açores passam neste momento.

Portanto, tem sido esta a postura do Governo Regional, postura esta que queremos manter daqui por diante, mas é uma postura assumida desde o primeiro momento.

Naturalmente que, Sras. e Srs. Deputados, falhas com certeza que haverão. Todos os dias melhoramos propostas que foram apresentadas num dia e que acabamos por renová-las semanas depois. Acontece com o Governo da República, acontece na Região, isso é um facto indesmentível nos dias que correm. [*impercetível*] a todo o momento melhorar e por isso naturalmente que o Governo Regional assumiu desde o primeiro momento que as propostas que estão aqui em discussão de complemento ao *lay off* são naturalmente importantes. Pelas estimativas que temos podem vir a abranger cerca de 3 mil pessoas e isto é muito relevante, portanto, não podemos de facto descurar e minimizar o que aqui se tratou durante esta tarde.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para uma inscrição.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Penso que também foi o Sr. Deputado António Lima que se inscreveu.

Deputado António Lima (BE): Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Portanto, temos o Sr. Deputado António Vasco Viveiros e o Sr. Deputado António Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

Não há. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de, em primeiro lugar, pedir um esclarecimento à Sra. Secretária que penso que todos nós sabemos, quando falou nos números do *lay off*, 8.697, disse que era um processo automático a passagem do *lay off* da candidatura à Segurança Social para o complemento regional, tanto quanto a informação que nós temos isso garante um direito a que a empresa possa, depois de aprovado o *lay off* simplificado, apresentar uma candidatura ao complemento regional, mas não é um processo automático, pressupõe a apresentação de uma candidatura e é evidente que as condições de uma e de outra candidatura não são idênticas, há requisitos (e não estamos a discordar desses requisitos) que se colocam às empresas que apresentam candidatura ao complemento que não se colocam na candidatura ao *lay off* simplificado.

Portanto, é bom esclarecer que não é um processo automático. Simplesmente quem concorre a um tem o direito de concorrer ao outro, se quiser, num processo autónomo.

A questão que me leva a intervir é a seguinte: quando duas das principais medidas de apoio à economia apresentadas e que nós defendemos no final de março, quer a antecipação da liquidez, quer o complemento do *lay off*, foram duas medidas que nós defendemos, são importantes para a economia e para as empresas, mas que logo à partida tiveram reservas por serem insuficientes por parte dos empresários e das associações empresariais e na altura do seu anúncio foi afirmado pelo Governo que só essas duas medidas representavam um esforço financeiro ao Governo Regional de 45 milhões de euros nos três meses do complemento de *lay off*. A verdade é que relativamente à antecipação da liquidez que é um programa que fechou, fechou no dia 17 de abril, o esforço financeiro ficou em 6 milhões e meio de euros, abrangendo 10.400 trabalhadores, e agora a 5 de maio ou a 6 de maio as candidaturas em termos de *lay off* simplificado que estão aprovadas e partindo do pressuposto que todas essas empresas apresentarão essas candidaturas ao complemento, são 500€ por cada trabalhador para o conjunto dos três meses, daria um esforço de 4 milhões e meio de euros, ou seja, entre os 6 milhões e meio fechado já, que é aquilo que representa o esforço do orçamento da Região com a antecipação da liquidez, e aquilo que está fechado em termos de *lay off* não em complemento de *lay off*, mas em termos de *lay off* aprovado, daria um esforço de cerca de 5 milhões de euros. Ou seja, estaremos neste momento com cerca de 12 milhões de euros, muito longe daquilo que foi o anúncio das medidas do Governo que representariam uma injeção na economia de 45 milhões de euros. A questão aqui é essa, é que não basta apresentar medidas e apresentar números elevados, depois é preciso que a realidade das empresas esteja compatível com o aproveitamento dessas medidas.

Podem haver medidas muito bem desenhadas e essas tiveram o seu mérito, mas depois para a realidade em concreto das empresas acabam por não ter o impacto que se esperava e dou o exemplo da antecipação da liquidez que tinha duas falhas, uma delas é que quem concorre aos financiamentos nacionais tem de devolver o dinheiro que recebeu da antecipação da liquidez e como nós sabemos os financiamentos nacionais são as linhas com mais impacto financeiro e naturalmente que todas as empresas que podem conseguir o financiamento nacional optam pelo financiamento de linhas nacionais no âmbito do COVID e não na antecipação da liquidez. Ou seja, uma medida que se calhar não teve o impacto que se esperava exatamente porque excluía as empresas que concorrem aos financiamentos nacionais.

A questão do complemento do *lay off* vamos esperar, pode ser que aumente. Por um lado, é mau que aumente, significa que há muitos trabalhadores em *lay off*, o que não é bom, mas mesmo que dupliquem em função dos valores que a senhora apresentou hoje teríamos 20 mil trabalhadores, ou seja, um esforço de 10 milhões de euros. Quer o somatório desta medida, com a antecipação, está muito aquém daquilo que o Governo anunciou. Portanto, era bom que o Governo reconhecesse que as medidas não tiveram o impacto do ponto de vista do esforço financeiro que o Governo tinha estimado. Isso apresenta transparência e, aliás, dá a possibilidade de, reconhecendo isso, que se possam introduzir melhorias eventualmente até nesta medida ou aproveitar as verbas que não foram utilizadas para outras medidas que se calhar tenham o mesmo impacto financeiro do ponto de vista das empresas e da economia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que será a última intervenção neste debate, a não ser que surja alguma questão.

O Bloco de Esquerda obviamente congratula-se, em suma e em resumo deste debate, com o facto de muitos milhares de trabalhadores irem ter de facto um apoio, um suplemento, um complemento ao *lay off* atenuando a sua perda de rendimento e ainda bem que assim é, ainda bem que o Bloco de Esquerda avançou com esta ideia em primeiro lugar e avançou depois formalmente com esta proposta que hoje debatemos que levou a que surgissem mais propostas e que seja efetivamente criado este complemento que é, no fundo, o objetivo fundamental da nossa iniciativa.

Temos a certeza que aquilo que propomos e a proposta que fizemos é a melhor, aquela que melhor protege os salários mais baixos, não deixando ninguém que tenha salários mais baixos de ter o complemento em nenhum mês da sua aplicação, da aplicação deste regime de *lay off* simplificado que, apesar de muitos trabalhadores não terem logo um terço de salário perdido, não deixa de afetar o seu rendimento, principalmente quando a Região tem trabalhadores com salários muito baixos e que qualquer perda de rendimento faz muita diferença.

No entanto, não deixaremos obviamente de votar favoravelmente todas as iniciativas em apreciação, também contribuindo assim para a criação desta medida com o nosso voto, sabendo que a ideia que lançámos fez o seu caminho, isso é o mais importante, e que fará a diferença na vida de muitos milhares de trabalhadores nos Açores, de muitos milhares de famílias.

Finalmente, uma última palavra para dizer o seguinte: esperemos que a sua implementação, e isso aí cabe obviamente ao Governo, seja, por um lado, o mais célere possível, como é óbvio, mas por outro lado também que não exija qualquer intervenção nem do trabalhador, nem da empresa, bastando para isso

obviamente o processo de *lay off* já em vigor para que esse apoio chegue efetivamente a todos os trabalhadores que dele precisam e que a ele têm direito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, inscrevo a Sra. Secretária da Solidariedade Social. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que é devida aqui uma clarificação em relação àquilo que o Sr. Deputado Neto Viveiros me questionou diretamente e que tem a ver com o automatismo, o automatismo a que eu me referia de troca de informação entre a Segurança Social e o emprego na Região. Não é naturalmente quanto à necessidade de candidatura que esta está expressa naturalmente e depende da vontade dos empresários em fazê-lo.

Portanto, eu referi-me naturalmente ao automatismo de troca de informação que é necessária para efeitos de apreciação das candidaturas entre a Segurança Social e o emprego. Esta é que era a questão a que eu queria fazer naturalmente referência.

A propósito do mais que é dito, pois naturalmente que em todo este processo (é preciso que se faça notar), apesar do esforço de todas as entidades para serem processos todos eles o mais livres possíveis de burocracia, o mais céleres possíveis, com menos necessidade de replicar informação entre os serviços, é óbvio que houve essa preocupação em todas as modalidades de apoio que foram

ao longo do tempo sendo definidas, a verdade é que é um processo, conforme disse, de constante aperfeiçoamento e, portanto, o Governo Regional vai naturalmente em articulação também com as entidades representativas quer dos empresários, quer dos trabalhadores, ou seja, com a comunidade em geral, melhorando. Temos manifestado sempre a nossa disponibilidade para melhorar e aperfeiçoar todas as medidas em função daquilo que também vai sendo o *feedback*, no fundo, que vamos tendo das empresas e das famílias, renovando também aqui um aspeto que me parece essencial: nestes primeiros três meses o Governo Regional entendeu que todas as medidas a adotar, sobretudo ao nível das famílias, que deviam evitar deslocações aos serviços, esse era um aspeto essencial, foram mais automáticas e céleres possíveis com vista a que o rendimento das famílias fosse o menos penalizado possível e este aspeto é que é essencial.

Com certeza que o futuro nos trará a possibilidade de apreciarmos outras propostas, noutra fase da pandemia, que esperemos que já sejam iniciativas com vista à retoma das nossas atividades económicas, da economia em geral, melhorando em termos gerais o desempenho da economia, melhorar as condições das nossas famílias, que no fundo é isto que nos move a todos.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu inscrevo, em nome do PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Inscrivo muito rapidamente, porque não disponho de muito tempo, mas, em primeiro lugar, para pedir desculpa ao Sr. Deputado Francisco César, porque, de facto, eu fiz uma afirmação que não corresponde à verdade. O Partido Socialista não deu entrada, ontem, com a sua resolução, fê-lo anteontem, e isso diz bem do atraso que teve em relação às iniciativas do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata, que, no dia 27 de abril, já tinham as suas resoluções apreciadas e relatadas, em sede de comissão. E diz bem do estímulo que estas duas iniciativas da oposição tiveram para que, finalmente, o Partido Socialista pudesse vir também apresentar uma proposta no sentido de compensar os açorianos que perdem o seu rendimento por via do regime de *lay off*.

Em segundo lugar, para dizer também que é inequívoca a posição do PSD em todo este processo, sempre ao lado do Governo, quando teve de o fazer, enquanto, por exemplo, alguns deputados da bancada do Partido Socialista e seus assessores se limitavam a fazer escritos propagandísticos também, não só nas redes sociais, mas até em alguma imprensa. Mas isso fica com quem assim procedeu.

Em terceiro lugar, dizer que o PSD fez uma resolução e apresentou uma resolução e ela foi apreciada sem que o Partido Socialista fizesse qualquer tipo de observação em sede de comissão parlamentar, que tinha alguns detalhes. Mas já sabemos qual é o padrão: o padrão, a regra é que se tivéssemos mantido

essa resolução, o Partido Socialista, o seu discurso, durante toda esta tarde de discussão, seria sobre a percentagem do apoio que o PSD teria proposto, sobre o tempo de vigência do apoio.

Certamente que fica mais incomodado com esta redação nova, que não abdica dos seus princípios e do princípio fundamental que é de tudo fazer para que os açorianos em regime de *lay off* possam, efetivamente, poder ser compensados na sua perda de rendimento.

Finalmente, dizer ao Partido Socialista e, primeiramente, ao Sr. Deputado Francisco César que uma proposta muito dificilmente pode ser ao mesmo tempo duas coisas: vaga e eleitoralista. E, para as perguntas que nos fez, aqui estão as respostas. Como? A nossa proposta o que propõe é que o Governo atribua esse subsídio aos trabalhadores em *lay off* simplificado com critérios de justiça social. Quando? No tempo em que durar esse *lay off* simplificado, que vai até três meses. Com que critério? Com critério gradativo, que compense mais os que menos ganham.

Como vê, a nossa proposta não é genérica e muito menos será eleitoralista.

Um voto de confiança, que desta vez fazemos ao Governo, não pode ser nem vago nem eleitoralista, para um Governo que diz que tem 45 milhões para este fim.

Uma coisa é certa, nós estivemos e continuaremos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ao lado dos açorianos, sobretudo daqueles que mais necessitam, e, neste momento, os que mais necessitam são aqueles que estão no desemprego ou que perdem um terço do seu vencimento por via do regime de *lay off*.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua condescendência.

Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o tempo para este debate.

A Mesa...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Uma inscrição.

Presidente: Uma inscrição? A sua? Uma inscrição sua?

Deputado Francisco César (PS): Sim, senhora.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Tem a palavra, então, o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Eu só tenho três afirmações ou três questões, afirmações para colocar à questão ou à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

A primeira é que o Sr. Deputado Joaquim Machado diz que a nossa proposta foi feita à pressa e foi entregue há cerca de dois dias, com o cuidado que nós reconhecemos a nossa proposta. Bom, a proposta do PSD foi entregue há três horas, nem nada tem a ver com a anterior. Portanto, eu acho que sobre isso estamos mais que conversados.

A segunda, eu queria dizer o seguinte. Parafraseando Manuel Alegre, menos de um mês decorrido sobre o 25 de Abril, “*Não há machado que corte...*” esta evidência: o PS dá respostas concretas e que servem os açorianos; o PSD acha que uma pequena conversinha numa resolução resolve o assunto.

E, Sr. Deputado, quanto a escritos propagandísticos na imprensa, sobre isto, o Sr. Deputado é um mestre e eu e o Partido Socialista nem aprendizes somos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver e, não havendo, vamos, então, passar à votação, separadamente, destas três iniciativas.

Começamos por votar o ponto 18 da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 201/XI – “Recomenda ao Governo Regional a Criação de um Apoio Regional aos Trabalhadores em Lay-off Simplificado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Vamos iniciar a votação.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, estamos a votar, peço desculpa, a proposta do?

Presidente: A do Bloco de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: André Rodrigues.

(Interferência na gravação)

Presidente: Sr. Deputado, por favor! Seja quem for que tenha o microfone ligado, que faça o favor de desligar.

André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Couto.

(Pausa)

Marta Couto.

(Pausa)

Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Artur Lima.

(Pausa)

Artur Lima.

(Pausa)

Alonso Miguel.

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que chamou?

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, quem?

Presidente: Eu chamei Artur Lima e depois chamei Alonso Miguel, mas uma vez que já está na sala, Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estou cá, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é *[inaudível]*

Presidente: Peço desculpa, não ouvi.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, peço-lhe que repita.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: A favor, não foi?

Deputado João Corvelo (PCP): Voto a favor. A favor, Sra. Presidente.

Presidente: A favor. Obrigada, Sr. Deputado. Não estava a ouvir.

Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(Pausa)

Secretário: ... 19 abstenções do PSD, três do CDS-PP...

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, eu peço-lhe que possa dizer de início, porque a primeira parte do anúncio não foi perceptível para nós, está bem?

Secretário: Com certeza.

O Projeto de Resolução n.º 201/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista; 19 abstenções do PSD, três do CDS-PP; dois votos a favor do Bloco de Esquerda, um do PCP e um da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos agora à votação do ponto 19 da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 205/XI – “Apoio Extraordinário aos Trabalhadores em Layoff Simplificado”, apresentado pelo PSD.

Vamos iniciar a votação.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

(Pausa)

Luís Maurício.

(Pausa)

Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu estou a ouvi-la na perfeição. Não me conseguem ouvir?

O meu voto é a favor.

Presidente: Estamos a ouvir agora e a ver também, Sr. Deputado. E é perceptível o seu sentido de voto.

António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(Pausa)

Secretário: ... do CDS-PP; obteve 19 votos favoráveis do PSD, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP; e a abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, eu peço desculpa, mas a primeira parte do anúncio não foi perceptível para nós. Se pudesse repetir, eu agradecia.

Secretário: Com certeza, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 205/XI foi rejeitado com 32 votos contra, sendo 29 do Partido Socialista e três do CDS-PP;...

(Pausa)

Presidente: Pode continuar.

Secretário: ...19 votos a favor do PSD, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP; e uma abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Vamos passar, então, à última votação referente a este debate conjunto que estivemos a fazer, referente ao ponto 21 da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 219/XI – “Complemento regional aos trabalhadores abrangidos pelo regime do lay-off simplificado”. Esta iniciativa é do Partido Socialista.

Vamos iniciar a votação.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

(Pausa)

Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, meu voto é a favor.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 219/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Entramos agora no ponto 22 da agenda: **Projeto de Resolução n.º 204/XI – “Apoio aos trabalhadores independentes no primeiro ano de atividade no âmbito da pandemia da COVID-19”**. Este projeto de resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e os tempos são os seguintes: o Governo Regional, o PS e o CDS dispõem de 16 minutos; PSD 12 minutos; Bloco de Esquerda seis minutos; PCP quatro minutos; e a Sra. Deputada Independente um minuto.

Para a apresentação da iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Atendendo à situação atual declarada como pandemia internacional, provocada pelo novo coronavírus responsável pela doença COVID-19 e o estado de

emergência decretado em Portugal, conjuntamente com as medidas de restrição aplicadas na Região Autónoma dos Açores, obrigou a muitos trabalhadores independentes a suspenderem a sua atividade, e em muitos casos, ao encerramento obrigatório dos seus estabelecimentos.

Dado que no âmbito do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, no que se refere à relação jurídica de vinculação, está previsto que no caso de primeiro enquadramento no regime dos trabalhadores independentes, este só produz efeitos no primeiro dia do 12.º mês posterior ao do início de atividade.

E considerando que todos os mecanismos de apoio até agora criados, quer a nível Nacional e/ou Regional, estes trabalhadores encontram-se desprovidos de qualquer apoio, por terem estado isentos de descontos à Segurança Social e como tal não têm descontos de pelo menos 3 meses consecutivos há pelo menos 12 meses, ficando assim excluídos de qualquer apoio.

Importa, ainda, referir que as despesas fixas destes trabalhadores no âmbito da sua atividade, mantêm-se, e estes estão sem qualquer rendimento para as pagar, para além de ficarem desprovidos de qualquer rendimento para fazer face às suas despesas diárias pessoais.

Entendendo que importa encontrar mecanismos excecionais de auxílio a estes trabalhadores independentes, que, durante esta fase difícil, encontram-se desamparados, sem qualquer apoio, onde em muitas situações foi com enorme esforço que criaram o seu posto de trabalho numa expectativa de um negócio próspero e profícuo.

Também esta iniciativa surge até no seguimento daquilo que já foi dito anteriormente, no debate de outras iniciativas, quer pelo Governo, quer pelo Partido Socialista, em que na Região tem-se tentado ir mais além, na Região tem-se tentado fazer melhor e adequar melhor as respostas para que todos possam, aqueles que precisam, ter algum apoio, surge esta iniciativa. É certo

que, durante a discussão de uma iniciativa de manhã, a Sra. Secretária referiu, e até foi o anúncio do Primeiro-Ministro de ajudas para estas situações, a verdade é que, aquando da entrega desta iniciativa e, hoje, na Região, estes trabalhadores independentes continuam sem qualquer apoio e surge esta iniciativa no sentido de repor a justiça a estes trabalhadores independentes.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, nos termos das disposições estatutárias e regimentais previstas, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomende ao Governo que:

Promova mecanismos de apoio extraordinário para os trabalhadores independentes na Região Autónoma dos Açores que estavam e estão isentos de contribuições sociais por se encontrarem no primeiro ano de atividade, e que tiveram de suspender a sua atividade no âmbito da pandemia da COVID-19.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD, eu inscrevia o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostaria, em nome do Partido Socialista, de inscrever o Deputado Carlos Silva.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, queria inscrever-me. João Corvelo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos, então, iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. membro do Governo:

Esta iniciativa do CDS, embora diferente, mas tem alguns princípios que constam das duas iniciativas discutidas, esta manhã, em matéria de sócios-gerentes e também do facto da legislação ter excluído, neste caso, os trabalhadores independentes, concretamente relativamente à obrigatoriedade ou à ausência de descontos, nos últimos 12 meses, quando a própria lei dispensava essa obrigação de realização de descontos. Portanto, essa situação é totalmente justa, faz sentido e, tal como referi esta manhã, numa recomendação da Provedoria de Justiça à Sra. Ministra do Trabalho, na sua parte resolutiva, uma recomendação de 21 de abril, com quatro pontos, três deles referem-se exatamente a várias situações em que os trabalhadores independentes são prejudicados, designadamente daquela que consta da iniciativa do CDS.

Portanto, nesse sentido, e em coerência com aquilo que foi a nossa posição em situações semelhantes, nós votaremos favoravelmente, ainda que, sendo uma recomendação ao Governo, digamos que complementávamos aqui a iniciativa, numa recomendação informal, no sentido que fosse consultada aquilo que é a própria recomendação da Procuradoria de Justiça. Há aqui mais duas situações que, se não forem resolvidas a nível nacional, eventualmente, o Governo Regional, nas suas competências próprias, poderia, eventualmente, enriquecer a iniciativa do CDS, completando com aquilo que são as recomendações que constam da Provedoria de Justiça.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS, que pretende apoiar os trabalhadores independentes que usufruem da isenção de contribuição à Segurança Social, durante o seu primeiro ano de atividade, e, pensamos nós, que deverá vigorar durante o período em que estiverem sem atividade, faz sentido. Faz tanto sentido que até o nosso próprio grupo parlamentar apresentou e submeteu, nesta Assembleia, uma proposta que inclui também um apoio extraordinário para estes trabalhadores. E faz sentido porque podem até alguns destes trabalhadores terem descontado anteriormente, ou seja, até poderá acontecer que alguns destes trabalhadores já tenham um historial de contribuições para a Segurança Social. E também, e na sequência disso, todos nós sabemos que uma parte substancial destes casos, destes trabalhadores até poderão configurar situações de falsos recibos verdes, ou seja, o mais precário que há de precário no país e na Região. Não quer dizer que sejam todos falsos recibos verdes, mas vão reportar a um dado que eu considero importante e que tem surgido nas várias publicações sobre a situação de emprego na Região e que tem a ver com os trabalhadores por conta própria como isolados, ou seja, sem trabalhadores dependentes. E na Região, e de acordo com aqueles que foram os dados divulgados para o primeiro trimestre deste ano, são ainda 11766 trabalhadores. Certo que alguns, uma parte destes trabalhadores deverão corresponder, quem sabe, a falsos recibos verdes ou a trabalhadores independentes que, decerto, não têm outra fonte de rendimento e que têm fontes de rendimento muito reduzidas.

Mas também faz sentido, e devo salientar, que, independentemente de existir ou não uma carreira contributiva anterior, estes trabalhadores não podem ficar sem resposta numa altura destas. Aliás, até no sistema de pensões ninguém fica

excluído, ninguém fica de fora, cujo sistema até contempla pensões do regime não contributivo. Portanto, deixar estes trabalhadores sem resposta, nesta altura, é negar também aquele que é o princípio solidário do Estado social.

Mas também convém aqui, se calhar, salientar que se trata de uma recomendação para que o Governo Regional colmate, neste caso, uma falha, criando um apoio extraordinário para estes casos. E como é uma recomendação ao Governo Regional, eu gostaria de colocar algumas questões ao Governo Regional sobre esta iniciativa.

Em primeiro lugar, como é óbvio, caso esta iniciativa venha a ser aprovada nesta Assembleia, está o Governo Regional disponível para acatar, e eu penso que deve estar, porque, se for aprovada, apesar de ser uma recomendação, o Governo Regional deverá estar disponível para acatar essa recomendação, portanto, poderá ser entendido como uma pergunta de retórica, mas há muitas recomendações que emanam desta Assembleia que ficam meio esquecidas. Por isso mesmo, gostaríamos de ter a garantia, se esta iniciativa for aprovada, se será acatada e que montante terá este apoio e como é que será atribuído, porque esses são aspetos que não estão, não constam do objeto resolutivo. E também se a concessão deste apoio dependerá, de facto, do pedido de suspensão de atividade e se ficará sujeita, para todos os efeitos, a uma condição de recursos, e se ficar sujeita, com que critérios, e até quando vigorará este apoio. Aliás, essa foi uma questão que eu salientei, logo no início da minha intervenção, porque é um bocado impreciso. Tanto poderá este apoio durar durante os meses de abril, maio e junho, como poderá ir, por exemplo, até final do ano. Isso não está, de certa forma, determinado no objeto resolutivo, mas convinha que o Governo Regional, como o executante desta resolução, se ela vier a ser aprovada, nos pudesse esclarecer como é que pretende fazer, implementar esta resolução, ou seja, durante quanto tempo é que este apoio poderá vigorar. E, já agora, também desde quando, se desde março, desde abril, se a partir do mês que vem.

São aspetos que devem ser esclarecidos, não só pelo proponente, mas sobretudo por quem vai executar este projeto de resolução, caso venha a ser aprovado.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo: ...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Presidente: Sim, pode continuar.

O Orador: Creio que fui interrompido, penso que involuntariamente.

Eu queria dizer que, à data em que estamos a analisar esta proposta, este projeto de resolução, a legislação nacional, no que diz respeito à Segurança Social, não contempla, de facto, apoios para os trabalhadores independentes que estão isentos de contribuir para a Segurança Social nos últimos 12 meses. Portanto, havia aqui uma lacuna que deixava desprotegidos esses trabalhadores independentes e que, no entender do Partido Socialista, era importante colmatar e garantir apoios para evitar que ficassem numa situação económica demasiado frágil.

No entanto, também hoje ficamos a conhecer que é intenção do Governo da República de alterar a legislação e de passar a contemplar esses trabalhadores independentes.

Portanto, vemos com agrado a proposta do CDS e iremos emitir um voto favorável, porque consideramos que esta é uma situação que deve ser revista, é uma reivindicação justa e, portanto, deve ser abrangida e colmatada.

Para finalizar, não consigo perceber as perguntas do Sr. Deputado Paulo Mendes, parece-me que elas fariam mais sentido ser dirigidas ao proponente da

iniciativa do que propriamente ao Governo. No entanto, tem toda a legitimidade para as fazer, apenas deixo aqui um aparte.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Em relação a esta iniciativa, nós vamos votar favoravelmente a iniciativa.

Muito foi falado, de manhã, sobre a precariedade laboral, e, aliás, a precariedade laboral também significa precariedade na proteção social. Podemos e devemos tentar aliviar a pressão que recai sobre os ombros desses trabalhadores e o sentimento de abandono desses trabalhadores, que têm obrigações pessoais, familiares, contas a pagar perante situações... Isto são situações muito penosas para esses trabalhadores.

Portanto, o PCP irá votar favoravelmente a iniciativa, porque acha que estes trabalhadores têm de ser realmente apoiados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está aberta uma nova ronda de inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente!

Presidente: Diga.

Deputada Graça Silveira (Independente): Queria inscrever-me, se faz favor.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, é Luís Maurício. Não é por nada, mas estou tentando dar aqui uma ajuda ao Sr. Secretário Regional Berto Messias, que julgo que, com insucesso, pretende inscrever um membro do Governo e não consegue.

Presidente: Sr. Secretário...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, então, eu inscrevo-me a mim própria, pedia a minha inscrição, por favor, na impossibilidade do Sr. Secretário Berto Messias o fazer.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada.

O Sr. Secretário Regional deve estar com algum problema no som. Já a inscrevi, Sra. Secretária, e obrigada ao Sr. Deputado Luís Maurício pela interpelação.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Nesta iniciativa, novamente, só tenho um minuto, e, portanto, muito rapidamente só para dizer que esta iniciativa do CDS tem toda a pertinência, na senda das várias medidas que têm sido apresentadas, durante este plenário, na tentativa de compensar os trabalhadores açorianos pela sua perda de rendimento, resultante desta situação extraordinária da pandemia. Efetivamente, esta era uma falha que urgia colmatar e, portanto, consideramos que tem toda a pertinência e faz todo o sentido.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem agora a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Apenas para dar breves notas a propósito da proposta do CDS-PP sobre os trabalhadores independentes.

Naturalmente que o Governo Regional também tem estado a acompanhar atentamente a questão dos trabalhadores independentes e as particularidades, como já aqui foram afloradas, desta modalidade de emprego. Tem, de facto, as suas particularidades, tem as suas fragilidades, e importa que tenhamos, de facto, uma atenção redobrada a este segmento, que é bastante representativo no mercado de trabalho também da Região.

Por essa razão, o Governo Regional aguardou a primeira fase de candidaturas ao regime nacional, instituído pelo Decreto-Lei n.º 10/A, de 2020, e, depois, alterado pelo 12/A, de 2020, no sentido de que, para nós, era importante percebermos o universo de trabalhadores que se enquadrava na medida nacional e de, depois, também podermos, então, elaborar com mais propriedade um programa regional de apoio aos trabalhadores independentes. E é exatamente isto que será discutido, ainda esta semana, em Conselho de Governo, e, esperamos nós, também publicado e colocado ao serviço dos açorianos e açorianas que têm, de facto, esta qualificação de trabalhador independente.

Neste sentido, eu queria apenas dar aqui nota de que já aqui foi referenciado a inexistência de apoio a trabalhadores independentes. Para já, é evidente que existem os apoios que foram definidos a nível nacional com redução de atividade e que abrangem os trabalhadores independentes que têm descontos para a Segurança Social e que, no caso da Região, já permitiu o apoio de 2191 trabalhadores, ascendendo a mais de 435 mil euros, e por via também dos

apoios extraordinários à família, estamos a falar de 244 trabalhadores, mais de 43 mil euros nos apoios extraordinários para trabalhadores independentes com filhos menores de 12 anos e que tenham tido a necessidade de ficar em casa a cuidar dos filhos.

Acresce a estas medidas de apoio nacionais a medida regional de apoio ao rendimento disponível das famílias, que abrangeu todo o universo de trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes, até ao montante de 150 euros, em função das características próprias do rendimento de cada um deles.

Portanto, quero com isto dizer que dentro dos mais de 1100 trabalhadores abrangidos pela medida regional, alguns deles serão necessariamente também trabalhadores independentes.

Sem prejuízo de tudo isto que disse até agora, entende o Governo Regional que, mesmo assim, é importante acautelar duas situações. A primeira, que é, no fundo, por uma questão de equidade com os demais trabalhadores da Região, assegurar um complemento específico para os trabalhadores independentes, complemento esse que, na proposta que será discutida em Conselho de Governo, ascenderá a 27% daquilo que é a medida nacional.

Depois, também pretendia o Governo Regional incluir uma segunda vertente do apoio, dirigir exatamente aos trabalhadores que estão isentos do pagamento da contribuição no primeiro ano de atividade, que é exatamente a medida que o CDS traz aqui, hoje, e que também é exatamente a medida a que o Sr. Primeiro-Ministro fez referência, esta manhã, e que já, ontem, a Sra. Ministra tinha feito referência, que será também enquadrada naquilo que foram as situações identificadas como ainda não abrangidas nos atuais regimes de apoio e, portanto, que nós aguardaremos, naturalmente, com expectativa, aquilo que será definido a nível nacional para esta vertente de trabalhadores isentos no primeiro ano de atividade e por isso mesmo isentos de desconto.

Nesse sentido, naturalmente, nada tem o Governo Regional a opor, antes pelo contrário, esta medida está perfeitamente enquadrada dentro daquilo que é o programa que o Governo já tem delineado e definido. Para nós, foi essencial aguardar o período de candidaturas, que decorreu entre 20 e 30 de abril, para percebermos o universo e também termos uma noção global do impacto que esta medida poderia vir a ter a nível regional e, portanto, naturalmente que vemos com bons olhos a iniciativa que foi proposta pelo CDS e que, de facto, identifica uma lacuna, à semelhança daquilo que aconteceu com os membros de órgãos estatutários, a proposta já discutida anteriormente, no dia de hoje.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

(Pausa)

Duarte Freitas.

Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

(Pausa)

Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

(Pausa)

Duarte Freitas.

(Pausa)

Nós não conseguimos estabelecer a ligação.

Não conseguimos, portanto, só um pouco mais.

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o Deputado Duarte, penso que já está em condições.

Presidente: Estava à espera do sinal do serviço, mas vou tentar, então novamente.

Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, já estou em condições, penso eu. O meu voto é a favor.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 204/XI foi aprovado por unanimidade.

(Pausa)

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, deu-me a palavra para?

Presidente: Para apresentar a sua iniciativa.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas eu não ouvi a Sra. Presidente a dizer para apresentar.

Presidente: Pronto! Então, desta vez, fui eu que não tive som.

Eu apresentei a iniciativa que lhe cabe a si, que é o ponto 23 da nossa agenda.

Eu, de qualquer forma, então, vou relembrar os tempos, uma vez que não foi audível.

O Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 16 minutos; PSD 12 minutos; CDS oito minutos; Bloco de Esquerda seis minutos; PCP quatro minutos; a Sra. Deputada Independente dispõe de oito minutos.

Tem, então, a palavra para apresentar a iniciativa.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Aquando da renovação da declaração do estado de emergência e após a reavaliação das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da pandemia do Covid-19, procedeu-se à alteração do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, alargando, e bem, o âmbito do apoio aos trabalhadores do serviço doméstico que tenham de dar assistência a filhos menores de 12 anos ou com deficiência, ou doença crónica.

Assim, o Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril, que altera o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, no seu artigo 23.º (que define o apoio excecional à

família, para trabalhadores dependentes, durante o estado de emergência), passam a constar também os trabalhadores do serviço doméstico, e define que estes passam a receber dois terços da remuneração registada no mês de janeiro de 2020.

Um terço desta remuneração será pago pela Segurança Social, mantendo a entidade empregadora a obrigação de pagamento de um terço da remuneração. Além disso, o empregador fica também obrigado a declarar à Segurança Social os tempos de trabalho e da remuneração normalmente declarada relativamente a este trabalhador, ainda que esteja suspenso parcialmente o respetivo pagamento. Os trabalhadores do serviço doméstico têm um sistema contributivo próprio, com uma contribuição para a segurança social com base no valor de 438,81€ (o Indexante dos Apoios Sociais), o que significa que o empregador paga 18,9% dos 438,81€ declarados, o que representa que terá de continuar a pagar à Segurança Social 82,94€. Ou seja, as famílias, no total, terão de assumir mensalmente 230€ só em encargos com a remuneração da sua empregada doméstica, dos quais 147€ representam um terço à sua responsabilidade acrescidos dos 83€ do pagamento à Segurança Social.

As famílias em que um ou mais elementos do agregado familiar tenham ido para “lay-off” – estando já numa situação preocupante no que toca a conseguirem cumprir as suas obrigações – torna-se muito difícil conseguirem assumir mais este encargo com o pagamento das empregadas domésticas.

Mais, no caso de idosos e de portadores de doenças incapacitantes, em que a empregada doméstica assume também a função de principal cuidadora, a ausência da sua empregada doméstica que teve de ir para casa tomar conta dos seus filhos menores obrigou a que estes idosos tivessem de contratar uma nova empregada doméstica para lhes poder continuar a dar a assistência que é fundamental e têm de assumir, nesta situação, o pagamento de ambas as empregadas, o que é claramente inoportável.

Assim, o presente projeto de resolução propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que os empregadores que tenham sido sujeitos a uma redução dos seus rendimentos, ou que sejam completamente dependentes dos serviços prestados pela sua empregada doméstica, fiquem isentos do pagamento, tanto do terço da remuneração, como do respetivo pagamento à Segurança Social, devendo estas serem assumidas pelo Governo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, gostava de me inscrever. João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Vem a Sra. Deputada Independente Graça Silveira colocar a debate e a votação aquela que é uma iniciativa que pretende criar um apoio excecional à remuneração dos trabalhadores do serviço doméstico.

Da leitura que fiz da proposta, assim como também depreendi da apresentação feita agora pela Sra. Deputada, o que se procura, na realidade, e corrija-me se estiver errado, é criar um apoio para os contratantes, um apoio que se traduza, no concreto, naquele que é um regime análogo ao complemento regional ao *lay off*. Parece-me que é isso que, na prática, poderá estar em causa. Um apoio que procura, dessa forma, precaver todos aqueles contratantes empregadores que tenham tido uma quebra no seu rendimento ou que se viram forçados a contratar mais um empregado ou uma empregada ou um trabalhador ou uma trabalhadora, dada a sua condição de dependência. Isto porquê? Porque alguns desses trabalhadores ou trabalhadoras, se não mesmo bastantes, não conheço os dados, é verdade, do serviço doméstico acabaram por usufruir daquela que foi uma medida que também foi enunciada pela Sra. Deputada, quer na exposição de motivos do seu projeto de resolução, quer na sua apresentação, uma medida que acaba por lhes permitir auferir de parte do seu rendimento, rendimento esse registado em janeiro deste ano, para que possam, assim, garantir assistência à família, neste caso, a filhos com menos de 12 anos, portadores de deficiência ou de doença crónica.

No entanto, o nosso grupo parlamentar, pelo menos por enquanto, vai ter de se abster desta iniciativa. Isto porquê? Porque o seu objeto resolutivo é, no mínimo, pouco preciso, porque, por exemplo, não especifica o período de duração deste apoio, também não quantifica qual é a quebra de rendimento do contratante, quer em termos relativos ou mesmo em termos absolutos, e não define também o limite máximo para o rendimento do contratante. O que é que isto quer dizer? Por exemplo, mesmo que alguém tenha tido uma quebra, digamos que de 20 ou 30% do seu rendimento, poderá mesmo assim auferir de

um rendimento bastante avultado. Sabemos que está longe de ser a regra, mas é uma exceção que existe e, por isso mesmo, para exceções há que também estipular normas, para que essas exceções consigam ser limitadas e para que não se deturpe aquele que é, digamos, e, penso eu, deveria ser o espírito da proposta da Sra. Deputada Independente Graça Silveira.

E com isto fico-me. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Os trabalhadores domésticos, na sua esmagadora maioria, são mulheres, estão também em situação de profunda fragilidade devido às normas de isolamento social e terem ficado impedidas de prestar serviços que prestavam diariamente. Acresce o facto da sua proteção social ser limitada ou, em muitas situações, inexistente, o que degradará as suas condições de vida e também das suas famílias, como é óbvio.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa, no sentido de garantir a proteção social a estes trabalhadores num momento em que, previsivelmente, a sua situação social e económica se agravará.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais...

Deputada Graça Silveira (Independente): Posso inscrever-me, Sra. Presidente?

Presidente: Sra. Deputada, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Para responder muito rapidamente às duas questões colocadas pelo Deputado Paulo Mendes.

Esta iniciativa não pretende ser uma equivalência ao *lay off* para as empregadas domésticas, porque o que se coloca aqui não é a questão de famílias que tiveram que despedir as suas empregadas, até porque, como nós sabemos, esta é uma classe muito desprotegida e a maior parte das pessoas abdicou das suas empregadas domésticas sem lhes pagar rigorosamente nada, até porque a maior parte delas nem sequer estão asseguradas com um contrato e com descontos à Segurança Social. O que se está aqui a colocar em questão são: empregadas domésticas, geralmente jovens, que tiveram direito a ir para casa tomar conta dos seus filhos, pelo facto da situação da pandemia as mães terem tido direito a ir para casa tomar conta dos seus filhos e receberem dois terços da sua remuneração, numa fase inicial, as empregadas domésticas estavam fora; houve uma alteração e passou a abranger as empregadas domésticas que, enquanto mães que vão para casa, têm direito a receber, portanto, não foi o empregador que as quis dispensar, foram elas que tiveram direito a ir para casa; e, em muitas situações, empregadas de pessoas idosas, que ficaram numa situação em que tiveram que contratar uma segunda empregada.

Estes dois terços, foi definido que um terço era pago pelo empregador, um terço era pago pela Segurança Social, e mais, o empregador ainda fica com a obrigação de pagar o total do desconto à Segurança Social, representante daquilo que seriam as horas mensais que a empregada doméstica estava contratualizada. Portanto, não é uma equivalência ao *lay off*.

O período de duração está definido automaticamente pelo período que a mãe tem direito a estar em casa a tomar conta dos filhos. Quando o estado disser que, a partir de agora, as mães deixam de ter direito a estar em casa com os filhos ou deixam de ter direito a essa remuneração, automaticamente a medida cessa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, queria inscrever a Sra. Deputada Graça Silva, se faz favor.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, queria inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Tem, então, a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

O Partido Socialista percebe que esta seja uma área sensível, no entanto também gostaríamos de conseguir entender esta iniciativa.

Em nosso entender, ela é uma iniciativa confusa, incoerente. Confusa porque, desde logo, lendo o seu título, e passo a ler, “Apoio excecional à remuneração dos trabalhadores dos serviços domésticos”, mas, depois, analisando o preâmbulo da iniciativa, o objeto resolutivo, cedo concluímos que os trabalhadores do serviço doméstico, através desta iniciativa, não ganham nem um euro com ela. Ou seja, ela não se direciona para os trabalhadores do serviço doméstico.

Depois, também, referir que, portanto, não a percebemos. Para além desta confusão e incoerência de não se perceber qual é exatamente o objetivo da iniciativa, a nós parece-nos que pode criar uma injustiça face a outras entidades empregadoras, ou seja, depois também percebendo que, e até nas explicações que a Sra. Deputada Graça Silveira, na sua intervenção fez, e até também considerando aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Mendes, percebemos que a iniciativa direciona-se para, e vou utilizar uma palavra que o Sr. Deputado Paulo Mendes utilizou, os contratantes, ou seja, para os empregadores.

Neste sentido, em nosso entender, se objetivamente é direcionada aos empregadores, ela cria uma injustiça relativamente aos restantes empregadores, que também têm ao seu serviço trabalhadores que estão ao abrigo das faltas justificadas para apoio aos filhos menores ou com incapacidades e que têm de assegurar um terço do seu salário, exatamente como é previsto.

Portanto, em nosso entender, ela, para além de ser confusa e incoerente no seu objetivo, é também injusta relativamente aos empregadores.

Depois, dizer que, no final do preâmbulo da iniciativa, também se percebe que afinal não é só para todos os contratantes nem para todos os empregadores, mas é para específicos, ou seja, para pessoas idosas ou com doenças incapacitantes

que tenham ao seu serviço trabalhadores do serviço doméstico. No entanto, também aqui, em nosso entender, é imprecisa porque, precisamente, estas pessoas, quer os idosos, quer as pessoas com incapacidades, não perderam nenhum rendimento através das medidas que foram aplicadas até agora.

Portanto, em nosso entender, a medida não é coerente, não é precisa, é confusa e não se percebe o objetivo exato da iniciativa.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu percebi a sua explicação. De facto, e não foi essa a minha pretensão, sequer, equiparar o *lay off* a esta condição, isto no sentido de equiparar quanto ao critério. O que é que eu quero dizer com isso? Que, sim, a Sra. Deputada tem toda a razão quando diz que o *lay off* pode ser uma opção e é uma opção por parte do empregador, não é uma opção por parte do trabalhador. Neste caso, temos o contrário, alguém que opta por exercer um direito, com toda a sua razão e legitimidade, de ficar em casa para cuidar de menores de 12 anos, com filhos portadores de deficiência ou de doença crónica. Nisso estamos entendidos e sempre percebi que essa seria a diferença, por isso é que eu utilizei o termo “análogo à condição de *lay off*”, porquê? Porque partilha algumas características com o *lay off*, esta condição, que é, por exemplo, e é aí que me vou focar, é que quem vai para *lay off* também só tem direito a uma parte daquela que era a sua retribuição, tal e qual como estas trabalhadoras ou trabalhadores, que, ao optarem por exercer este direito, também só têm direito a uma parte do seu vencimento, e isso está muito claro na sua exposição de motivos e na sua apresentação.

No entanto, parece-me que, e continuo a ter essa impressão, a aquilo que pretende é mais ou menos equiparar esta condição à condição, não do *lay off*,

como eu disse, mas ao complemento regional ao *lay off*. Ou seja, fazer com que a Região, neste caso, se substitua ao contratante, ao empregador, pagando aquela que seria a parte devida ao contratante ou empregador, que, neste caso, e tal como disse, corresponde a um terço da remuneração do trabalhador e também a contribuição integral à Segurança Social. E é nesse sentido que eu considero que, na realidade e em concreto, o que a Sra. Deputada pretende aqui é criar, digamos, um regime comparável ao complemento regional ao *lay off*, aplicado, neste caso, a esta condição usufruída, com toda a legitimidade, pelas trabalhadoras ou trabalhadores do serviço doméstico.

No entanto, e apesar da Sra. Deputada ter-me esclarecido acerca de uma das dúvidas, e que tem a ver com a duração do apoio, e nisso eu fiquei esclarecido, a Sra. Deputada, mesmo assim, não me esclareceu duas dúvidas. E só coloco essa dúvida à Sra. Deputada porque não está aqui em causa, por exemplo, uma proposta do Partido Socialista, senão, nesse caso, faria até mais sentido colocar essa questão diretamente ao Governo, que iria implementar, quase de certeza, a medida, porque sabemos que, na prática, a proposta seria votada favoravelmente e aprovada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar, Sra. Presidente.

E as questões que têm a ver com... a Sra. Deputada Graça Silveira não quantifica a quebra, e era bom que o fizesse, ou em termos relativos ou em absolutos, e, já termino, não define um limite máximo para o rendimento do contratante.

Obrigado.

Presidente: Obrigada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Artur Lima, para me inscrever.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições, para além do Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Graça Silveira (Independente): Também queria inscrever-me, Sra. Presidente. E gostava de saber o meu tempo. Queria inscrever-me e saber o tempo remanescente.

Presidente: Tem ainda 2 minutos e 17 segundos, e vou inscrevê-la.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Relativamente à proposta em discussão, e embora reconhecendo as dificuldades dessa atividade doméstica e do serviço doméstico, eu queria dizer que não podemos acompanhar esta iniciativa, porque nos parece algo imprecisa nos seus propósitos e, efetivamente, na comparação, assim, um bocadinho, grosseira ao *lay off*, se bem percebi, pode ser, naturalmente, confusão da nossa parte. Mas, no entanto, tem, efetivamente, o mérito de pôr esta questão na discussão, mas não a podemos acompanhar, mas não deixamos de recomendar ao Governo que, no quadro das medidas a implementar, procure também atender, com justiça, a este setor, que são gente que trabalha, que necessita do trabalho para a sua vida normal.

Portanto, terminaria com um apelo ao Governo e recomendando ao Governo que, quando, no quadro das medidas globais que irá implementar de apoio a

todos os profissionais, também inclua algum tipo de apoio para este setor da atividade económica, se assim podemos chamar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silva, eu penso que na explicação que dei ao Deputado Paulo Mendes ficou muito claro ao que é que se destina, e vindo de si admire-me imenso, porque nós sabemos que isto é um setor de atividade que está quase todo ele na economia paralela, porque a maior parte das famílias contrata à hora empregadas domésticas, não as regulariza, não faz contrato. E o termo empregador é aquele que foi dado agora às famílias, porque agora interessa que assumam a função de empregador e pagar, efetivamente, e bem, porque elas têm direito a essa remuneração. A verdade é que não se pode comparar, como o Deputado Paulo Mendes estava a dizer, às empresas, e a Deputada Graça Silva é que veio dizer que também as empresas têm empregados e que depois havia uma injustiça, porque as empresas têm toda essa situação regularizada e as famílias, aquando do IRS, nem sequer esse encargo que as famílias têm a criar um posto de trabalho, a manter a sua empregada legalizada com a Segurança Social, nem sequer podem utilizar isso como uma despesa ilegível no IRS. E exatamente por isso não acontecer é que a maior parte das pessoas nem sequer regulariza as suas empregadas, e, neste momento, quem as tem regularizadas vai ter de ter este encargo mensal de 230€, que vai custar à grande maioria da classe média e da classe média baixa que tem as suas empregadas regularizadas, e aos idosos, que nós sabemos que nem sequer podem ir para as instituições e que estão completamente dependentes desta situação, que estão a pagar dois ordenados a duas empregadas, porque não têm outra alternativa, não podem ir

para o lar e precisam das empregadas, não haver essa solidariedade para fazer este apoio. E isso, sabe qual é que vai ser o resultado? A leitura das pessoas é: mais vale não regularizar as nossas empregadas, porque, senão, de hoje para amanhã, como aconteceu agora, ainda somos considerados os empregadores e temos de arcar com todos estes direitos que elas têm e merecem, como qualquer outro trabalhador. E sabe tão bem quanto eu que é exatamente por haver sempre uma desresponsabilização em relação às empregadas domésticas é que a maior parte delas estão muito fragilizadas, muito desprotegidas e fazem quase todos parte de uma economia paralela.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para este debate e, de momento, a Mesa não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo, Sra. Presidente, se me permite, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Tem a palavra, então...

Peço desculpa. Antes disso, pergunto se há mais inscrições, para o caso de haver ainda alguém que queira participar no debate.

Julgo não haver inscrições.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Esta proposta da Sra. Deputada Independente Graça Silveira é uma proposta muito generosa nos seus propósitos e revela a sensibilidade social que todos nós certamente temos e somos obrigados a ter, mas que, nesta altura de grandes dificuldades a nível mundial, somos chamados a ter ainda mais.

Esta matéria que aqui nos é trazida aponta para dois planos que julgo que deviam ser distintos e, infelizmente, ao materializar a generosidade da intenção,

depois não conseguiu materializar, e que é exatamente o apoio que é necessário às empregadas domésticas pela fragilidade da sua condição, muitas vezes em situação laboral com grande precariedade, eu diria mesmo com laivos de irregularidade. E para isso também nós apelamos no sentido de as autoridades regionais que têm competência sobre esta matéria possam, neste período, não só relativamente ao trabalho doméstico, mas a toda a atividade laboral, serem e estarem mais atentas às transgressões que, porventura, possam acontecer ou que estão a acontecer, e, por outro lado, o apoio também que é necessário dar a famílias que, perdendo uma parte do seu rendimento, porventura, tenham continuado a necessitar dos serviços domésticos e, por essa via, ao mesmo tempo em que perdem rendimento, são obrigadas essas famílias a ter um encargo maior. Isso é muito mais relevante nos casos em que o agregado familiar integra pessoas idosas, deficientes, no fundo, pessoas dependentes, para as quais o apoio de uma trabalhadora doméstica é essencial.

Portanto, comungando da expressão de sensibilidade social que aqui traz a Sra. Deputada Independente e da generosidade da sua proposta, nós só lamentamos que a materialização dessa proposta não tenha sido clara e distinguido de uma forma mais precisa estas duas matérias e, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se, sem, todavia, deixar de sublinhar mais este aspeto.

Nós, ao longo dos trabalhos desta sessão legislativa, como da próxima, continuaremos a verificar que tudo o que está feito não é suficiente, que vai faltar sempre fazer mais alguma coisa e que tudo o que está feito, nem tudo é perfeito. E a nossa missão, aqui, é para isso que somos convocados também, é isso que os açorianos esperam de nós, é que possamos corrigir, suprir o que falta e também prevenir. Contem com o contributo do PSD para esse desiderato. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu vou dar nota dos tempos restantes deste debate. Portanto, o Governo mantém o seu tempo; o Partido Socialista ainda dispõe de 11 minutos e 53 segundos; o PSD de 8 minutos e 30 segundos; o CDS de 6 minutos e 42 segundos; o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo; o PCP 3 minutos e 17 segundos; e a Sra. Deputada Independente também esgotou o seu tempo.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 03 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Elisa Lima de Sousa

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Mário José Diniz Tomé

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo Orador

Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS sobre o Projeto de Resolução nº 207/XI, proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD

O GPPS votou favoravelmente este projeto de resolução por entender que dada a evolução do surto pandémico da COVI-19, na RAA, estaríamos em condições de, com planificação e segurança retomarmos esta nova normalidade na prestação de cuidados de saúde que foi parcialmente suspensa, nomeadamente atos cirúrgicos programados, por necessidade de estarmos preparados para todos os cenários que esta pandemia apresentou noutras latitudes.

Entendemos que se há um tempo para retomar progressivamente uma normalização e a perda do medo dos utentes no recurso aos serviços de saúde, este tempo é agora e o GR sabendo disso já atuou.

Foram explanadas todas as atividades assistenciais que, de um modo ou de outro pudessem requerer esforços adicionais de implementação de respostas.

Foram identificadas as áreas em que esta resposta se manteve quer por via de teleconsulta, quer por outras vias de atendimento.

Existe ainda muito trabalho a fazer e muitas exigências aos nossos profissionais de saúde que está a sair de tempos difíceis para respostas imprevistas.

O nosso SRS esteve à altura e deve preparar-se para continuar a servir os açorianos.

Refutando quem transmite a ideia de que nada se passou ou passa ainda como ameaça em saúde pública que condicionou e muito toda a atividade assistencial em todas as suas modalidades, ignorando a realidade do nosso quotidiano, a nossa resposta é sim, podemos retomar com segurança dos profissionais e utentes, os cuidados de saúde que necessitam.

Horta, 06 de maio de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, Maria Isabel Quinto, José Ávila e Dionísio Faria Maia

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes